ROSIANE DA SILVA NUNES

UNESCO: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E A SOCIOMUSEOLOGIA

Orientador: Professor Doutor Mario C. Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa
2011

ROSIANE DA SILVA NUNES

UNESCO: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E A SOCIOMUSEOLOGIA

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia no Curso de Mestrado em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Mario C. Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa
2011

Ao Papai e à Mamãe, meus maiores exemplos.

AGRADECIMENTOS

Agradaço primeiramente a Deus, ao Prof. José Sant'anna e ao todo invisível que me acompanharam, protegeram e intuíram no decorrer da produção desta dissertação e na vida.

Ao Papai e à Mamãe, respectivamente Octavio e Luiza, meus maiores exemplos de honestidade e justiça, agradeço pela crença, pelo apoio aos meus projetos, pela compreensão e pelo respaldo emocional e financeiro que me possibilitaram estar e estudar em Portugal.

Aos meus irmãos Luiz Otávio e Reinaldo, presentes nas referências de família e aos quais agradeço a cumplicidade e a crença na minha capacidade. Às suas esposas Luciana e Quelle, sempre disponíveis para colaborar e responsáveis por gerarem os frutos que são minhas sobrinhas Dannyla e Ana Laura, junto das quais a "Tia Rô" será sempre uma criança.

A Maria Miranda, responsável pela minha inclusão ao mundo dos museus.

Aos Embaixadores/Mestres, suas esposas e famílias, e a todos os integrantes de grupos de manifestações culturais tradicionais de Olímpia-SP, que são os seguintes: Companhia de Reis "Lapinha de Belém", Companhia de Reis "Filhos de Maria", Companhia de Reis "Família Miranda", Companhia de Reis "Família Fernandes", Companhia de Reis "Família Santos", Companhia de Reis "Estrela da Paz", Companhia de Reis "Estrela da Guia", Companhia de Reis "Magos do Oriente", Companhia de Reis "Magos do Oriente para Belém", Companhia de Reis "Viajantes de Belém", Companhia de Reis "Visitantes de Belém", Congada "Chapéu de Fitas", Moçambique "São Benedito". À Mãe de Santo D. Jezuina e a todas(os) os benzedores, culinaristas e artesãos. Espero, com o resultado deste trabalho, ter encontrado caminhos que possibilitem contribuir com eles para a manutenção e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial que a ancestralidade os incumbiu de receber, agora cabe a eles a responsabilidade da transmissão para as futuras gerações.

Ao olimpiense Antonio José Scarpinetti, companheiro de ideal.

A todos os amigos da Comissão Paulista de Folclore, e ao seu presidente Toninho Macedo, pelo aprendizado, pelas longas horas de diálogo e pelos questionamentos e a eterna insatisfação do saber.

"A poética da amizade que se faz sendo" (Chagas,M. 2002). Durante o ano letivo, foi possível despertar o(s) Eu(s) que se revelava(m) a cada aula, com os diálogos e trocas entre os amigos Denise Xavier, Adriana Galveias, Gabriela Figurelli, Lino Rodrigues, Vitorino Guerra e Francisco, momentos em que os questinomentos e insatisfações mostravam gradualmente a identidade de cada um e o ideal que estavam dispostos a cumprir por intermédio das

dissertações. Às companheiras de morada que muito me ensinaram, Isabel Cardoso, Nézia Graziela, Amanda Brito, Aldiana Silva e Ivone Stranieri.

A Doutora Judite Primo pela receptividade, dedicação e disponibilidade em contribuir para o meu amadurecimento intelectual e pessoal.

Ao meu orientador, Doutor Mario Moutinho, minha eterna gratidão por ter paciência e serenidade e por me fazer caminhar mesmo em alguns momentos em que queria fugir.

Aos professores que compartilharam de seus conhecimentos técnicos e pessoais com a finalidade de nos auxiliar nesse processo de construção intelectual e pessoal.

Muitíssimo Obrigada.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a trazer reflexões sobre a proteção e salvaguarda do Patrimônio, sua apropriação no decorrer dos séculos e, especificamente, o patrimônio cultural imaterial, e procura oferecer sugestões para salvaguardá-lo, aludindo à Sociomuseologia como contributo para tratar desse patrimônio.

Foi realizado analise sob a 'Lista de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial', oriunda da Convenção da UNESCO de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, com a finalidade de revelar possibilidades de trabalho que contribuam para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial correlacionado com a Sociomueologia.

Conclui mostrando visão sistemica de como os paises membros da UNESCO reagiram a Convenção e sugere ,por intermedio dos exemplos já utilizados pelos mesmos, formas de trabalhar e salvaguardar o patrimonio cultural imaterial em museus conjuntamente com a comunidade e o entorno, possibilita diversos caminhos para pesquisadores interessados em aprofundar investigação sobre a temática.

Palavras-Chaves: Patrimônio, Patrimônio Imaterial, Unesco, Museologia, Sociomuseologia.

ABSTRACT

This work seeks to bring forth a reflection on the protection and safeguard of Heritage, its appropriation over the centuries and specifically the intangible cultural heritage. In addition, it presents a series of suggestions to protect this intangible cultural heritage, referring to Sociomuseology as a contribution for this protection.

This work integrates an analysis on the List for Intangible Cultural Heritage Protection released by the 2003 UNESCO convention for Safeguard of Intangible cultural heritage in search of work possibilities that may contribute to the protection of Intangible cultural Heritage in correlation with sociomuseology.

As a conclusion it presents the systemic view on the reaction of the member countries of UNESCO to the convention and suggests, by means of examples already used by these countries, ways to protect the Intangible cultural heritage in museums with the help of the community, as well as offering a range of possibilities for researches to pursue investigations in this area.

Keywords: Heritage, Intagible Heritage, Unesco, Museology, Sociomuseology.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACCRA	Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África
AEOM	Associação Europeia de museus ao ar livre
AFRICOM	Conselho Internacional de Museus Africanos
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIMA	Associação Internacional de Museus Agrícolas
AMOI	Associação de Museus do Oceano Índico
CAM	Associação Britânica de Museus
CI	Setor de Comunicação e Informação
CIE	Centro Internacional de Patrimônio e Atividades
CMC	Centro de Multimídia da Comunidade
COI	Comissão Oceanográfica Intergovernamental
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IACM	Associação Internacional de Museus Aduaneira
IAMFA	Associação Internacional de Administradores de Instituições de Museus
IAMH	Associação Internacional de Museus de História
IATM	Associação Internacional de Transportes e Comunicações Museus
IBSP	Programa Internacional de Ciências Básicas
ICAM	Confederação Internacional dos Museus Arquitectônico
ICMM	Congresso Internacional dos Museus Marítimos
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFAP	Programa de Informação para Todos
IGCP	Programa Internacional de Geociências
IPDC	Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação
MAB	Programa do Homem e a Biosfera
MAC	Associação de Museus do Caribe
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
NY	Nova Iorque
OIT	Organização Mundial do Trabalho
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PHI	Programa Hidrológico Internacional
PIMA	Ilha do Pacífico Associação de Museus
SADCAMM	Associação Comunitária Sul-Africana de Desenvolvimento dos Museus e Monumentos
SIBMAS	Associação Internacional de Bibliotecas e Museus de Artes do Espetáculo
UNCTAD	Creative Economy Report
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNICEF	Funda das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	03
AGRADECIMENTOS	04
RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE ABREVIATURAS	08
ÍNDICE GERAL	10
ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS	12
INTRODUÇÃO	14
Apresentação do Tema Central da Tese	14
Razões para Escolha do Tema	15
Hipóteses de Investigação	15
Objetivos de Investigação	15
Percursos, Métodos e Fontes de Investigação	16
Organização da Tese	18
CAPÍTULO 1	21
1.1. Tratado de Versalhes e a Liga das Nações	22
1.2. Articulação entre a Unesco e a Museologia	47
1.3. A Unesco e as ações referentes ao patrimônio	61
CAPÍTULO 2	83
2.1. Patrimônio Cultural	85
2.2. Patrimônio Cultural Imaterial	91
2.3. Patrimônio Cultural Imaterial e os caminhos para a segregação conceitual na UNESCO no que se refere ao Patrimônio Cultural Imaterial	
CAPÍTULO 3	98
3.1. UNESCO e a Convenção de 2003: Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	109
3.2. Análise Quantitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade	123
3.3. Análise qualitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural	140

Imaterial da Humanidade
3.4. Considerações Finais 147
BIBLIOGRAFIA 151
ÍNDICE REMISSIVO 160
ANEXOS I
ANEXOS I – Lista dos Estados Membros da UNESCO II
ANEXOS II – Lista de Escritórios da UNESCO por Região VIII
ANEXOS III – Mesa Redondo da Santiago do Chile\1972 XII
ANEXOS IV – Declaração de Quebec\1984 XVIII
ANEXOS V – Carta de Criação do MINOM\1985 XXI
ANEXOS VI – Declaração de Caracas, ICOM, 1992 XXXII
ANEXOS VII – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial XLVII

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Organograma 25
Quadro 2 - Convenções 27
Quadro 3 - Recomendações 29
Quadro 4 - Declarações 30
Quadro 5 – Países Membros 49
Quadro 6 – Comitês Internacionais 50
Quadro 7 – Organizações Regionais 50
Quadro 8 – Organizações Associadas 51
Quadro 9 - Seminários 52
Quadro 10 – Ateliês do MINOM 58
Quadro 11 – Paises PCI Reconhecido 68
Quadro 12 – Programas 80
Quadro 13 - Seminários 102
Quadro 14 – Países e Quantidades de PCI inscrito na 'Lista' 118
Quadro 15 - Países e Quantidades de PCI inscrito na 'Lista' 126
Quadro 16 – Domínios 128
Quadro 17 – Categoria das Representações Culturais 130
Quadro 18 – Espaço Geográfico 132
Quadro 19 – Religioso 133
Quadro 20 – Gênero 134
Quadro 21 - Continentes 136
Quadro 22 – Continente Americano 137
Figura 1 – Lista do Patrimônio Mundial 64
Figura 2 – Número de Inscrições do Patrimônio Mundial a cada ano 65
Figura 3 – PCI Espalhado pelo Globo 68
Figura 4 – Mapa com Locais e Número de PCI 69
Figura 5 - Mapa com Locais e Número de PCI 120
Figura 6 - PCI Espalhado pelo Globo 120
Figura 7 - PCI Espalhado pelo Globo 137
Figura 8 - Mapa com Locais e Número de PCI 139

Gráfico 1 – Inscrição na Lista 119
Gráfico 2 – Inscrição na Lista 119
Gráfico 3 – Domínios 128
Gráfico 4 – Categoria das Representações Culturais 131
Gráfico 5 – Espaço Geográfico 132
Gráfico 6 - Religioso 133
Gráfico 7 – Gênero 134
Gráfico 8 - Continentes 136
Gráfico 9 – Continente Americano 138

INTRODUÇÃO

Em tempos de crises mundiais sobre o capital financeiro, guerras e catástrofes naturais, observa-se, em alguns momentos da história, a união de países e instituições não-governamentais interessadas em contribuir de alguma forma para a construção de uma sociedade melhor para se habitar.

É nessa busca que este trabalho se baseia.

Apresentação do Tema Central da Tese

"Construindo a paz nas mentes dos homens e mulheres[1]."
(http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 05 de Abril de 2011)

Os integrantes da UNESCO, estados-membros e afins, acreditam que o respeito à diversidade e a tolerância com o diferente pode ser o caminho para diminuir conflitos e ir na contra mão da padronização e das imposições imperialistas globalizadoras.

Os museus, seus diretores e mantenedores, com consenso de ideais, podem assumir a postura de uso da instituição para transformação social, pois podem fazer uso de diversas ferramentas e contribuir para a premissa de que um mundo melhor é possível.

Com base nas ações da UNESCO desde sua fundação em 1946, tivemos subsídios para a elaboração deste trabalho. Fazer uso dos exemplos de ações que foram implementadas pela UNESCO e seus estados-membros pode revelar possíveis caminhos para os museus trabalharem a sociomuseologia e contribuirem como agentes passíveis de colaborar para uma sociedade melhor.

O Patrimônio Cultural Imaterial é um tema muito controverso e de muitos questionamentos, porém, constata-se pelo histórico da UNESCO que há ações pertinentes a esse assunto desde a década de 70.

Os integrantes da UNESCO e estados-membros, com suas ações, acreditam que devemos trabalhar para construir a paz nas mentes onde se constrói a guerra. O respeito à diversidade e ao diferente são ferramentas que podem possibilitar o melhor entendimento entre grupos de uma determinada região, ou até mesmo em âmbito global.

Com isso, não é o domínio [seja ele de qualquer instância de poder] que rege as relações, e sim o convívio e o respeito às diversidades.

[1] Todas as traduções de citações da Unesco presentes nesta dissertação foram feitas pela pesquisadora.

Razões para a Escolha do Tema

Contribuir para a Museologia, em especial a Sociomuseologia, com a finalidade de revelar alternativas para auxiliar na salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Hipóteses /Problemática da Investigação

A hipótese que permeia este trabalho é a possibilidade estabelecer uma relação entre a Lista de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, oriunda da Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, e a Museologia, e assim revelar possibilidades de trabalho que contribuam para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e a Sociomuseologia.

Com relação a essa temática, as problemáticas são inúmeras. Porém, iremos trabalhar somente com três delas:

- Analisar o papel da UNESCO e suas influências na museologia/sociomuseologia,
- Discutir o patrimônio, a dicotomia entre material e imaterial, e quais motivos e caminhos levaram a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Unesco de 2003,
- Contribuir para a Sociomuselogia ao revelar formas de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Problemática: UNESCO+Patrimônio Imaterial+Museu+Sociomuseologia

Objetivos de Investigação

Objetivos Gerais

Revelar, por meio de análise da 'Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade', alternativas de trabalho com o Patrimônio Cultural Imaterial em Museus e contribuir para sua salvaguarda e inter-relações com a Sociomuseologia.

Objetivos Específicos

- Traçar um panorama histórico sobre o que a UNESCO produziu desde sua fundação em relação ao patrimônio, patrimônio cultural material e imaterial e a museologia/sociomuseologia.

- Analisar e discutir o papel da UNESCO na salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
- Contribuir com a Sociomuselogia ao revelar formas de trabalho que auxiliem na salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Percursos, Métodos e Fontes de Investigação.

Este trabalho é uma resposta às influências culturais que recebi no espaço geográfico em que nasci e cresci, a cidade de Olímpia, no interior de São Paulo, considerada a Capital Nacional do Folclore[2], devido a um grande festival que acontece desde 1965, do qual toda a cidade participa direta ou indiretamente. É considerado parte da identidade olimpiense.

O desenvolvimento desse estudo está pautado em questionamentos profissionais que foram trazidos para o meio acadêmico, minha experiência profissional como coordenadora do Museu de História de Folclore Maria Olímpia – Olímpia/SP e em minhas inquietações acerca das dificuldades em encontrar uma forma de contribuir para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

No início do ano letivo de mestrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, deparei-me com inúmeros textos que aumentavam ainda mais minhas indagações. Porém, a leitura do livro *Uma gota de sangue em cada Museu*, de Chagas (1999, p.117) trouxe-me inicialmente a resposta.

> "O termo preservação - como é sabido - tem origem no termo latino *praeservare*, com o sentido de ver antecipadamente o perigo. O perigo maior que paira sobre um bem cultural é a sua própria *morte* ou deterioração. Compreendendo a preservação cultural como um esforço deliberado para o prolongamento da *vida* do bem, com ênfase nas informações de que ele é suporte, fica bastante claro que o sentido da preservação está na dinamização (ou uso social) do bem cultural preservado."

Preservar o PCI é fazer uso dele. Porém, imediatamente seguiu a inquietação. Como o museu pode fazer uso da representação cultural imaterial e contribuir para sua salvaguarda?

Diálogos com professores e companheiros de jornada e leituras levaram-me a um tema inicial: Como o museu pode contribuir para a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial beneficiando-se da luz da Sociomuseologia?

[2] É sabida a problemática referente ao Folclore e suas perspectivas, porém, a analise e discussão não são pertinentes as problemáticas desta dissertação de mestrado.

Em diálogo com o meu orientador, Professor Doutor Mario Moutinho, observamos que a quantidade de publicações sobre a temática é reduzida e há uma lacuna que necessita ser trabalhada.

Pesquisando sobre o assunto, a UNESCO era a instituição que estava permanentemente aparecendo como guia para diversos países no trabalho com o Patrimônio Cultural Imaterial.

Com isso, chegamos à conclusão de que poderíamos realizar um estudo referente a tudo o que a UNESCO produziu sobre Patrimônio e, em especial, sobre a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial 2003, e assim realizarmos uma possível (co)relação com a Sociomuseologia, com o objetivo de procurarmos alternativas e contribuir para auxiliar no preenchimento da lacuna sobre a temática.

Este trabalho não tem o objetivo hipotético de responder a todos os questionamentos. Porém, ambiciona possibilitar a visualização de caminhos para trabalhar o Patrimônio Cultural Imaterial na Sociomuseologia e contribuir para que outros pesquisadores possam se interessar e dar continuidade ao estudo.

Com a finalidade de procurar respostas [ou mais perguntas], foi necessário fazer uma imersão sobre todas as questões da UNESCO, inclusive anteriores à sua fundação em 1946, para, com isso, traçar uma visão sistêmica dessa organização e viabilizar a compreensão de suas ações na atualidade e o porquê de sua preocupação e suas ações quanto à Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Optamos, de forma mais metódica, por uma pesquisa quantitativa e qualitativa na análise do corpus documental em fontes primárias e secundárias. A UNESCO, suas ações e produções desde sua fundação e, especificamente, a publicação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 17 de outubro de 2003, em Paris, compõem o principal corpus documental desta dissertação.

Cabe apontar a distinção realizada entre fontes primárias e secundárias: enquanto as primeiras reúnem documentos oficiais publicados no site da UNESCO e em bibliografia específica, as fontes secundárias constituem estudos analíticos a respeito da problemática trabalhada.

Organização da Tese

Os capítulos foram constituídos de forma lógica para que possibilitasse a compreensão do todo e respondesse aos questionamentos levantados nesta tese.

CAPÍTULO 1

1.1. Tratado de Versalhes e a Liga das Nações

1.2. Articulação entre a Unesco e a Museologia

1.3. A Unesco e as ações referentes ao patrimônio

CAPÍTULO 2

2.1. Patrimônio Cultural

2.2. Patrimônio Cultural Imaterial

2.3. Patrimônio Cultural Imaterial e os caminhos para a segregação conceitual na UNESCO no que se refere ao Patrimônio Cultural Imaterial

CAPÍTULO 3

3.1. UNESCO e a Convenção de 2003: Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

3.2. Análise Quantitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

3.3. Análise qualitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

3.4. Considerações Finais

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1946, é uma agência especializada do sistema da ONU - Organização das Nações Unidas - que foi originada a partir da 'Liga das Nações'.

O capítulo 1, item 1.1, traz uma visão sistêmica do que é a UNESCO, suas funções, ações e abrangência. No entanto, observa-se que há muito a ser pesquisado, pois cada ação que a instituição propõe é capaz de derivar inúmeras reações e, por isso, possibilita diversos caminhos para serem analisados.

A UNESCO possui, em sua sede em Paris, na França, aproximadamente dois mil funcionários diretos, divididos em 56 escritórios espalhados em campo. Ela trabalha com programas e temas especiais em que as preocupações estabelecidas podem ser consideradas vitrines capazes de expor os gargalos naturais, administrativos, orçamentários e humanos do

globo. Também direciona e demonstra formas de trabalho que, se seguidas pelos estados-membros e os demais, podem contribuir de forma efetiva para construir uma sociedade mais justa e humana. Contudo, mesmo com toda organização e abrangência global, ela não é o suficiente para resolver todos os problemas da humanidade.

Percebe-se que a mudança para a melhoria do planeta deve partir também de forma individual, pois isso pode refletir no coletivo e assim sucessivamente. Ainda no capítulo 1, item 1.2, a autora traz uma reflexão sobre a Unesco e as ações no que se refere a Museus e à criação do ICOM — Conselho Internacional de Museus — entre 1946-1947.

Desde a fundação da UNESCO e do ICOM, observa-se a intervenção desses organismos nas diretrizes do pensamento museológico, refletindo sobre soluções para problemáticas referentes a patrimônio, memória, identidade, educação, acervo e capacitação profissional. No entanto, as questões da museologia social somente começam a ser pensadas e trabalhadas a partir da declaração de Santiago em 1972, e depois em Quebec, em 1984, as quais originaram o MINON em 1985 e as reestruturações em Caracas em 1992.

As declarações deixam claro a preocupação com o envolvimento da gestão participativa, com a educação, a formação de profissionais, as ações além do prédio e o objeto, e as ações sociais. As relações de poder dificultam as coisas para alguns profissionais e instituições, em que as ações/atualizações são insuficientes, chegando à beira da estagnação.

Podemos perceber que há um esforço de um determinado grupo de profissionais e intelectuais para pensar na museologia de forma ativa e com caráter participativo. Todavia, mesmo de forma lenta e não homogênea, os conceitos e ações multiplicam-se internacionalmente, os desafios são contínuos e a superação ocorre na medida em que as práticas são executadas, avaliadas e repensadas.

Finalizando o capítulo 1, item 1.3, foi possível observar que a UNESCO é uma fonte inesgotável de pesquisa, pois as ações nas quais está envolvida são inúmeras, e em diversas áreas. Por conta desta dissertação, foi feito um recorte e mostrada uma visão sistêmica de todas as ações que a organização produziu no que se refere ao Patrimônio desde a sua fundação.

No capítulo 2 está o estado da arte. É aqui que as discussões conceituais acontecem e em que elas têm a finalidade de esclarecer quais os autores e conceitos a pesquisadora adotou e que contribuem para o embasamento teórico desta dissertação, realizam uma análise histórica sobre as ações e políticas sobre patrimônio, definem sua posição e conceituam o Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural Imaterial, Patrimônio Cultural Imaterial, Patrimônio

Cultural Imaterial e Memória, Patrimônio Cultural Material, a Identidade e os caminhos para a segregação conceitual na UNESCO no que se refere ao Patrimônio Cultural Imaterial. Conforme mostrado ao longo deste capítulo, apenas nas últimas três décadas [considerando que isso é muito recente se analisado em contexto histórico] é que o Ocidente, por meio da UNESCO e seus Estados membros, passou a incutir iniciativas referentes ao patrimônio cultural imaterial.

Diante dessa realidade, foi possível constatar um determinado déficit de séculos de incentivo, manutenção e preservação [específica para esse fim] do patrimônio cultural imaterial. Após discussões, adequações e readequações que a Unesco e os estados membros propuseram ao longo da década de 70, 80 e 90, houve 'Recomendações' que deveriam ser propostas para suprir as lacunas e a necessidade de demanda urgente de salvaguarda para esse patrimônio específico.

O Capítulo 3, item 3,1, traz a análise da "Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial", A Convenção de Salvaguarda de 2003 e a Lista de Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial, que foram algumas das alternativas encontradas para trabalhar a questão. Constata-se que é a primeira vez que tais expressões culturais possuem cobertura do direito internacional para proteção e salvaguarda.

Não afirmamos que essa é a solução para resolver as questões em causa, mesmo porque seria demasiado precipitado. Entretanto, acreditamos que o caminho encontrado pelo organismo internacional — UNESCO — e seus Estados-Membros para tentar suprir as lacunas pertinentes ao imaterial, suas representações, maneiras e formatos, foi instituir um meio para a salvaguarda e garantir a transmissão para as gerações futuras.

No capítulo 3, item 3.2, a autora realiza as análises quantitativa e qualitativa dos dados da lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, viabilizando compreender como, quais, e quando essas 'Representações' foram inseridas na lista, suas principais características, a maneira como estão distribuídas, as ameaças, as opções de salvaguarda. Por fim, essa análise revela sugestões de salvaguarda do PCI para serem trabalhadas em Museus e a contribuição para a Sociomuseologia. O capítulo 3, item 3.3, revela as considerações finais.

Conforme recomendado no 'Manual para elaboração e apresentação, teses de doutoramento', Primo e Mateus (2008), da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, foi adotada a Norma APA para a produção e execução desta dissertação de Mestrado.

CAPÍTULO 1

"Construindo a paz nas mentes dos homens e mulheres."
(http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 04 de Abril de 2011)

O presente capítulo tem a finalidade de traçar um perfil histórico dos caminhos percorridos que levaram à criação da UNESCO, uma vez que sua origem remonta a consequências do tratado de Versalhes, em 1914. Com isso, tem o objetivo de fazer compreender os caminhos percorridos para o resultado apresentado atualmente.

Foram diversas ações e grupos envolvidos, entre eles países, instituições governamentais e não-governamentais.

1.1. Tratado de Versalhes e a Liga das Nações

Após a Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, os países vencedores, Inglaterra, França e seus aliados, reuniram-se e organizaram-se. O Tratado de Versalhes foi o que resultou dessa reunião.

Com a intenção velada de sobreposição de poder, o tratado de Versalhes foi escrito com diversas finalidades e, dentre elas, a de a Alemanha redimir-se e responsabilizar-se pela primeira grande guerra, comprometendo-se assim a cumprir uma série de exigências políticas, econômicas e militares.

Um dos pontos do tratado referiu-se à criação de um organismo internacional, cujo papel fundamental seria o de assegurar a paz mundial. A Liga das Nações Unidas, fundada em Paris em 1919, foi o resultado desse tratado e do conjunto de tensões guerra/paz, domínio/flexibilização, poder/liberdade, egoísmo/inter-relação, respeito/desrespeito, mediadas por interesses diversos.

Sua composição constava de estados-membros de diversos países e secretariados e as decisões eram geridas por assembleias e um conselho. Faz-se necessário salientar que era subdividida em órgãos como: Organização da Saúde, Organização Internacional do Trabalho, Conselho Central Permanente do Ópio, Comissão de Escravatura, Comitê para os Refugiados, Comitê para o Estudo do Estatuto Jurídico da Mulher, Comissão de Mandatos, Comissão Internacional de Cooperação Intelectual [precursora da UNESCO].

Diversos pesquisadores consideram que um dos pontos problemáticos da 'Liga' era o reduzido número de estados-membros, num total de 63. Salienta-se que, mesmo que os EUA — Estados Unidos da América — tenham contribuído para a elaboração do Tratado de Versalhes, eles nunca fizeram parte dele.

A 'Liga das Nações' foi responsável por ações em diversas frentes e pela influência internacional. Porém, mesmo com a finalidade de garantir a paz no globo, ela não foi capaz de impedir a Segunda Guerra Mundial, e este foi o principal motivo que levou à sua extinção por volta de 1942.

Ainda em 1941, durante o período da Segunda Guerra Mundial, o presidente americano Franklin D. Roosevelt e o primeiro-ministro britânico, Sir Winston Churchill, assinaram o Tratado do Atlântico Norte. No Tratado, eles se comprometiam a trabalhar por um melhor organismo, capaz de manter a paz mundial e promover a colaboração entre as nações.

O nome foi criado e apresentado pelo presidente Norte-Americano Franklin D. Roosevelt pela primeira vez em 1942 na Declaração das Nações Unidas, em Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional em San Francisco.

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1938-1945), em outubro de 1945, foi enfim criada a ONU – Organização das Nações Unidas. Observa-se que retomou o mote da "Liga das Nações": garantir a paz no mundo por meio do bom relacionamento entre os países. Também herdou o legado em ações, prédio [em Genebra], arquivos, recursos, questões financeiras e o alicerce dos organismos da "Liga", além de reavaliar e revalidar o uso do que considerava importante. Nasceu com 51 estados-membros.

Em 2011, ela conta com 192[3] Estados soberanos e com diversos organismos autônomos, sua sede fica em Nova York e possui diversos escritórios[4] espalhados pelo globo.

> "Ligados à ONU há organismos especializados que trabalham em áreas tão diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho – por exemplo: OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Estes organismos especializados, juntamente com as Nações Unidas e outros programas e fundos (tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas." (http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php acedido a 18 de Abril de 2011)

[3] Anexo I: a lista dos países e as datas de inclusão na ONU – Organização das Nações Unidas.
[4] Anexo II: a lista dos escritórios.

1.1.2 UNESCO

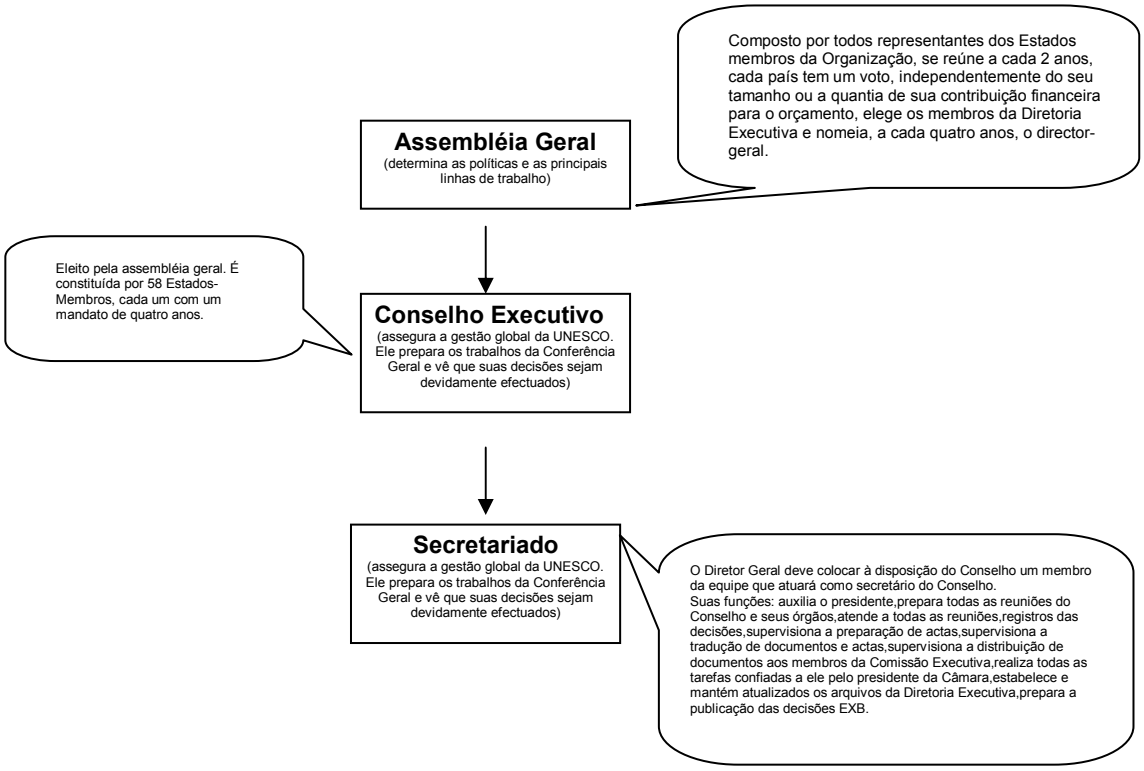
Um de seus organismos autônomos de ações contínuas e respeitabilidade internacional é a UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — que se originou da 'Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações' [efetivada esta nomenclatura em 4 de novembro de 1946], com o principal objetivo de extinguir o analfabetismo no mundo. Sua missão é a seguinte:

> "Como uma agência especializada do sistema da ONU, a UNESCO contribui para a construção da paz, do combate à pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação." (http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=36920&URL_ DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 19 de Abril de 2011)

Trabalha para criar condições de diálogo entre as nações e promover o respeito pelos valores partilhados. Acredita que, por meio do diálogo, o mundo pode alcançar visões globais de desenvolvimento sustentável.

1.1.2.1 Principais instrumentos de instrução jurídica

A UNESCO é gerida por três órgãos constitucionais, que são: Assembleia Geral, Conselho Executivo e o Secretariado.



[Quadro 1, organograma, autora]

A UNESCO adota como instrumento de normalização judicial as convenções, recomendações e declarações.

1.1.2.2 Convenção

Convenção é um processo de definição de normas estabelecido por um estudo submetido à apreciação prévia da comissão executiva à qual estão sujeitos e à ratificação ou adesão pelos Estados [os Estados têm a escolha de aderirem ou não]. As convenções definem as regras que os Estados se comprometem a cumprir. Seguem abaixo todas que foram aprovadas até o momento de Outubro de 2011:

Quan\ \	Convenção	Local , Data
1	Convenção Internacional contra o Doping no Esporte,	Paris, 19.10.2005 ,
2	Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais,	Paris, 20.10.2005,
3	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial,	Paris, 17.10.2003 ,
4	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático,	Paris, 2.11.2001 ,
5	Convenção sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europeia,	Lisboa, 11.04.1997 ,
6	Convenção sobre Educação Técnica e Profissional,	Paris, 10.11.1989 ,
7	Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior na Ásia e no Pacífico,	Banguecoque, 16.12.1983,
8	Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, certificados, diplomas, títulos e qualificações acadêmicas de Ensino Superior nos Estados Africanos,	Arusha, 05.12.1981 ,
9	Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos e Diplomas Relativos ao Ensino Superior nos Estados da Europa,	Paris, 21.12.1979 ,
10	Convenção Multilateral para Evitar a Dupla Tributação dos direitos de autor "royalties", com o acordo bilateral modelo e protocolo adicional,	Madrid, 13 .12.1979 ,
11	Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Ensino Superior nos Estados Árabes,	Paris, 22.12.1978 ,
12	Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Ensino Superior nos Estados Árabes e Europeus Ribeirinhos do Mediterrâneo,	Nice, 17.12.1976 ,
13	Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior na América Latina e no Caribe,	Cid. do México, 19.07.1974 ,
14	Convenção Relativa à Distribuição de Sinais Portadores de Programas Transmitidos por Satélite,	Bruxelas, 21.05.1974 ,
15	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural,	Paris, 16.11.1972 ,
16	Convenção para a Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Reprodução Não-Autorizada de seus Fonogramas,	Genebra, 29.10.1971 ,

17	Convenção do Direito Autoral Universal, como revista em Paris em 24 de julho de 1971, com o apêndice Declaração relativa ao artigo XVII e Resolução relativa ao artigo XI,-Protocolo n º 1, Protocolo n º 2,	Paris, 24.07.1971,
18	Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, -Protocolo, Paris, 3 de dezembro de 1982 ,	Ramsar, 02.02.1971
19	Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação e Exportação Ilícitas e Transferência de Propriedade de Bens Culturais, Paris, 14 de novembro de 1970,	Paris, 10.12.1962 ,
20	Convenção Internacional para a Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, dos Produtores de Fonogramas e dos Organismos de Radiodifusão,	Roma, 26.10.1961,
21	Convenção contra a Discriminação na Educação,	Paris, 14.12.1960,
22	Convenção sobre a troca internacional de publicações,	Paris, 3.12.1958 ,
23	Convenção sobre a troca de Publicações Oficiais e documentos do governo entre os Estados,	Paris, 3.12.1958 ,
24	Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado com o Regulamento de Execução da Convenção,	Haia, 14.05.1954,
25	Convenção Universal sobre Direitos Autorais, com o apêndice Declaração relativa aos artigos XVII e Resolução relativa ao artigo XI,-Protocolo n º 1, -Protocolo n º 2, Protocolo n º 3-, Acordo para a Importação de Educação, Ciência e materiais culturais, com os anexos A a E e Protocolo anexo,Florença, 17 de junho de 1950,-Protocolo de Nairóbi, 26 nov 1976,	Genebra, 06.09.1952,
26	Acordo para facilitar a circulação internacional de materiais audiovisuais para a Educação, a Ciência e a Cultura, com caráter de Protocolo de Assinatura e modelo de formulário de certificado previsto no artigo IV do acordo acima referido,	Beirute, 10.12.1948

[Quadro 2, Convenções, Fonte: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID= 12025&URL _DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=-471.html acedido a 12 de Outubro de 2011]

1.1.2.3 Recomendação

Quando falamos em 'Recomendações', referimo-nos às normas elaboradas nas Conferências Gerais que não possuem necessidade de aprovação, e os Estados-Membros são convidados [é como uma sugestão] a aplicar. Seguem as recomendações até outubro de 2001:

Quan\\	Recomendações	Data
1	Recomendação sobre a Promoção e Uso do Multilinguismo e o Acesso Universal ao Ciberespaço,	15.10.2003
2	Recomendação Revisada sobre Educação Técnica e Vocacional,	02.11.2001
3	Recomendação relativa ao Estatuto do Pessoal Docente da Educação Superior ,	11.11.1997
4	Recomendação sobre o Reconhecimento de Estudos e Qualificação do Ensino Superior,	13.11.1993
5	Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular,	15.11.1989
6	Recomendação Revisada sobre o Internacional de Normalização das Estatísticas sobre a Produção e Distribuição de Livros, Jornais e Periódicos,	01.11.1985
7	Recomendação relativa à condição do Artista,	27.10.1980
8	Recomendação para a Salvaguarda e Preservação de Imagens em Movimento,	27.10.1980
9	Recomendação relativa à padronização internacional de estatísticas sobre o Financiamento Público das Atividades Culturais,	27.10.1978
10	Recomendação sobre a Padronização Internacional de Estatística em Ciência e Tecnologia,	27.11.1978
11	Recomendação Revisada sobre a Padronização Internacional de Estatísticas Educacionais,	27.11.1978
12	Recomendação para a Proteção de Bens Culturais Móveis,	28.11.1978
13	Recomendação Revisada sobre Concursos Internacionais de Arquitetura e Urbanismo,	27.11.1978
14	Recomendação sobre a Proteção Jurídica dos Tradutores e Traduções e meios práticos para melhorar o estado de Tradutores,	22.11.1976
15	Recomendação sobre a Padronização Internacional de Estatísticas da Rádio e Televisão,	22.11.1976
16	Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos,	26.11.1976
17	Recomendação relativa à participação da população em geral na vida cultural e sua contribuição para o mesmo,	26.11.1976
18	Recomendação relativa ao Intercâmbio Internacional de Bens Culturais,	26.11.1976
19	Recomendação referente à Salvaguarda e Papel Contemporâneo de Áreas Históricas,	26.11.1976
20	Recomendação relativa à Educação para a Compreensão Internacional, Cooperação e Paz e da Educação relativas aos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais,	19.11.1974
21	Recomendação sobre o Estatuto dos Pesquisadores Científicos,	20.11.1974

22	Recomendação relativa à proteção, a nível nacional, do Patrimônio Cultural e Natural,	16.11.1972
23	Recomendação sobre a Padronização Internacional de Estatísticas para a Biblioteca,	13.11.1970
24	Recomendação relativa à Preservação de Bens Culturais em vias de extinção por obras públicas ou privados,	19.11.1968
25	Recomendação relativa ao Estatuto dos Professores,	05.10.1966
26	Recomendação sobre a Padronização Internacional de estatísticas relativas à produção de livros e periódicos,	19.11.1964
27	Recomendação sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação e Exportação Ilícitas e Transferência de Propriedade de Bens Culturais,	19.11.1964
28	Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos Sítios,	11.12.1962
29	Recomendação relativa a meios eficazes de tornar os Museus acessíveis a todos,	14.12.1960
30	Recomendação contra a Discriminação na Educação,	14.12.1960
31	Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas,	05.12.1956

[Quadro 3, Recomendações, Fonte: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID = 12 026 &URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=-471.html acedido a 12 de Dezembro de 2011]

1.1.2.4 Declaração

As declarações são outras formas de definir normas, que também não estão sujeitas às aprovações. Assim como as recomendações, estabelecem princípios universais a serem aplicados pela comunidade dos Estados. Na prática das Nações Unidas, uma declaração "é um instrumento formal e solene, adequado para raras ocasiões em que os princípios de grande importância e duração estão sendo enunciados, tais como a Declaração dos Direitos Humanos. A recomendação é menos formal." Abaixo as estabelecidas até Abril de 2011:

Quan\\	Declarações	Data
1	Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos	19.10.2005
2	Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital,	15.10.2003
3	Declaração da UNESCO relativa à destruição intencional de Patrimônio Cultural,	17.10.2003
4	Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos,	16.10.2003
5	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural,	02.11.2001
6	Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos,	11.11.1997
7	Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes para com as Gerações Futuras,	12.11.1997
8	Declaração de Princípios sobre a Tolerância, 16 de novembro de 1995, Carta Internacional da Educação Física e Desporto,	21.11.1978
9	Declaração sobre Raça e Preconceito Racial,	27.11.1978
10	Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para Fortalecimento da Paz e Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Humanos e Combate ao Racismo, o apartheid e o incitamento à guerra,	28.11.1978
11	Declaração de Princípios Orientadores sobre a utilização da transmissão por satélite para o livre fluxo de informação, a disseminação da educação e um maior intercâmbio cultural,	15.11.1972
12	Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional,	04.11.1966

[Quadro 4, Declarações, Fonte: http://portal. unesco.org/en/ev.php-RL_ID=23772 &URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201. html#name=3 acedido a 25 de Abril de 2011]

Todos esses itens relacionados acima referentes às conferências, recomendações e declarações são os reguladores das ações que a UNESCO direciona aos Estados-membros para interferir no intercâmbio de informações e influências, para possibilitar um melhor desenvolvimento intelectual e de direitos no globo com a finalidade de promover a igualdade e a paz entre os povos.

Devido à responsabilidade de direcionar as ações a serem programadas, dentre os inúmeros secretariados destaca-se o Secretariado do Planejamento Estratégico, criado em 2000, o qual se reporta ao Diretor Geral.

1.1.2.5 Assembleias Gerais

As ações estratégicas, temáticas e orçamentárias da UNESCO são definidas nas Assembleias Gerais que acontecem a cada dois anos. Nessa ocasião, ficam estabelecidos o programa, as orientações políticas e as abordagens temáticas.

1.1.2.6 Grandes Programas

Os grandes programas da UNESCO são: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Ciências Sociais, Cultura, Comunicação e Informação, que possuem suas subdivisões específicas, escritórios, funcionários, com a finalidade de cumprir as ações que foram estabelecidas nas assembleias gerais.

1.1.2.6.1 Educação

A UNESCO, seus Estados Membros e parceiros acreditam que a Educação é o caminho para o desenvolvimento social, moral, intelectual, espiritual e econômico do globo. Desde a sua fundação em 1945, a organização que trabalha para melhorar a educação em todo mundo e tem a seguinte missão:

> - "assumir a liderança internacional para criar sociedades de aprendizagem com as oportunidades educacionais para todas as populações.
> - fornecer conhecimentos e promover parcerias para fortalecer a liderança educativa nacional e da capacidade dos países para oferecer educação de qualidade para todos.
> - funcionar como um líder intelectual, um mediador honesto e câmara de compensação para as ideias, levando ambos os países e a comunidade internacional para acelerar o progresso rumo a essas metas.
> - facilitar o desenvolvimento de parcerias nomeadamente através da publicação anual de um Relatório de Monitoramento Global que controla as conquistas dos países e à comunidade internacional para a Educação para Todos ." (http://www.unesco.org/new/en/education/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 20 de Abril de 2011).

As prioridades do Setor de Educação são determinadas por metas adotadas pela ONU e pela UNESCO, as quais incluem: Educação para todos, Nações Unidas para o Desenvolvimento do Milênio, Década da Alfabetização das Nações Unidas 2003-2012, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, EDUCAIDS Iniciativa Global da Educação e HIV/AIDS. O setor adota diversos objetivos estratégicos como Capacitação, Laboratório de Ideias, Catalisador Internacional, Câmara de Compensação e Ajuste Padrão com a finalidade de cumprir a missão.

O movimento "Educação para todos" é uma das principais prioridades atuais. Ele consta de um compromisso global para oferecer educação básica para crianças, jovens e adultos. No Fórum Mundial de Educação (Dakar, 2000), 164 governos se comprometeram a atingir a EPT (educação para todos), e elaboraram seis metas a serem cumpridas até 2015.

> "Meta 1: Expandir e melhorar os cuidados na primeira infância e educação, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidos,
> Meta 2: Assegurar que até 2015 todas as crianças, especialmente meninas, crianças em circunstâncias difíceis e as pessoas pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso, a completa, gratuita e obrigatória educação primária de boa qualidade,
> Meta 3: Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam satisfeitas mediante o acesso equitativo à aprendizagem apropriada e a programas de habilidades para a vida
> Meta 4: Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos.

> Meta 5: Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com foco na garantia do acesso das mulheres plena e igual e as conquistas na educação básica de boa qualidade.
> Meta 6: Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos para que resultados reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, cálculo e habilidades essenciais para a vida." (http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/efa-goals/ acedido a 19 de Abril de 2011)

Ainda nesse programa observaram três grandes lacunas, a literacia, a falta de professores - particularmente na África - o HIV e a AIDS, que necessitavam de ação. Com isso, foram desenvolvidos os seguintes programas específicos: Iniciativa de Formação de Professores na África Subsaariana, Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento, e Iniciativa Global de Educação e HIV/AIDS, com a finalidade de sobrepor as deficiências e superá-las.

Governos, agências de desenvolvimento, sociedade civil e setor privado estão trabalhando juntos para alcançar essas metas.

1.1.2.6.2 Ciências Naturais

Promover a geração e troca de conhecimentos, incluindo o conhecimento científico, por meio da cooperação internacional, capacitação e assistência técnica é uma estratégia adotada pela UNESCO desde 1945 com o objetivo de propagar a cultura da paz. Também são estratégias importantes: compartilhar conhecimentos para produzir trocas contínuas e busca de cooperação entre os Estados-membros, contribuir para o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza, criar condições para um verdadeiro diálogo entre civilizações, culturas e povos.

Os programas estabelecidos são reflexos das necessidades que a biosfera global apresenta conforme o planeta responde às ações dos homens. A atenção é focada onde há a pretensão de corrigir lacunas que podem agravar a sobrevivência da espécie humana [e outras espécies] na terra. Atualmente, concentram-se esforços com programas para trabalhar: água doce, águas marinhas, terra, ecologia, prevenção de desastres naturais, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável e ciências básicas como: Programa Hidrológico Internacional [PHI]; Comissão Oceanográfica Intergovernamental [COI]; Programa do Homem e a Biosfera [MAB]; Programa Internacional de Geociências [IGCP]; Programa Internacional de Ciências Básicas [IBSP].

Considera-se importante destacar que a ênfase é dada aos países em desenvolvimento com o objetivo de conscientização, o que pode viabilizar o cuidado com os recursos naturais ainda a serem explorados. O setor de ciências naturais tem a finalidade de defender a ciência; funciona como uma plataforma que compartilha ideias e definição de normas; promove o diálogo entre cientistas e decisores políticos e catalisa iniciativas inovadoras em ciência por todo o mundo, em especial na África, com o foco de construir a paz com base no respeito mútuo e no respeito pelos valores comuns.

A estratégia a médio prazo, de 2008 a 2013, aprovada na 34ª Conferência Geral da UNESCO de 2007, inclui:

- Aproveitar o conhecimento científico em benefício do ambiente e da gestão dos recursos naturais;
- Promover políticas e capacitação em ciência, tecnologia e inovação;
- Contribuir para a preparação e mitigação de desastres.

Acrescentam-se outros programas e linhas de ação que ainda não foram citados, como: ciências da água, ciências ecológicas, ciências do mar, ciências da terra, as ciências básicas, política de ciência e tecnologia, uma vida sustentável em pequenos estados insulares em desenvolvimento, locais e sistemas de conhecimento indígena, as mudanças climáticas, as energias renováveis, engenharia, redução de desastres naturais.

1.1.2.6.3 Ciências Humanas e Ciências Sociais

> "Determinar o que deve ser (ética e direitos humanos)
> Antecipar o que poderia ser (filosofia)
> Estudar o que é (a pesquisa da ciência social empírica)"
> (http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 19 de Abril de 2011)

Segundo o site, foi possível analisar que a UNESCO fixou uma série de tarefas que têm a finalidade de contribuir para reduzir o 'fosso' entre o que é e o que deveria ser. Consideramos que as Ciências Sociais e Humanas desempenham um papel vital que auxilia na compreensão e interpretação do ambiente social, cultural e econômico, pois é capaz de fornecer ferramentas intelectuais e científicas de investigação, identificação e análise das tendências com a finalidade de propor caminhos e ações.

Propõe a reflexão da Ciência e Tecnologia, pois as dimensões éticas da atual evolução científica e tecnológica devem ser atendidas e enraizadas na herança cultural, jurídica, filosófica e religiosa de todas as nossas comunidades. Como forma de contribuição, a UNESCO prioriza:

- promover as convenções e instrumentos internacionais relacionados com a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- desenvolver princípios éticos e elaborar recomendações para os tomadores de decisão;
- desenvolver uma abordagem educativa para informar a opinião pública sobre as implicações dos direitos humanos do progresso científico e tecnológico, incluindo o impacto da globalização;
- executar seu papel consultivo no desenvolvimento das capacidades nacionais;
- ajudar a comunidade científica e os tomadores de decisão a incorporar a dimensão ética em seus empreendimentos.

A Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, a Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos e a Declaração Universal sobre Bioética e Diretos Humanos são normas e instrumentos jurídicos que aconselham os governos e coordenam organizações intergovernamentais com a finalidade de contribuir nas resoluções consonantes dessas problemáticas.

Acrescentam-se os esforços direcionados com a finalidade de propiciar o antidoping a nível mundial. Para isso, estabelece um quadro jurídico em que todos os governos podem tomar medidas contra o Doping no Esporte.

Os Direitos Humanos são trabalhados de forma intensa em todas as ações da UNESCO. As principais estratégias nessa direção são: reforçar a consciência, agir como um catalisador para a ação regional, nacional e internacional em direitos humanos, fomentar a cooperação com todos os atores e redes. Destacamos as ações direcionadas ao direito à educação, ao direito das mulheres e às diferenças entre os gêneros e na luta contra a discriminação de qualquer espécie.

Observa-se ainda que a organização prioriza a reflexão transdisciplinar e intercultural sobre os desafios contemporâneos, tais como globalização, diversidade, desenvolvimento, cidadania e dimensões éticas e cognitivas das sociedades.

> "Filosofia é relevante para todas as culturas do mundo, incute o pensamento crítico, criatividade e renovação de ideias, é a base da democracia, direitos humanos e uma sociedade justa" (http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 19 de Abril de 2011)

1.1.2.6.4 Cultura

> "Colocar a cultura no cerne da política de desenvolvimento constitui um investimento essencial para o futuro do mundo e uma pré-condição para os processos de sucesso da globalização que levam em conta os princípios da diversidade cultural. É missão da UNESCO lembrar a todos os estados-membros dessa grande questão." (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/culture-and-development/ acedido a 19 de Abril de 2011)

"Desenvolvimento não[5] é sinônimo de crescimento econômico por si só". Essa afirmativa foi demonstrada nas ações em curso da UNESCO desde 1970. Foi constatado que o desenvolvimento é inseparável da cultura, uma vez que é um meio para atingir uma satisfatória solução intelectual, emocional, moral e espiritual que contribui efetivamente para a promoção da paz mundial.

Na década de 1988-1998, foi lançada a "Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural", com o objetivo de reforçar a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Com isso, foi desenvolvida uma série de documentos e instruções normativas com o desafio de "convencer os decisores políticos locais, nacionais e internacionais, atores sociais a integrar os princípios da diversidade cultural e os valores do pluralismo cultural em todas as políticas públicas, mecanismos e práticas, especialmente por meio de parcerias público / privadas". Nota-se que essa é uma estratégia que tem o objetivo de incorporar a cultura na política do desenvolvimento. Acreditamos que a cultura oferece importantes benefícios no que se refere à coesão social, e acrescenta-se à contribuição em ações capazes de reduzir a pobreza.

Na promoção da cultura, a UNESCO trabalha para abrir caminho a práticas culturais abrangentes e colocar modelos em evidência, com o objetivo final de transformá-los em uma objeto de grande escala de desenvolvimento. Ela pretende incluir e demonstrar a eficácia da cultura no desenvolvimento, através da promoção das indústrias culturais. Por exemplo, pode aumentar a atenção dada à riqueza cultural dos países em desenvolvimento e não apenas aos seus recursos naturais, com a finalidade de promover o aumento do poder econômico.

No estudo realizado pela UNESCO e publicado no quadro analítico http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/culture_and_development_indicators/C+D%20indicators_Analytical%20framework.pdf, acedido a 19 de Abril 2011, os dados demonstram que apenas recentemente os economistas e agentes do

[5] Grifo da autora.

desenvolvimento reconhecem o potencial da cultura e de setores criativos tais como: artesanato, música, design, artes cênicas, edição, audiovisual, festivais, etc.

Acrescenta-se ainda que, em 2008, na UNCTAD Creative Economy Report, afirmou-se que esses setores "podem promover ganhos de geração de renda, criação de emprego e de exportação, promovendo a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano".

A UNESCO trabalha com nove grandes temas, que são: Diversidade Cultural, Patrimônio Mundial, Patrimônio Imaterial, O patrimônio cultural subaquático, Patrimônio móvel e Museus, Criatividade, Ação Normativa, Situação de Emergência.

> "Em sua rica diversidade, a cultura tem um valor intrínseco para o desenvolvimento, bem como a coesão social e da paz." http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/ acedido a 19 de Abril de 2011)

1.1.2.6 5 Comunicação e Informação

> "Capacitar as pessoas com o fluxo livre de ideias e o acesso à informação e ao conhecimento."
> (http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1509&URL_DO=DO_ TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 20 de Abril de 2011)

Com o objetivo de promover "livre fluxo de ideias através da palavra e da imagem", em 1990 foi reestruturado e apresentado na forma atual o Setor de Comunicação e Informação [C.I]. É constituído pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação [IPDC] e o Programa de Informação para todos [IFAP]. São três os objetivos estratégicos mais importantes:

- Promover o livre fluxo de ideias e o acesso universal à informação
- Promover a expressão do pluralismo e da diversidade cultural nos meios de comunicação e redes de informação mundiais
- Promover o acesso de todos às TIC [tecnologia da informação e comunicação]

É perceptível o trabalho da UNESCO em propiciar o acesso à informação, cujas finalidades são: criar um ambiente propício, favorecer e facilitar o acesso universal à informação e ao conhecimento. A organização considera ainda os arquivos como componentes essenciais para qualquer estratégia destinada a melhorar o acesso à informação, e trabalha na conscientização quanto às ferramentas tecnológicas ligadas em rede e na necessidade de processos e conservação. Apresenta ações de sucesso tais como o Centro de Multimídia da Comunidade [CMC], que objetiva diminuir a exclusão digital. A UNESCO instala o CMC na comunidade focando nas regiões mais pobres do planeta e combina rádio e telecentro com computadores, internet, e-mail, fax, telefone e fotocópias, proporcionando comunicação, educação, diversão. O CMC "fornece à comunidade ferramentas que dão voz forte e multiplicada do público aos que não tem voz, e assim promove uma maior responsabilidade nos assuntos públicos."

Além disso, a organização trabalha na direção da E-Administração, que é o uso do setor público das tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo decisório e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz. E ainda outros temas

de suma importância, que são: Capacitação, Desenvolvimento de Conteúdo, Liberdade da Mídia e Memória do Mundo.

> "A UNESCO trabalha para criar um ambiente propício, que favorece e facilita o acesso universal à informação e ao conhecimento, incluindo a definição de normas, sensibilização e acompanhamento dos progressos para alcançar o acesso universal à informação e ao conhecimento." (http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=19488&URL_DO =DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 19 de Abril de 2011)

Na 32ª Conferência Geral da UNESCO em 2003, foi adotada a Recomendação sobre a Promoção e Uso do Multiculturalismo e o Acesso Universal ao Cyberespaço, reiterando a convicção da necessidade de livre acesso à informação e ao domínio público.

Em relação à informação de domínio publico, foram publicadas, em 2004, como ferramenta de consultoria para os governos, as "Diretrizes da Política para o Desenvolvimento e Promoção de Informação Governamental de Domínio Público", produzidas pelo setor público, e que geralmente são mal compreendidas. Podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social, a maior transparência do governo, a promoção dos ideais democráticos, a melhoria da saúde pública e segurança, e serve às funções essenciais da investigação científica e técnica.

1.1.2.6.6 Temas Especiais

Há ainda os temas especiais que direcionam sua atenção para resolver lacunas problemáticas e emblemáticas espalhadas pelo globo, de modo que o organismo pode contribuir para uma melhoria contínua e cumprir sua política de paz para tornar o mundo melhor. Alguns desses temas são: Alterações Climáticas, Cultura de Paz, Diálogo entre as Civilizações, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Prospectiva e antecipação, Igualdade de Gênero, HIV e AIDS, TIC na Educação, Prioridade de África, Países Menos Desenvolvidos, Sistemas Nacionais de Pesquisa, Pós-Conflito e Respostas pós-desastre, Ciências e Educação, Pequenos Estados Insulares em Juventude, que são desenvolvidos para serem trabalhados pelos escritórios espalhados pelo globo.

Atualmente, a organização está concentrada em duas prioridades, que são: a África e a Igualdade de Gênero. Segundo a UNESCO, os diversos países da África demonstram uma determinação crescente para sair da pobreza e da marginalização no mundo globalizado. Iniciou-se um processo de ação coletiva orientada para trazer paz o desenvolvimento para esses países.

O organismo responsável pela África inclui, dentre as principais linhas de ação que cada setor do programa, os institutos, centros e escritórios que devem ter a África como prioridade. Ele fiscaliza todos os outros estados-membros para que priorizem as problemáticas levantadas. Realiza ações no continente com a finalidade de integrar regiões e sub-regiões e cuida para que as ações sejam praticadas de maneira efetiva.

Referindo-se à prioridade da Igualdade de Gênero, conforme o site [http://www.unesco.org/new/en/unesco/themes/gender-equality/about-us/introduction/ acedido a 18 de Abril de 2011], desde sua criação 1946, a UNESCO está na vanguarda dos esforços para apoiar os direitos das mulheres, o empoderamento e a igualdade de gênero. Embora a realização de ações constantes, eles afirmam haver um trabalho mais efetivo nas ultimas décadas.

A Divisão de Igualdade e Gênero está localizada no gabinete do Diretor Geral na sede da UNESCO em Paris, na França, é responsável por organizar e programar ações sobre essa temática. Acrescentam-se trabalhos realizados de forma transversal, incluindo as áreas de competências: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura, Comunicação e Informação.

> "A UNESCO considera que todas as formas de discriminação em razão de gênero são violações dos direitos humanos, e uma barreira significativa para a paz, desenvolvimento sustentável e na realização dos objectivos de desenvolvimento internacionalmente reconhecidas". (http://www.unesco.org/new/en/unesco/themes/gender-equality/capacity-development/ acedido a 18 de Abril de 2011)

A divisão também é responsável pelo fornecimento e sensibilização de orientação sexual para todos os Estados-membros e pela organização de trabalhos sobre HIV e AIDS em âmbito global.

1.1.2.6.7 Grandes Objetivos

A UNESCO trabalha com outros grandes objetivos.

- Atingir a qualidade da educação para todos e aprendizagem,
- Mobilizar o conhecimento das ciências e da política para o desenvolvimento sustentável,
- Dirigir emergentes desafios éticos sociais,
- Promover a diversidade cultural, o diálogo e uma cultura de paz,
- Construir sociedades do conhecimento através da informação e comunicação.

1.2 Articulação entre a UNESCO e a Museologia

A ‘Liga das Nações’ já possuía uma instância que era responsável por ações referentes a Museus. Com isso, ao assumir suas funções, a ONU herdou todo esse legado e, na fundação da UNESCO em 1946, esse legado foi transferido como uma de suas demandas. A UNESCO, ao longo da segunda metade do século, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de propostas de normalização e produção de documentos pertinentes à área museológica que influenciaram e ainda influenciam diversos países. O ICOM – Conselho Internacional de Museologia foi fundado em 1946-1947 com a finalidade de ser o órgão gestor de ações referentes a essa temática.

1.2.1. ICOM – Conselho Internacional de Museus

> "Como a organização internacional de museus e profissionais de museus, promove a conservação, manutenção e comunicação para a sociedade do patrimônio natural e cultural mundial, presente e futuro, tangível e intangível; assegura a conservação e proteção dos bens culturais; estabelece padrões de excelência em design, gestão e organização de coleções." (http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 03 de Maio de 2011).

O ICOM é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus. Sua sede é junto à UNESCO em Paris, e possui mais de 27.000 membros de 150 países. A gestão para a realização das estratégias é dividida em **117 Comitês Nacionais** que fornecem o principal instrumento de comunicação entre o ICOM e os seus membros e organiza programas de intercâmbio internacional. Abaixo estão os países membros:

Antiga República Jugoslava da Macedónia	Congo	Letónia	República Checa
Afeganistão	Costa do Marfim	Líbano	República da Coréia
Albânia	Costa Rica	Lituânia	República da Moldávia
Alemanha	Croácia	Luxemburgo	República Democrática do Congo
Andorra	Cuba	Madagáscar	República Dominicana
Angola	Dinamarca	Malásia	Romênia
Árabes, Estados Unidos Emirates	Egito	Mali	Rússia
Argélia	Equador	Malta	Senegal
Argentina	Eslováquia	Marrocos	Sérvia
Arménia	Eslovénia	Mauritânia,	Singapura
Austrália	Espanha	México	Sri Lanka
Áustria	Estados Unidos da América	Mónaco	Suazilândia
Azerbaijão	Estónia	Mongólia	Suécia
Bangladesh	Filipinas	Montenegro	Suíça
Barbados	Finlândia	Namíbia	Sul Sul
Bélgica	França	Nepal	Tailândia
Benin	Gana	Nicarágua	Togo
Bielorrússia	Geórgia	Níger	Tunísia
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Grécia	Nigéria	Turquia
Bósnia	Guatemala	Noruega	Ucrânia

Botswana	Haiti	Nova Zelândia	Uruguai
Brasil	Herzegovina	Omã	Venezuela (República Bolivariana da)
Bulgária	Hungria	Países Baixos	Vietnã
Burkina Faso	Índia	Panamá	Zâmbia
Camarões	Indonésia	Paraguai	Zimbabwe
Camboja	Irão - República Islâmica do	Peru	
Canadá	Irlanda	Polónia	
Chile	Islândia	Portugal	
China	Israel	Quénia	
Chipre	Itália	Quirguistão	
Colômbia	Japão	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	

[Quadro 5, Países Membros, Fonte: http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011]

Consta de **31 Comitês Internacionais** que se reúnem uma vez ao ano, representam diferentes tipos de museus ou disciplinas específicas e realizam os grandes objetivos do ICOM, que são: cooperação e intercâmbio profissional, difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus, formação de pessoal, prática e promoção de ética profissional, atualização de padrões profissionais, preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais.

Os Comitês Internacionais são distribuídos em:

Comitê Internacional do ICOM para Egiptologia (CIPEG);
Comitê Internacional do ICOM Comitê de Arquitetura e Museu Técnicas (ICAMT);
Comitê Internacional do ICOM para Audiovisual e Imagem e do Som das Novas Tecnologias (AVICOM);
Comitê Internacional do ICOM para Coleta (COMCOL);
Comitê Internacional do ICOM para os acervos e atividades dos museus, das Cidades (CAMOC);
Comitê Internacional para a Conservação ICOM (ICOM-CC);
Comitê Internacional do ICOM para Documentação (CIDOC);
Comitê Internacional do ICOM para Educação e Ação Cultural (CECA);
Comitê Internacional do ICOM Comitê de Intercâmbio de Exposições (ICEE);
Comitê Internacional do ICOM para a Casa Histórica (DEMHIST);
Comitê Internacional do ICOM para Museus Literários (ICLM);
Comitê Internacional do ICOM para Gestão (INTERCOM);
Comitê Internacional do ICOM para Marketing e Relações Públicas (MPR);
Comitê Internacional do ICOM para o Comitê de Dinheiro e Banking Museus (ICOMON);
Comitê Internacional do ICOM para Museologia (ICOFOM);
Comitê Internacional de Museus ICOM para a Segurança (ICMS);
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Colecções de Arqueologia e História (ICMAH);
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Fantasias;
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Colecções de Etnografia (ICME);
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de vidro;
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de História Natural (nathista ICOM);

Comitê Internacional do ICOM para Museus e Acervos de Ciência e Tecnologia (CIMUSET);
Comitê Internacional de Museus ICOM Instrumento Musical e Coleções (CIMCIM);
Comitê Internacional do ICOM para Museus Regionais (ICR);
Comitê Internacional do ICOM para a Formação de Pessoal (ICTOP);
Comitê Internacional de Museus ICOM para a Universidade e Coleções (UMAC);
Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Arte Moderna (CIMAM);
Comitê Internacional de Museus Memorial de Recordação das Vítimas Crimes Pública (MEMO IC);
Comitê Internacional de Museus e Coleções de Armas e História Militar (ICOMAM);
Comitê Internacional de Museus e Colecções de artes decorativas e design (ICDAD);
Comitê Internacional de Museus e Coleções de Belas Artes (ICFA).

[Quadro 6, Comitês Internacionais, Fonte: http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011]

As Organizações Regionais são 5: têm a finalidade de acompanhar, gerenciar e administrar as ações nos locais de destino.

Aliança Regional do ICOM para Europa do Sudeste (ICOM SEE);
Aliança Regional para os Países Árabes ICOM (-ÁRABE ICOM);
ICOM-Pacífico Aliança Regional da Ásia (ICOM-ASPAC);
Regional Aliança Europeia ICOM (ICOM-Europa);
América Latina ICOM e Aliança Regional do Caribe (ICOM-LAC).

[Quadro 7, Organizações Regionais, Fonte: http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011]

O ICOM fornece serviços e assistência técnica com a UNESCO e seus estados membros por meio de missões periciais, planejamento de museus, organização de reuniões e preparação de publicações, faz quatro publicações de "ICOM News" por ano em Inglês, Francês e Espanhol e de trabalhos das Conferências, livros técnicos e folhetos, relatórios e documentos sobre museus. (http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 03 de Maio de 2011)

Organizações Internacionais Associadas [18]: são organizações que são interessantes para o ICOM e vice-versa para trabalhar em parcerias. Seriam como filiados.

Associação Europeia de museus ao ar livre (AEOM);
Associação Internacional de Museus Agrícolas (AIMA);
Associação de Museus do Oceano Índico (AMOI);
Associação Britânica de Museus (CAM);
Associação Europeia dos Museus da Criança (Hands On Europe);
EXARC
Associação Internacional de Museus Aduaneira (IACM);
Associação Internacional de Administradores de Instituições de Museus (IAMFA);
Associação Internacional de Museus de História (IAMH);
Associação Internacional de Transportes e Comunicações Museus (IATM);
Confederação Internacional dos Museus Arquitectônico (ICAM);

Congresso Internacional dos Museus Marítimos (ICMM);
Conselho Internacional de Museus Africanos (AFRICOM);
Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM);
Associação de Museus do Caribe (MAC);
Ilha do Pacífico Associação de Museus (PIMA);
Associação Internacional de Bibliotecas e Museus de Artes do Espetáculo (SIBMAS);
Associação Comunitária Sul-Africana de Desenvolvimento dos Museus e Monumentos (SADCAMM).

[Quadro 8, Organizações Associadas, Fonte: http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011]

A UNESCO-ICOM, em seus Seminários e Estágios Internacionais, é a responsável pelos conceitos que fundamentam documentos produzidos pela comunidade museológica e que quebraram paradigmas e propuseram formas de atuação do museu e das práticas museológicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural e a intervenção social.

Os Seminários Internacionais e regionais promovidos pela UNESCO entre 1952 e 1992 foram dedicados ao estudo da função e do lugar dos museus. Além disso, colocaram em evidência o papel das instituições museais como agentes de educação, de inclusão social e de desenvolvimento. Sendo eles os seguintes (Primo, 2007, p. 124-129):

Quant\\	Seminários	Local\Data
1	I Seminário Internacional da UNESCO, Sobre a Função Educativa dos Museus, Nova Iorque – EUA, 1952, de14 de Setembro a 12 de Outubro,	EUA, 14.09.1952
2	II Seminário Internacional da UNESCO, Sobre a Função Educativa dos Museus, Atenas, Grécia, 1954, de 13 de Setembro a 10 de Outubro,	Grecia, 13.09 a 10.10.1954
3	III Seminário Regional da UNESCO, Sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro, Brasil, 1958, de 7 à 30 de Setembro,	Brasil, 7-30.09.1958
4	IV Seminário Regional da UNESCO, Museu como Centro Cultural no Desenvolvimento da Comunidade, Tóquio, Japão, 1960, de 4 à 30 de Setembro,	Japão, 4-30.09.1960
5	V Seminário Regional da UNESCO, Museu como Centro Cultural da Comunidade, México, 1962, de 17 Setembro à 14 de Outubro,	México, 17.09 a 14.10.1962
6	VI Estágio Regional de Estudos da UNESCO e VI Seminário Regional da UNESCO, O Papel dos Museus Contemporânea na África, Jos – Lagos – Nigéria, 1964, de 24 de Outubro a 18 de Setembro,	Nigéria, 18.09 a 24.10.1964
7	VII Seminário Regional da UNESCO, O Desenvolvimento dos Museus, Nova Delhi – Índia 1966,	Índia, 1966
8	Estágio de Estudos Regionais, Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus na Mundo Contemporâneo UNESCO – ICOM Santiago – Chile 1972 de 20 a 31 Maio,	Chile, 20 a 31.05.1972
9	VIII Seminário Regional da UNESCO, O Papel e Desenvolvimento dos Museus em África, Lagos – Nigéria, 1973, de 3 à 9 de Dezembro,	Nigéria, 3-9.12.2973
10	IX Seminário Regional da UNESCO, O Papel e Desenvolvimento dos Museus nos Estados Árabes, Cairo – Egito, 1974, de 23 à 30 de Novembro,	Egito, 23-30.11.1974
11	X Seminário Regional da UNESCO para a Adaptação dos Museus em Ásia para a necessidade do Mundo Moderno, Tóquio – Quioto – Japão, 1976, de 22 à 27 de Março,	22-27.03.1976

12	XI Seminário Regional da UNESCO, Por uma melhor Adaptação dos Museus ao Serviço do Mundo Moderno, Bangui – África Central, 1976, de 2 à 12 de Abril,	2-12.04.1976
13	XII Seminário Regional da UNESCO – Seminário A missão dos Museus da América Latina Hoje - Declaração de Caracas, ICOM Caracas – Venezuela, 1992, de 16 de Janeiro a 6 de Fevereiro,	16.01 a 6.02.1992

[Quadro 9, Seminários, Fonte: Primo, 2007, p.127-131]

Desses seminários resultaram diversas resoluções e ações descentralizadas em inúmeros países, as quais se refletem, de alguma forma, nas políticas museológicas implantadas globalmente. Além disso, todos os seminários listados acima e as localizações onde eles ocorreram foram fundamentais para difundir em todo o globo as tendências do pensamento museológico de maneira transnacional.

> "A UNESCO desempenhou um papel decisivo para a transnacionalização das noções de museu como instituição educativa, centro difusor da cultura na sociedade e, instituição que presta serviço cultural e social ao preservar e divulgar os patrimónios da e na sociedade." (Primo, 2007, p.123)

Uma das vertentes é a museologia social, a qual tem o ser humano como seu principal agente e não mais somente o objeto. Essa museologia tem a preocupação de ação social e gestão participativa, em que o indivíduo é o processo e não simplesmente 'faz parte'. Essa museologia traz ações inovadoras para a época e também uma série de desafios que vêm sendo superados com o passar dos anos. Ela não traz uma forma exata de praticá-la, porém, há uma grande vontade de que os museus abram suas portas, janelas, reservas técnicas, vitrines e faça da instituição um local não apenas de preservação e fruição, mas também de reflexão, interação e ação conjunta, um local onde a voz que fala não seja apenas a institucional, e que também se reconheçam no discurso as pessoas que são o processo.

Consta que os inúmeros documentos produzidos que refletiram para a elaboração da museologia social auxiliaram na reflexão e elaboração de novos documentos e novas significações para outras ações. Uma vez que, a priori ou posteriori, estabelecem relação com a Unesco/Icom, esses são os mais significativos: i)'I Seminário Internacional de UNESCO, NY, 1952' , ii)'Mesa Redonda de Santiago do Chile – 1972',iii) Carta de Quebec – 1984, iv) MINOM – Movimento para a Nova Museologia – 1985, v) Declaração de Caracas – 1992.

1.2.1.1. I Seminário Internacional da UNESCO, NY, 1952

O I Seminário Internacional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus ocorreu cinco anos após a Segunda Guerra Mundial, na cidade de Nova Iorque, nos EUA, em 1952, momento em que o mundo recuperava-se e reestruturava-se de todas as transformações ocorridas após os inúmeros impactos que uma grande guerra é capaz de produzir.

O Seminário trabalhou a temática 'O papel educativo dos Museus' com o principal objetivo de discutir a efetiva função educativa dos Museus, assumindo o serviço educativo, e também se pensou sobre a função do museu como 'centro cultural comunitário' que poderia contribuir para diminuir o déficit de cultura e educação das populações menos favorecidas. É importante salientar que a UNESCO originou-se tendo como objetivo principal a educação para todos, a paz mundial e a igualdade de direitos, dentre outros correlatos.

> "Desde que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas..." (http://portal.unesco.org/ en/ev.php-URL_ ID=15244 &URL _DO=DO_TOPIC&URL _SECTION=201.html acedido a 03 de Maio de 2011):

Este item consta em um dos itens descritos no estatuto da sua constituição.

Acredita-se que a Educação é um dos meios para construir a paz nas mentes humanas e assim o museu [com suas inúmeras funções] e os profissionais dessa área são importantes contribuintes para a UNESCO atingir seus objetivos. Nesse primeiro Seminário Internacional, a UNESCO assumiu que iria "organizar demonstrações de que podem ser feitos museus para a educação de jovens e adultos".

1.2.1.2. Mesa Redonda de Santiago do Chile – 1972[6]

Na década de 70, acontecia uma série de transformações comportamentais em relação aos modelos políticos, éticos, sexuais, etc. Emergiam propostas contrárias aos padrões vigentes como, por exemplo, os movimentos libertários como a contracultura, o movimento feminista, o movimento ecologista, dos direitos humanos e das minorias, o movimento pela democratização da cultura e justiça social, dentre outros.

Nesse contexto de contestação, a comunidade museológica questionava e propunha um modelo de instituição museal com compromissos e práticas sociais. Os princípios de base do museu integral - Declaração de Santiago do Chile/1972 - é o marco de início das transformações sobre o pensamento museológico e a intervenção social.

> "De todos os documentos produzidos no seio da UNESCO, esse (Declaração de Santiago do Chile/1972) tem sido o que mais amplamente foi analisado e discutido pelos profissionais ligados às actividades museológicas." [7]

Nesse documento, observa-se a consciência da necessidade de renovação na museologia, o museu como agente do desenvolvimento, instrumento de mudança social e consciência crítica, o consenso quanto à interdisciplinaridade para as ações/produções museais.

A declaração da Mesa-Redonda de Santiago/1972 diz: analisar os problemas do meio rural e urbano, do desenvolvimento técnico e científico da educação permanente. Os integrantes da mesa salientam que a comunidade deve estar atenta aos aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos com a finalidade de resolução de seus problemas, consideram que a tomada de consciência pelos Museus da situação atual e as possíveis intervenções são fundamentais para que possam desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade. Busca-se um museu com compromisso social, onde uma das suas funções é integrar-se a sociedade por meio da valorização da cultura e da identidade local e promover um espaço dinâmico que trabalha a história e a memória da comunidade.

---

[6] Anexo III

[7] Cabe explicar que o Seminário de 1972, ocorrido em Santiago do Chile, não aparece numerado em nenhum documento da UNESCO. A Museologia e as Políticas Culturais Européias: O Caso Português, Primo,J. p.155)

1.2.1.3 Carta de Quebec – 1984[8]

Faz-se necessário destacar que esse documento não é oriundo de intervenções da UNESCO e do ICOM, já que somente depois é que veio a existir uma parceria, a qual será detalhada mais a seguir.

Na década de 80, constam o fim da guerra fria e a queda de muitos dogmas, tais como: consciência de que a globalização não traz igualdade dos povos e sim forma blocos econômicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres, desenvolvimento acelerado da ciência e tecnologia, acesso facilitado a inúmeros meios de comunicação.

Nesse período, a comunidade museológica observa que muitas experiências no campo da museologia social haviam sido efetuadas, porém, a comunicação entre os pares não era transversal. Segundo Moutinho (1989, p.20), havia dificuldade no intercâmbio de informações entre as experiências diversas da nova museologia. Com isso, o grupo dos ecomuseus do Quebec, em particular a ação de Pierre Mayrand e de René Rivard, lança um projeto de encontro internacional que reunisse museólogos de vários países.

Assim, em outubro de 1984, foi realizado em Québec o primeiro atelier internacional, dedicado ao tema Ecomuseus/Nova Museologia. Estiveram presentes participantes de Portugal, Canadá, França, Espanha, Noruega, Alemanha Federal, México, Bélgica, Estados Unidos e Suécia. Reuniram-se com o objetivo de criar as condições de intercâmbio sobre a ecomuseologia e a nova museologia no mundo, definir as suas relações com a museologia em geral, aprofundar os conceitos e encorajar as práticas.

Desse atelier originou-se a Declaração de Quebec/1984, em cuja introdução, nos princípios de base para uma nova museologia, está expresso que "um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, este movimento afirma a função social do museu e o caráter global de suas intervenções" [confirmando o que foi dito na página 54 sobre a Mesa de 1972].

Segue a declaração dizendo que, ao mesmo tempo em que preserva as referências culturais do passado, que protege aqueles que testemunham as museologias e a tecnologia atual, a nova museologia-ecomuseologia e museologia comunitária, consideradas museologias ativas, "interessam-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro". O Movimento existente há mais de 15 anos considera: estar a serviço da imaginação

[8] Anexo IV

criativa, promover a aproximação entre os povos e respeitador da sua riqueza intrínseca, manifestar-se de forma global e ter preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica, e utilizar outros recursos da museologia [coleta, conservação, investigação científica, restituição e difusão, criação] que transformam em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos.

Ainda analisando o documento, observa-se que tomam posição assumindo que a nova museologia-ecomuseologia, a museologia comunitária e outras formas de museologia ativa existem há mais de 15 anos e que foram um fator de desenvolvimento crítico das comunidades. Assim, adotaram esse modo de gestão e as diversas influências desse movimento de maneira internacional.

Com esses argumentos, o grupo solicitou o reconhecimento da Nova Museologia e que, com o intuito de permitir o desenvolvimento e a eficácia dessas "museologias", seja viabilizada uma estreita relação com a criação de um comitê internacional 'Ecomuseus/Museu Comunitários' no quadro do ICOM e uma federação internacional da nova museologia associada ao ICOM e ICOMOS [Conselho Internacional de Monumentos e Sítios], com sede inicial no Canadá, e a proposta de realização de outros Ateliês para uma sequência do trabalho.

1.2.1.3 MINOM – Movimento para a Nova Museologia - 1985[9]

O segundo atelier internacional ocorreu em Portugal em 1985, também sem a participação direta de UNESCO e ICOM, em que o Comitê organizador era composto por António Nabais, Manuel Carrasco, Mário Moutinho, Hugues de Varine, Pierre Mayrand, Evelyn Lethalle, Marc Maure e Etienne Bernard, com a proposta de discutir a ligação museu-poderes públicos, a afirmação do movimento da Nova Museologia e a organização de uma ação de formação.

Desse Atelier originou o MINON – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Segundo Moutinho (1989, p.24), foi a primeira vez que o comitê executivo do ICOM recebeu com interesse os projetos do movimento, e demonstrava que foi levado a reconhecer o sucesso em termos ideológicos e organizativos que tinha sido o atelier de Québec. Desde então, o diálogo com o ICOM tem sido uma realidade, ocorrendo hoje em dia projetos comuns.

Ficou definido, na página 4 do estatuto de criação do MINOM, proposição 2[10], que consideravam que uma estrutura dual, tal como proposto nas recomendações da Declaração de Quebec, não corresponde à realidade e à dinâmica do movimento*[11]. O artigo 4 no item 2 do mesmo estatuto deixa claro que uma das suas principais finalidades é incentivar a reflexão, a troca de informações, a cooperação e projetos conjuntos entre os indivíduos, instituições, agências e organizações ativas no novo museu em termos práticos ou teóricos[12].

E ainda reagrupar pessoas de interesses comuns, uma vez que a filosofia desse movimento está impressa na "Declaração de Santiago, 1972" e na "Declaração de Quebec, 1984", o movimento aceita e engloba uma série de outras realizações e ações, porém, que preservem os mesmos caracteres, que são: acesso da população ao autoconhecimento, aproximação interdisciplinar e inter-relação do indivíduo e o meio, trabalho museal que utilize métodos com o engajamento ativo da população e a estrutura aberta e descentralizada, tomada de ações e posição para a nova museologia.

---

[9] Anexo V

[10] "2. Lê GTP juge qu'une double structure, telle qu'elle est proposée dans les recommandations de la déclaration de Québec ne correspond pas à réalité et à la dynamique du mouvement." (http://www.minom-icom.net/signud/DOC%20PDF/198500903.pdf).

[12] "2. Favoriser la réflexion,l'échange d'information, la coopération et lês projets communs entre personnes, institutions, organismes et organisation actives dans le domaine de la nouvelle muséologie soit sur le plan pratique soit sur le plan theorique."

O MINOM é uma das 18 Organizações Internacionais Associadas ao ICOM/UNESCO, em que as ideias da nova museologia não têm por objetivo dar uma hipotética solução aos problemas da museologia tradicional, mas são, sobretudo, o desenvolvimento de práticas inovadoras buscando de forma contínua o caminho a seguir (Moutinho,M. 1989, p. 13). A criação do MINOM representou, então, uma indiscutível prova de dinamismo da nova museologia que se afirmava internacionalmente como uma realidade. Até o presente momento [Dezembro de 2011] realizaram-se 14 Ateliês Internacionais organizados pelo MINOM..

Os Ateliês continuaram suas edições, sendo elas:

Quant\\	Local	Ano
1	Lisboa	1985
2	Toten, Noruega	1986
3	Molinos, Espanha	1987
4	Chalcos, Grécia	1988
5	Merlebach Freeming, França	1989
6	Mashteuiatsh, Haute-Beauce, Quebec	1992
7	Hidalgo, Patzcuaro, no México	1996
8	Salvador, Brasil	1999
9	Santiago do Cacém, Portugal	2003
10	Rio de Janeiro, Brasil	2004
11	Molinos, Espanha	2005
12	Lisboa, Portugal	2007
13	Cabo Verde	2011
14	Santa Catarina, Brasil	2011

[Quadro 10, Ateliês do MINOM, Fonte: (http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=article&id =6&Itemid=4 acedido a 18 de Novembro de 2011]

1.2.1.5 Declaração de Caracas, 1992[13]

Após o fim da guerra fria e a queda de inúmeros paradigmas e ideologias, e mais de vinte anos após a declaração de Santiago no Chile, em 1972, a comunidade internacional museológica reúne-se para o XII Seminário Regional da UNESCO – A missão dos Museus da América Latina Hoje - Declaração de Caracas/1992.

O principal objetivo dessa declaração era atualizar os conceitos definidos na Declaração de Santiago, 1972, em conformidade com as atuais circunstâncias políticas, tecnológicas e sociais vigentes, refletir sobre a missão contemporânea do museu, assumindo-o como principal agente de desenvolvimento integral da região, reavaliar a relação do museu com o desenvolvimento, a adequação às novas linguagens, as novas funções pertinentes à instituição e determinada ênfase com a reestruturação de conceitos dos funcionários.

A reflexão foi estruturada, incluindo a inserção de políticas museológicas no setor da cultura, a tomada de consciência e o poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos, a reflexão sobre ação social do museu e o papel da instituição no futuro, as estratégias para captar recursos financeiros, os novos perfis profissionais adequados ao novo museu em transformação, o entendimento do museu como meio e o papel da comunicação no museu. Na função social, exige-se uma dinâmica de trabalho diferenciada, em especial a tomada de consciência e a liderança dos diretores da instituição.

Defende-se o Museu Integrado com os indivíduos, o espaço, o contexto da comunidade. Essa declaração afirma o que foi dito nas anteriores [comentadas neste trabalho] e legitima o caminho para a continuidade de uma museologia ativa em conformidade com o entorno. Também reflete sobre a importância política que a instituição tem e necessita assumir de forma participativa nas diretrizes públicas. Traz à tona o indivíduo e suas relações com o patrimônio, a memória e a identidade.

Após a análise de todos os documentos, foi possível perceber o esforço de determinado grupo de profissionais e intelectuais para pensar a museologia de forma ativa e com caráter participativo.

Desde a fundação da UNESCO e do ICOM, observa-se a intervenção desses organismos nas diretrizes do pensamento museológico, refletindo sobre soluções para problemáticas referentes a patrimônio, memória, identidade, educação, acervo e capacitação profissional.

[13] Anexo VI

No entanto, as questões da museologia social somente começam a ser pensadas e trabalhadas a partir da declaração de Santiago em 1972, e depois em Quebec em 1984, o que deu origem ao MINON em 1985 e às reestruturações em Caracas 1992.

Observa-se que, mesmo de forma lenta e não homogênea, os conceitos e ações multiplicam-se internacionalmente. Os desafios são contínuos e a superação ocorre na medida em que as práticas são executadas, avaliadas e repensadas.

1.3 A UNESCO e as ações referentes ao Patrimônio

Foram trabalhadas, neste artigo, as ações da UNESCO, dos Estados-membros e dos parceiros referentes ao Patrimônio, sendo ele material ou imaterial.

Será possível ter uma visão sistêmica sobre o que foi efetivado sobre o Patrimônio Mundial, Patrimônio Cultural Imaterial, Patrimônio Cultural Subaquático, Patrimônio Móvel e Museus, Memória do Mundo (inclui Patrimônio Documental e Patrimônio Digital)?

Desde sua fundação em 1948, a UNESCO possui ações direcionadas para a preservação, conservação e salvaguarda do Patrimônio, sendo ele material ou imaterial.

Considera como Patrimônio o legado do passado, o que vivemos atualmente e o que passamos às gerações futuras. O nosso patrimônio é uma fonte insubstituível de vida e inspiração. A organização afirma que lugares, objetos tangíveis e intangíveis, únicos e diversificados compõem o patrimônio do nosso planeta.

1.3.1 Patrimônio Mundial

O conceito adotado pela UNESCO sobre o Patrimônio Mundial refere-se ao fato de pertencerem a todos os povos do mundo, independente do território onde estão localizados.

Com a finalidade de incentivar a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural ao redor do mundo considerado de excepcional valor para a humanidade, os Estados-membros reuniram-se na 17ª Conferência Geral da UNESCO em Paris, no ano de 1972, e foi estabelecida a "Convenção do Patrimônio Mundial".

As missões estabelecidas nessa convenção são:

> - "encorajar os países a assinar a Convenção do Património Mundial e para assegurar a protecção do seu património natural e cultural;
> - incentivar os Estados partes na Convenção de nomear locais dentro do seu território nacional para a inclusão na Lista do Património Mundial;
> - incentivar os Estados partes para estabelecer planos de gestão e criação de sistemas de informação sobre o estado de conservação dos seus sítios do Patrimônio Mundial;
> - ajudar os Estados Partes de salvaguarda do patrimônio mundial, prestando assistência técnica e formação profissional;
> - prestar assistência de emergência para a Patrimônio Mundial em perigo imediato;
> - apoiar as atividades dos Estados-Partes pública de sensibilização para a conservação do patrimônio mundial;
> - incentivar a participação da população local na preservação do seu patrimônio cultural e natural;
> - incentivar a cooperação internacional na conservação do património cultural e natural do nosso mundo." (http://whc.unesco.org/en/about/ acedido a 21 de Abril de 2011)

Foi considerado que o patrimônio cultural e natural está cada vez mais ameaçado de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução econômica e pelas condições sociais que agravam a situação.

Consideram que a degradação ou o desaparecimento de qualquer item do patrimônio constitui um empobrecimento nefasto de todas as nações do mundo.

Nessa convenção, definiram Patrimônio Cultural como:

> **"monumentos**: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações de características, que são de valor universal excepcional do ponto de vista, história da arte ou da ciência;
> **grupos de edifícios:** ou grupos de edifícios separados que, devido à sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista, história da arte ou da ciência;
> **sítios:** obras do homem ou obras conjugadas do homem e natureza, e áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do, estético, etnológico ou antropológico ponto de vista histórico." (http://whc.unesco.org/en/conventiontext/acedido a 21 de Abril de 2011)

E Patrimônio Natural como:

> **"recursos naturais** constituídos por formações físicas e biológicas ou grupos de tais formações, que tenham um valor universal excepcional do ou científico ponto de vista estético;
> **formações geológicas** e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies ameaçadas de animais e plantas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
> **sítios naturais** ou zonas naturais estritamente delimitadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural."

A convenção é entendida como um sistema de cooperação internacional com os esforços para identificar e preservar os patrimônios. Cada Estado-membro deve reconhecer que é seu dever garantir a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural situados em seu território.

Na convenção, foi criado um comitê intergovernamental [O Comitê do Patrimônio Mundial se reúne uma vez por ano e é composto por representantes de 21 dos Estados Partes na Convenção, eleitos pelos seus na Assembleia Geral] para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, eleito entre os Estados-membros, que deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do mundo. O Comitê segue um regulamento interno e poderá adotar órgãos consultivos ou convidar organismos públicos/privados ou pessoas singulares a participar nas suas reuniões para consulta sobre problemas específicos.

Consta, na referida Convenção, que os Estados-membros devem apresentar um inventário dos bens que fazem parte do patrimônio cultural e natural de seu território.

Será estabelecida uma lista que deve ser divulgada a cada dois anos, contendo os patrimônios inventariados e qualificados pelo comitê. Haverá também a lista dos Patrimônios Mundiais em Perigo. Estes receberão destaque para que haja uma intervenção urgente.

Foi criado um fundo responsável por gerir as ações referentes às listas e/ou de salvaguarda. Os Estados-membros têm uma quantia financeira obrigatória a colaborar, determinada por porcentagens diferentes aos países e há ainda a possibilidade de entrada de recursos financeiros oriundos de instituições públicas e/ou privadas e organizações.

No artigo 19 da referida convenção, fica estabelecido que qualquer Estado parte poderá fazer pedido de valor financeiro ou outros recursos como equipamentos, auxílio intelectual e empréstimos para investir no bem inscrito em qualquer uma das duas listas e que necessite de cuidados.

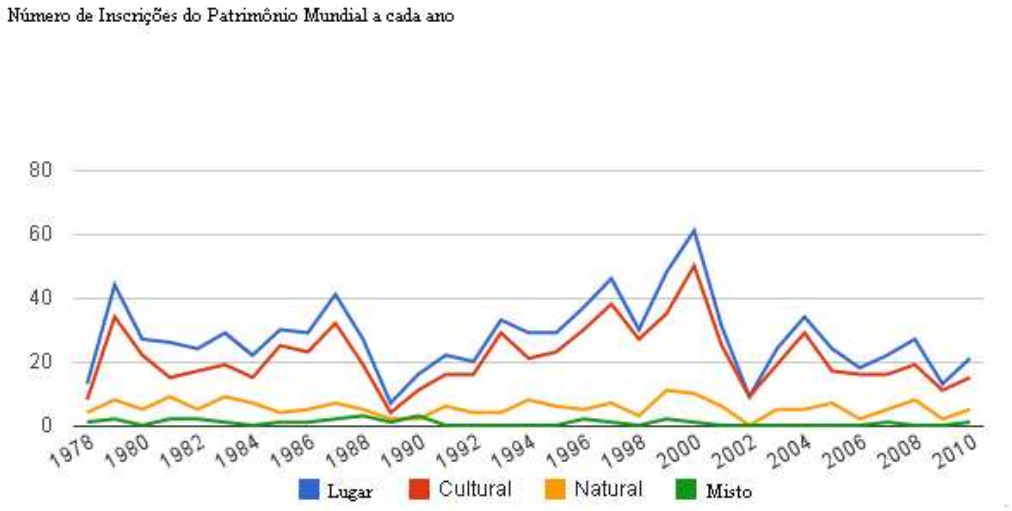
Acrescenta-se que a UNESCO poderá prestar assistência a centros de formação com a finalidade de capacitação de especialistas em todos os níveis no domínio de identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do patrimônio cultural e natural. [artigo 23]

Faz-se necessário destacar o artigo 12, que diz que o fato de o imóvel/bem pertencente ao patrimônio cultural ou natural não ter sido incluso em qualquer das duas listas não deve nunca ser interpretado como se ele fosse desprovido de valor universal excepcional para fins diferentes dos que resulta a inclusão nessas listas.

Lista do Patrimônio Mundial

[Figura 1, Lista do Patrimônio Mundial, Fonte: http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011]

A Lista do Patrimônio Mundial inclui 911 propriedades que fazem parte do patrimônio cultural e natural que o Comitê do Patrimônio Mundial considera como tendo valor universal excepcional. Estas incluem 704 culturais, 180 naturais e 27 mistas. São propriedades de 151 Estados Partes. Em junho de 2010, 187 Estados Partes ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial (http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011). Há ainda 34 imóveis que o Comitê do Patrimônio Mundial decidiu incluir na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.



[Figura 2, Número de Inscrição do Patrimônio Mundial a cada ano, Fonte: http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011]

1.3.2 Patrimônio Imaterial

Essa temática será melhor trabalhada em um artigo específico sobre o Patrimônio Cultural Imaterial. Contudo, seguem algumas informações com a finalidade de apenas instruir sobre sua existência.

Sobre o “Patrimônio cultural", o conceito foi alterado consideravelmente nas últimas décadas, em parte devido aos instrumentos normativos desenvolvidos pela UNESCO. O patrimônio cultural não se esgota nos monumentos e coleções de objetos. Ele inclui também as tradições e expressões de vida herdadas de nossos antepassados e passadas aos nossos descendentes, como as tradições orais, as artes do espetáculo, as práticas sociais, os rituais, os eventos festivos, os conhecimentos e as práticas relacionados à natureza e ao universo dos conhecimentos e habilidades para produzir artesanatos tradicionais.

Apesar de frágil, o patrimônio cultural imaterial é um fator importante na manutenção da diversidade cultural em face da crescente globalização. Uma compreensão do patrimônio cultural imaterial das comunidades diferentes contribui com o diálogo intercultural e encoraja o respeito mútuo para com outras formas de vida.

A importância do patrimônio cultural intangível não é a manifestação cultural em si, mas a riqueza de conhecimentos e competências que é transmitida através dele, de uma geração para outra. O valor social e econômico dessa transmissão de conhecimento é relevante para os grupos minoritários e para os principais grupos sociais dentro de um Estado, e é tão importante para os Estados em desenvolvimento como para os desenvolvidos. (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00252#1 acedido a 27 de Abril de 2011)

Com a finalidade de conscientização, preservação e salvaguarda, foi estabelecida em 2003 a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, na sua 32ª Sessão.

Considerando a importância do patrimônio cultural intangível como uma mola propulsora da diversidade cultural e a garantia de um desenvolvimento sustentável, conforme destacado na Recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989, na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001, e na Declaração de Istambul de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura, a Convenção de 2003, o primeiro instrumento vinculativo multilateral para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível, tem quatro metas principais:

- salvaguardar o patrimônio cultural imaterial;
- assegurar o respeito pelo patrimônio cultural imaterial das comunidades e pelos grupos e indivíduos envolvidos;
- sensibilizar, a nível local, nacional e internacional, quanto à importância do patrimônio cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo;
- contribuir para a cooperação e a assistência internacional.

Até o momento [Abril de 2011], foram inclusas 232 referências culturais na lista para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, sendo:

País	Quant//
Albânia	1
Algeria	1
Argentina	1
Armênia	2
Azerbaijão	4
Bangladesh	1
Bielorússia	1
Bélgica	7
Belize	1
Benin	1
Butão	1
Bolívia	3
Brasil	2
Bulgária	2
Camboja	2

País	Quant//
República Centro-Africana	1
Chile	1
China	34
Colômbia	6
Costa Rica	1
Costa do Marfim	1
Croácia	10
Cuba	1
Chipre	1
República Tcheca	3
República Dominicana	2
Equador	1
Egito	1
Estônia	3
França	9

País	Quant//
Gâmbia	1
Geórgia	1
Grécia	1
Guatemala	2
Guiné	1
Honduras	1
Hungria	1
Índia	8
Indonésia	5
Irã	7
Iraque	1
Itália	3
Jamaica	1
Japão	18
Jordânia	1

País	Quant//
Quênia	1
Quirquistão	2
Letônia	2
Lituânia	3
Luxemburgo	1
Madagascar	1
Malaui	2
Malásia	1
Mali	4
México	6
Mongólia	8
Marrocos	4

País	Quant//
Omã	1
Paquistão	1
Palestina	1
Peru	5
Filipinas	2
Catar	1
Coreia do Sul (República da Coreia)	11
Romênia	2
Rússia	2
Arábia Saudita	1
Senegal	1
Eslováquia	1

País	Quant//
Togo	1
Tonga	1
Turquia	8
Uganda	1
Emirados Árabes Unidos	1
Uruguai	2
Usbequistão	4
Vanuatu	1
Vietnã	5
Iemen	1
Zâmbia	2
Zimbábue	1

Moçambique	2		Espanha	10			
Nicarágua	2		Síria	1			
Nigéria	3		Tadjiquistão	1			

[Quadro 11, Países PCI reconhecido, Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011]

Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo

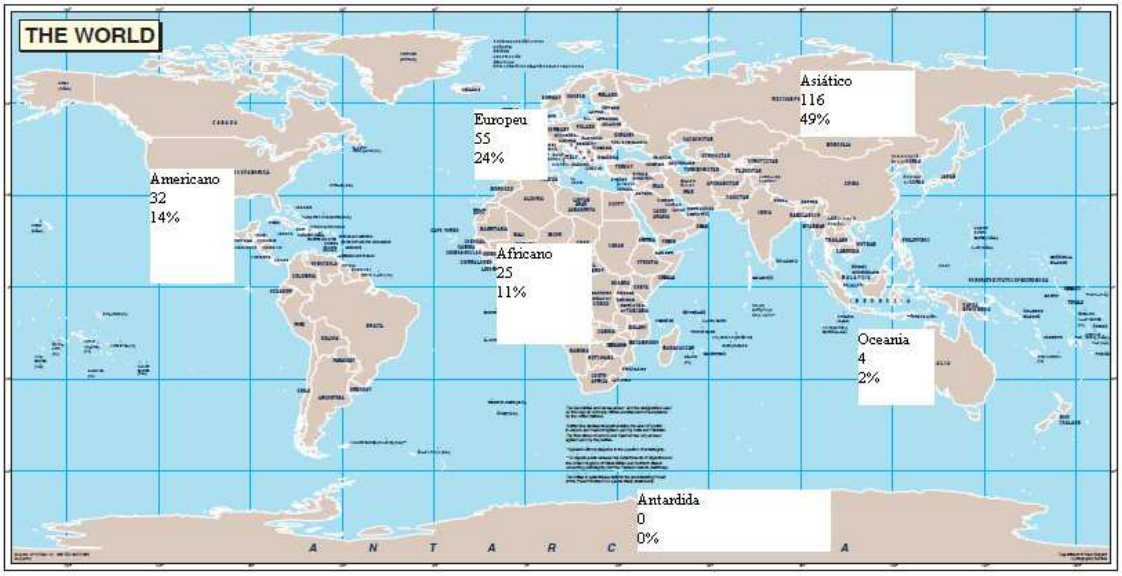
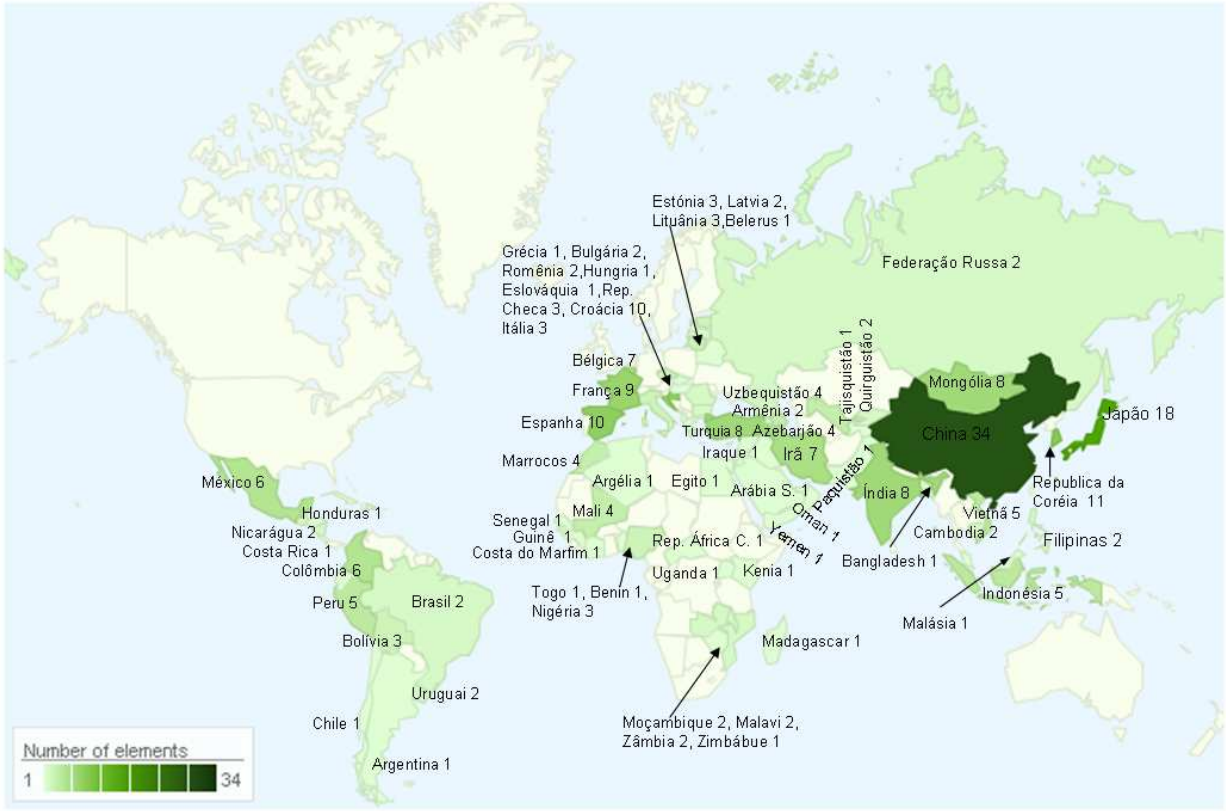


Figura 3, Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo, Fonte: Rosiane Nunes

Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial



[Figura 4 , Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&multinational= 3&display1=inscriptionID&display=maps#tabs acedido a 08 de Outubro de 2011]

Porém, é o início de um trabalho a longo prazo, que depende do envolvimento dos estados-membros e do envolvimento comunitário direcionado para esse fim.

1.3.3 Patrimônio Cultural Subaquático

> "...engloba todos os vestígios da existência humana que estão ou estavam debaixo da água e tem um caráter cultural ou histórico,submerso a pelo menos 100 anos. A UNESCO reconhece a necessidade urgente de preservar e proteger esse patrimônio" (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/underwater-cultural-heritage/ acedido a 12 de Abril de 2011)

A UNESCO reconhece a importância do Patrimônio Cultural Subaquático enquanto parte integrante do Patrimônio Cultural da Humanidade e elemento particularmente importante na história dos povos, das nações e das suas relações múltiplas.

Na 31ª Sessão da Conferência Geral ocorrida Paris em novembro de 2001, foi definida a Convenção sobre o Patrimônio Cultural Subaquático – em que os organizadores, os Estados Membros e os participantes se colocam cientes da importância de proteger e preservar e que tal responsabilidade recai também sobre todos os estados-membros.

Foi estabelecido pela Convenção que a preservação *in situ* é a opção prioritária antes de ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção sobre o patrimônio. Também ficou definido que o acesso responsável e não intrusivo do público para fim de observação e documentação deverá ser estimulado, e que essa opção respeitará o direito e a jurisprudência internacional referente ao mar. Os Estados-membros são encorajados a celebrar acordos bilaterais e regionais e ainda têm a soberania sobre o patrimônio subaquático, têm o direito de interditar ou autorizar qualquer intervenção sobre o patrimônio em causa, e que em hipótese alguma será utilizado de maneira comercial. Fica também estabelecido que águas interiores (rios e lagos) são opcionais à inclusão pelo Estado-membro na referida convenção.

Acrescenta-se ainda que se tomem todas as medidas para sensibilizar o público quanto ao valor e ao significado do patrimônio cultural subaquático e para a importância da sua proteção, para compartilhar tecnologia relacionada. Criarão serviços competentes ou reforçarão os já existentes, se for o caso, com o objetivo de criar, manter e atualizar um inventário do patrimônio cultural subaquático e garantir, de forma eficaz, a proteção, a preservação, a valorização e a gestão de tal patrimônio, assim como a investigação científica e o ensino pertinentes. A arqueologia subaquática é considerada uma disciplina recente e requer alto nível de conhecimento e experiência técnica. Por esse motivo, encontra-se limitada a um pequeno número de especialistas.

A Convenção é reconhecida internacionalmente como diretriz de trabalho, pois fornece normas claras de funcionamento técnico e um alto nível de proteção ao referido

patrimônio. Foram estabelecidas 36 regras que fornecem orientações práticas detalhadas relativas a:

- como um projeto deve ser concebido;
- a competência e as qualificações exigidas para pessoas que iniciem as intervenções;
- o planejamento do financiamento de projetos de escavação;
- a documentação de escavações arqueológicas debaixo d'água;
- as metodologias de conservação e gestão dos sítios.

No entanto, a UNESCO contatou que um grande número de países carece de arqueólogos subaquáticos qualificados, especialistas em conservação, e uma equipe administrativa com competência científica em nível adequado para trabalhar com os sítios arqueológicos submersos. Levando esse fato em consideração, bem como as exigências da referida organização, o Centro Internacional de Patrimônio e Atividades [CIE] tem implementado vários treinamentos e produzido programas para inúmeros países.

1.3.4 Patrimônio Móvel e Museus

No tema Patrimônio Móvel e Museus, a Unesco mostra a preocupação de preservação a princípio devido aos conflitos armados, roubos de obras de obras de artes e à destruição do patrimônio. Hoje em dia, as preocupações são inúmeras, como, por exemplo, tráfico de obras de arte, a conservação, as políticas de preservação, o envolvimento comunitário e a ação social.

1.3.4.1 Patrimônio Móvel

Constata-se que as guerras, além das grandes perdas humanas de imensurável valor, são também destruidoras nefastas do patrimônio cultural. A Convenção para Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, estabelecida pela UNESCO em 1954 com a finalidade de salvaguarda, ocorreu devido à destruição em massa do patrimônio cultural ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, observa-se, no próprio texto da Convenção, que é uma preocupação de longa data, pois eles reconhecem e validam os documentos anteriores, que são as Convenções de Haia de 1899 e de 1907 e no Pacto de Washington de 15 de abril de 1935 (http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_ TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 25 de Abril de 2011), os quais identificavam essa problemática e foram elaborados com a mesma finalidade.

A Convenção para Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado de 1954, que teve o segundo protocolo em março de 1999, sanciona em seu texto o reconhecimento de que os bens culturais sofreram graves danos durante os recentes conflitos armados. Em razão da evolução da técnica de guerra, os bens culturais encontram-se em maior risco de perigo de destruição. Os países estão convencidos de que os danos aos bens culturais pertencentes a qualquer povo significam dano ao patrimônio cultural de toda a humanidade, já que cada povo dá a sua contribuição para a cultura do mundo. Consideramos que o patrimônio cultural é de grande importância para todos os povos do globo e é importante também para a proteção internacional.

Para efeitos da Convenção, a expressão 'bens culturais' abrange, independentemente da origem ou da propriedade:

> "(A) bens móveis ou imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada povo, tais como monumentos de arquitetura, arte ou história, religiosos ou seculares; sítios arqueológicos; grupos de edifícios, como um todo, são de histórico ou artístico juros; obras de arte; manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, bem como coleções científicas e importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
>
> (B) Os edifícios cujo objetivo principal e eficaz é a de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a)
> tais como museus, bibliotecas e grandes depósitos de arquivos e refúgios destinados a abrigar, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a);
>
> (C) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais, tal como definido nas alíneas (a) e (b), a ser conhecido como "centros monumentais". (http://portal.unesco.org/en/ev.php-

URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 25 de Abril de 2011)

Os estados-membros comprometem-se a preparar, em tempos de paz, as medidas que considerarem adequadas à salvaguarda dos bens culturais, a respeitar os bens de seu território como no território de outros Estados-membros, abstendo-se de qualquer uso, a proteger tais bens contra a destruição ou dano em caso de conflito armado, e protegê-los de qualquer ato de hostilidade. Comprometem-se ainda a proibir e impedir o roubo ou a apropriação indevida, e eventuais atos de vandalismo contra os bens culturais. Os Estados-membros devem incluir, em seus regulamentos militares ou instruções, disposições que possam garantir o cumprimento da convenção e fomentar um espírito de respeito pela cultura e pelos bens culturais de todos os povos e cooperar com as autoridades civis responsáveis por salvaguardá-lo.

Acrescentam-se a elaboração de inventários, o planejamento de medidas de emergência para a proteção contra incêndio ou colapso estrutural, a preparação para remoção dos bens culturais, a limitação da inserção de propriedade cultural sob proteção especial, a marcação com emblema específico em edifícios e afins. A proteção militar dos referidos bens e sanções aos estados membros pelo não cumprimento dessa convenção deve ser aplicada em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado.

O primeiro protocolo de 1954 se compromete a impedir a exportação de bens culturais e a devolver o que foi extraviado de um território ocupado durante um conflito armado. O segundo protocolo que ocorreu em 1999 respeita tudo o que foi acordado anteriormente e ainda assume a necessidade de melhorar a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e propõe estabelecer um sistema reforçado de proteção para bens culturais. O protocolo também considera que as regras que regem a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado devem refletir a evolução do direito internacional. (http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15207&URL_DO=DO_TOPIC&URL_ SECTION201.html acedido a 25 de Abril de 2011).

A comunidade internacional, com o objetivo de alargar a proteção dos bens culturais devido à preocupação do tráfico ilícito, criou a Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação e Exportação Ilícitas e Transferência de Propriedade de Bens Culturais, 1970.

O Comitê Intergovernamental para a promoção do retorno dos bens culturais a seus países de origem ou sua restituição em caso de apropriação ilícita foi criado pelos Estados

Membros da UNESCO que perderam alguns bens culturais de importância fundamental e que estão pedindo a sua restituição ou de retorno. Nos casos em que as convenções internacionais não podem ser aplicadas, o comitê poderá convocar a Comissão Intergovernamental para Promover o Retorno dos Bens Culturais aos seus países de origem ou Restituição, se for o caso. (http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=33928&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 30 de Junho de 2011)

1.3.4.2 Museus

Referente aos Museus, constata-se que possuem sua origem relativamente recente na história cultural da humanidade. Estão associados ao gosto da monarquia europeia, que acumulou grandes coleções de objetos e mostrou testemunhos da maioria das culturas.

> "Os Museus tem o objetivo de promover uma abordagem integrada do patrimônio cultural, bem como as ligações de continuidade entre criação e patrimônio. Elas também permitem que os diversos públicos, nomeadamente as comunidades locais e os grupos desfavorecidos, possam redescobrir suas raízes e também possibilitar contato com as abordagens de outras culturas." (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/ acedido a 26 de Abril de 2011)

Independente da origem do Museu, ele traz uma relação com o passado e atribui vestígios tangíveis deixados pelos nossos antepassados. A UNESCO tem como objetivo protegê-los, e até mesmo auxiliar para torná-los essenciais ao funcionamento da sociedade humana.

Em conjunto com o patrimônio cultural universalmente conhecido, a UNESCO valoriza sua importância como sendo centro de estudos, conservação e reflexão sobre o patrimônio e a cultura, e não podem estar alheios às grandes questões da nossa época. Ela assume que a definição e a função dos Museus mudou desde sua origem (últimos dois séculos). Hoje em dia, eles são "não-lucrativos, instituições permanentes a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquiri, conserva, comunica, pesquisa e expõe, para fins de estudo, ensino e lazer, testemunhos materiais de pessoas e seu ambiente" (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/ acedido a 26 de Abril de 2011).

A UNESCO atribui ainda como finalidade principal do Museu a salvaguarda e preservação do patrimônio como um todo. Considera o patrimônio museológico como sendo um instrumento de diálogo entre as nações, e viabilizador de uma visão internacional comum, priorizando o desenvolvimento cultural que pode variar de forma considerável na natureza dependendo do contexto histórico e cultural. A organização define como uma das finalidades do Museu realizar estudos científicos para auxiliar na compreensão, e estabelecer significado de posse aos seus objetos e, assim, contribuir na elaboração de uma ética global baseada na prática para a conservação, proteção e difusão dos valores do patrimônio cultural. Também

admite que a missão educativa do Museu, seja qual for a sua natureza, é tão importante quanto o seu trabalho científico.

Museu, Cultura e Natureza são interações que estão em constante crescimento, e focam seus interesses na ciência, ciências naturais e tecnologia. Os Museus de comunidade são aqueles que não estão voltados para compreender e explicar o todo, mas sim o seu entorno. Os Museus Comunitários estão atentos para a mudança social e cultural tendo como finalidade principal dar voz aos testemunhos locais com as aspirações voltadas para fazer reconhecer-se, e assumir as suas identidades inclusas na diversidade em um mundo em constante mudança.

As estratégias da UNESCO se concentram em países menos desenvolvidos e países em situação de emergência (pós-conflitos e pós-catástrofes naturais), em especial a África, e em museus/coleções que melhor contribuem para compreensão integrada do patrimônio e de seu potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, social e humano das comunidades locais e grupos desfavorecidos (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/ acedido a 26 de Abril de 2011).

As ações estão focadas no pessoal de museu e nos bens móveis que são particularmente ameaçados pelo valor comercial, como componente da identidade cultural e por tráfico ilícito.

Com o objetivo de abranger o maior número possível de instituições museológicas, a UNESCO/ICOM desenvolveu um programa de capacitação profissional, no qual dá respaldo à necessidade internacional de profissionais com capacitação específica em gestão museológica. Para isso, elaborou os seguintes manuais:

- Como Administrar um Museu: Manual Prático
- Como Administrar um Museu: Manual do Instrutor
- Questionário para identificar necessidade de capacitação

Segundo o texto disponível em http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/#c163938 acedido a 26 de Abril de 2011, esses programas auxiliam na gestão e manutenção em todas as áreas pertinentes a instituição museológica. Há ainda o Programa de Divulgação do Patrimônio

Cultural, que tem por objetivo informar o pessoal do museu, os visitantes e os proprietários de coleções públicas. Preocupado com o valor de diferentes tipos de bens culturais móveis, o programa procura aumentar a consciência do público acerca da importância da sua contribuição para a gestão adequada das coleções dos museus. Consta ainda um diferencial que é disponibilizar tal informação em diversas línguas locais, tais como: Amárico, Bengali, Suaili, Vietnamita, Mongólia, Macedônio, Indonésia, Usbequistão, Khmer. Faz-se necessário considerar que a UNESCO incentiva outros países a traduzir e disponibilizar em rede pelo site http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/cultural-heritage-protection-handbooks-in-local-languages/#c169974 acedido a 26 de Abril de 2011 os referidos manuais como maneira de retorno social às ações direcionadas aos Museus.

O programa citado acima é composto de publicações abrangentes, que não trabalham especificidades locais. O pacote foi desenhado para ser conciso, fácil de usar e acessível onde podem ser utilizados por:

- "Profissionais do futuro museu, que precisam estar familiarizados com conhecimentos básicos para a execução de um museu;
- Profissionais experientes e técnicos especializados em uma das muitas áreas de práticas museu que desejam ampliar seu campo de interesses, introduzindo-lhes responsabilidades e trabalho dos colegas que são profissionais em outros campos;
- Funcionários de museus em geral, para quem as publicações seriam recursos valiosos para o debate interno;
- As autoridades governamentais para avaliar o desempenho da equipe atual e para ser ajudado a desenvolver a política de futuro e sentido de sua própria instituição." (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/#c163938 acedido a 26 de Abril de 2011)

A UNESCO constatou que, nos últimos 25 anos, houve um crescimento acentuado no número de museus, no tamanho de inúmeras coleções, e que os investimentos não eram proporcionais à necessidade e à realidade das instituições. Ela observou ainda que, nos países em desenvolvimento, a situação pode ser mais preocupante, pois muitas vezes constam estar sem acesso à rede de recursos e competências que existe em outros países.

O ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural, em conjunto com a UNESCO, estabeleceu de 2007 a 2009 uma parceria para auxiliar os museus em países em desenvolvimento para a melhoria de suas competências com a finalidade de preservação preventiva.

A conservação preventiva consiste em medidas destinadas a evitar ou minimizar a deterioração ou perda, como por exemplo: medidas e ações apropriadas para o registro, armazenamento, manipulação de embalagem e transporte, segurança, gestão ambiental (luz,

umidade, poluição e controle de pragas) o planejamento de emergência, educação do pessoal, a consciência publica de conformidade legal.

Os objetivos da parceria consistem em aumentar a capacitação dos profissionais de Museus nos países em desenvolvimento para contribuir para a preservação dos bens e para o acesso às suas coleções, cujas características são:

- Documentação das coleções dos museus
- Risco e deterioração de avaliação para conservação preventiva
- A conservação preventiva de acervos em depósito
- Trabalho em equipe para a Gestão Integrada de Emergência

Acrescenta-se a realização de pesquisas conjuntas e programas de treinamento piloto para cada item, em especial para Museus com pouco recurso. Segue a listagem dos diversos programas nos quais a UNESCO empregou seu pessoal e suas ações para melhor tratar do patrimônio museológico.

Programas	Data de inicio	Data Final
Melhorar Inventários Museu de Documentação e na África Subsariana ,	3/8/2010	30-10-2010
Seminário de formação para o pessoal responsável pela documentação e inventário de Museus do Camboja,	1/1/2007	30/12/2011
UNESCO apoia um projeto de conservação para o Genocídio de Tuol Sleng instalações do museu e os seus arquivos para manter viva a memória da história cambojana,	21/1/2009	21-12-2011
Inter-relações e Diálogos: Museus como um espaço cívico para o desenvolvimento de competências interculturais,	30/9/2010	31/1/2011
Programa de Divulgação do Patrimônio Móvel,	30/10/2007	31/12/2009
Museu no Exílio: salvaguarda de mais de 1.400 artefatos afegão,	10/7/2000	17-03-2007
Museu Nacional da civilização egípcia (NMEC) em construção,	1/12/1982	1/12/2009
Novos fundos noruegueses no projeto-Trust ajuda a restaurar um Museu Nacional da Geórgia,	31/12/2006	31/12/2007
Fundos da Noruega ajudam a proteger coleções do museu em extinção na África,	1/1/2007	1/1/2008
Nubia Museu, Aswan	1/4/1980	14/2/2007
Preservação dos Objetos Ameaçadas do Museu Nacional do Sudão e do Museu Arqueológico de Jebel Barkal,	29/9/2004	29/09/2006
Promover parcerias entre os museus e as comunidades em Honduras,	16/3/2007	16/3/2008
A conclusão bem sucedida de um projeto piloto de dois anos para inventariar, conservar e restaurar o acervo do Museu Nacional do Afeganistão,	10/2/2004	1/2/2007
Os contínuos esforços para a revitalização do Museu da Geórgia Setor,	20/1/2011	30/6/2012
A iniciativa do Governo grego para o Museu Nacional do Afeganistão,	10/1/2004	31/12/2007
O Museu Nacional do Kuwait,	1/1/1993	1/1/2005

Os Museus de Ghazni, no Afeganistão,	14/4/2008	14/4/2008
O Renascimento do Museu Nacional do Afeganistão,	17/11/2001	31/12/2007
Os Estados Unidos e o projeto de fundos da UNESCO para o Museu Nacional do Afeganistão,	15/10/2004	15/9/2007
UNESCO ajuda a preservar o patrimônio ameaçado das comunidades costeiras do Quênia,	4/10/2004	4/8/2009
Salvaguardas da UNESCO em perigo as colecções de museu na Ásia Central,	1/10/2006	31/12/2007
Parceria UNESCO, ICCROM para a Conservação Preventiva de Acervos de Museus em vias de extinção nos países em desenvolvimento (2007-2010),	1/1/2007	31/12/2010

Quadro 12, Programas, Fonte: (http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/museum-projects/ acedida a 23 de Maio de 2011)

É importante ressaltar o esforço em publicações sobre a temática que ocorre desde 1948, ininterruptamente, e o material está disponível no site: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=18160&URL_DO=DO_TOPIC& URL_SECTION=-465.html , acedido a 26 de Abril de 2011.

1.3.5 Memória do Mundo

O programa da UNESCO que visa à preservação e divulgação das explorações de valiosos acervos e coleções de bibliotecas em todo o mundo. Está ligado ao programa maior de "Comunicação e Informação" da organização.

> "O patrimônio documental reflete a diversidade das línguas, povos e culturas. É o espelho do mundo e sua memória. Mas esta memória é frágil. Todos os dias, peças insubstituíveis desta memória desaparece para sempre." (http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID= 1538&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 27 de Abril de 2011)

O Programa tem como objetivo fazer com que o patrimônio documental mundial pertença a todos, que ele seja plenamente preservado e protegido para todos e, com o devido reconhecimento das tradições culturais e práticos, deve ser permanentemente acessível a todos sem qualquer entrave. Ex:

- Livro para o batismo de escravos [1636 – 1670]. O patrimônio documental apresentado pela República Dominicana e recomendados para inclusão no Registro Memória do Mundo em 2009. Ano de apresentação: 2008. Ano de inscrição: 2009. País: República Dominicana;
- Tratado de Tordesilhas. O patrimônio documental apresentadas pela Espanha e Portugal e recomendados para inclusão no Registro Memória do Mundo em 2007. Ano de apresentação: 2007. Ano de inscrição: 2007. Países: Espanha e Portugal (http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=23928&URL_DO=DO_TOPIC& URL_SECTION=201.html acedido a 20 de Junho de 2011)

É como a inclusão em listas para assim ser reconhecido e valorizado. Esse programa segue a premissa de candidaturas para o Registro, originando as listas do patrimônio documental que tenham sido recomendadas pelo Comitê Consultivo Internacional, e subscritas pelo diretor-geral da UNESCO, como correspondentes aos critérios de seleção relativos à importância mundial e de valor universal excepcional, iniciada em 1995 até o presente momento. Atualmente, a lista conta com 203 inscrições.

Inclui-se nessa preocupação o patrimônio digital: "patrimônio digital é composto de computador baseados em materiais de valor permanente que deve ser mantido para as gerações futuras. Patrimônio Digital emana de diferentes comunidades, indústrias, setores e regiões. Nem todos os materiais digitais são de valor duradouro, mas os que são exigem

abordagens preservação ativa se a continuidade do patrimônio digital deve ser mantida." http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=24268&URL_DO=DO_TOPIC &URL_ SECTION=201.html acedido a 27 de Abril de 2011)

CAPÍTULO 2

"O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia,
O Tejo tem grande navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que vêem em tudo o que lá não está,
A memória das naus.
O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.
Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.
O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele."

O Tejo é mais Belo
por Alberto Caeiro

O poema mostra determinado juízo de valor entre o 'Tejo' e o 'Rio de minha aldeia'. Utilizemos este contexto trazido pelas palavras do poeta português Fernando Pessoa, por meio do seu pseudônimo Alberto Caeiro, para pensar sobre os patrimônios e as inúmeras maneiras que os indivíduos, os poderes público e privado, a indústria turística e as diversas mídias consideram, interferem e hierarquizam os patrimônios e, com isso, estabelecem 'juízo de valor' para os patrimônios.

Ao conceitualizar o termo patrimônio, é possível constatar determinada complexidade, consideram-se ainda inúmeros e diversos contextos em que ele pode ser utilizado.

Segundo Choay (2010, p.11), o mesmo vocábulo 'patrimônio' é carregado de diversas qualificações e é muito utilizado em diversas áreas, sendo elas as áreas econômica, jurídica, histórica, e especialmente a das indústrias patrimoniais, como no turismo. Porém, mesmo com um aparente consenso, o seu conceito e noção estão longe de ser claros.

Ao analisar a etimologia da palavra 'patrimônio', pode-se encontrar determinadas 'pistas' do que efetivamente ela quer dizer, no entanto, não é o suficiente dentro do que propõe este trabalho, vejamos a seguir: a palavra patrimônio é formada por dois vocábulos greco-latinos: 'pater' e 'nomos'. A palavra 'Pater' significa chefe de família ou, em um sentido mais amplo, os antepassados. Dessa forma, pode ser associada também a bens, posses

ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial – um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra 'Nomos' origina-se do grego, refere-se a lei, usos e costumes relacionados à origem tanto de uma família quanto de uma cidade, o 'Nomos' relaciona-se, portanto, com o grupo social. Assim, o patri-mônio pode ser compreendido como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro. (http://www.webartigos.com/articles/21288/1/MEMORIA-E- PATRIMONIOETI MOLOGIA/pagina1.html#ixzz1EKxzMJuF acedido a 18 de Fevereiro de 2011)

A origem do conceito de patrimônio em termos jurídico relaciona-se a bens de família transmitidos entre gerações.

A preservação e a utilização do patrimônio sempre estiveram ligadas a processos complexos de destruição, reutilização, valores financeiros, poder, tensões e, mesmo com diversas intervenções ao longo dos séculos, atualmente não é um tema passível de ter respostas verdadeiras e definitivas.

Na acepção deste trabalho, patrimônio compreende as seguintes ideias:

> "podemos considerar el patrimonio como el conjunto de aquellos bienes culturales, materiales o inmateriales, que, sin límite de tiempo ni lugar, han sido heredados de los antecesores y se han reunido, conservado con el objeto de ser transmitidos a las generaciones futuras" (Hernandez, F. 2002, p.16)

Conforme os períodos históricos, os conceitos e ações sobre o patrimônio foram se transformando, obedecendo aos pensamentos e necessidades de cada época, com isso, os objetivos de intervenções pelos poderes público e privado e pelas instituições não governamentais também se alteraram. Nos dias atuais, as preocupações desses órgãos estão voltadas, sobretudo, para as questões de preservação da diversidade tanto natural como cultural, refletindo assim diretamente nas políticas de patrimônio que incluem o patrimônio natural, genético e imaterial e, com isso, as comunidades inseridas nesses contextos[14]. Os Museus são instituições fundamentais para trabalhar as temáticas citadas, pois trabalham com preservação, memória, identidade e articulam diversas formas de poderes.

[14] No capítulo a seguir a autora trata dessas questões detalhadamente.

2.1 Patrimônio Cultural

Ao analisar cada período histórico, é possível constatar maneiras diferenciadas de considerar, cuidar e tratar o patrimônio cultural.

Na Idade Media, na Grécia antiga havia os "Tesouros dos templos", que eram lugares reservados para depósito de obras de arte doadas com a finalidade de render culto às divindades. Hernández (2002, p.17) atribuiu a esse costume a origem de coleções visitadas.

Entre os séculos XII e XV, a maioria das edificações gregas e romanas foi destruída e os materiais re-utilizados como matéria-prima, mas os templos pagãos, considerados como monumentos pelos papas, foram conservados. São lançadas bulas papais para a preservação, porém, ao mesmo tempo em que os papas protegem as construções clássicas dos outros, eles mesmos se aproveitam delas para decorar e adornar suas basílicas e igrejas, usando o mármore dessas construções e peças de arte.

No mesmo período, as obras de arte gregas e romanas começam a ser apreciadas por colecionadores de arte, que as compram e mandam buscar nas pedreiras e templos para adornar suas casas. (Choay, 1992, p.14)

Uma das características que ficaram registradas na história do cristianismo foram as doações financeiras de obras de arte e relíquias, dentre outros, vindas de 'fiéis ricos' e diversas intervenções monárquicas, cuja finalidade era o 'pagamento de promessas' que, de forma velada [ou não], tinha a intenção de demonstrar o status social e o poder do doador.

No entanto, a Igreja procurava promover o cuidado e a conversação das demonstrações de fé que recebia: "considera como um autêntico patrimônio de que há de responsabilizar-se para poder transmiti-lo para as futuras gerações de crentes[15]" (Hernandez, 2002, p.19), não considerou como próprio nenhum estilo artístico, acomodou-os conforme suas necessidades para os ritos e os lugares onde estavam instalados. "Constrói com isso um tesouro artístico variado que merece ser conservado com cuidado" (Hernandez, 2002, p.19). Os santuários, as relíquias, os santos, os mártires, as peregrinações para venerar foram formando pouco a pouco a ideia de patrimônio dentro da Igreja, incluindo lugares sagrados. Para conservar as relíquias, construíam igrejas e basílicas que, com o tempo, convertiam-se em lugares de peregrinação.

Não só o clero tem responsabilidade sobre as ações sobre o patrimônio, a monarquia realiza a construção de inúmeros monumentos e edificações com a finalidade de manutenção

[15] As traduções de Hernandez também foram efetuadas pela pesquisadora.

de status e de demonstração de poder para as gerações futuras: "a monarquia desinteressava-se pelos monumentos da Idade Média e construía novos conforme o 'gosto' da época, não havia problemas para eles demolir ou vender o que receberam de herança, pois, consideravam demasiado ultrapassados[16]". (Hernandez, 2002, p.49)

Outro movimento importante nos séculos XVI e XVII foi o dos Antiquários, 'pessoas que amam a arte e a estudam' começam a estudar as obras de arte da antiguidade, não só a clássica, mas a egípcia, a mesopotâmica, a macedônica, dentre outras. Estudam através da comparação [não acreditam em obras de arte ilustrativas nem em inscrições antigas, só acreditam no que o olho vê], as antiguidades não eram edificações, eram coleções conservadas em gabinetes pelos eruditos, artistas e príncipes.

Na segunda metade do século XVI, a moda de colecionar antiguidades se difundiu em todos os países europeus. As viagens trazem novos saberes "recolhidos não pelo seu valor de uso, mas por causa do seu significado, como representantes do invisível: países exóticos, sociedades diferentes, outros clima" (Polmian, 1984, p.76). O autor ressalta ainda que essas coleções não devem ser confundidas com os gabinetes de curiosidades cuja tradição medieval durou até o séc. XIX, elas são as antepassadas dos museus públicos nascidos no séc XVIII.

Consta em relatos, livros e pesquisas que nas guerras, combates e revoluções houve roubos intencionais de obras de arte, joias, ouro, prata, objetos de valor monetário e também identitário, em que os vencedores tornam-se os novos proprietários, havendo assim a apropriação e diáspora das obras de artes para diversos outros países que não o proprietário.

No início do século XVIII, no Iluminismo, muitos monumentos na França foram derrubados como forma de protesto para extinguir os símbolos do antigo regime, ao mesmo tempo, houve a intenção de preservar o que se considerava como identitário do país. Com isso, nasce a ideia de patrimônio nacional, e surge a promessa da Revolução para restituir ao país todos os bens do clero, da nobreza e dos imigrantes, os bens passaram a ser convertidos em interesse público cujo conhecimento e desfrute deveria estar aberto a todos os cidadãos, independente do status social a que pertenciam. Surge o Louvre, primeiro museu público aberto a todo tipo de espectador.

> "A partir da noção de patrimônio pessoal e familiar, da monarquia e do clero durante a Revolução Francesa o conceito se estende ao patrimônio coletivo, dando origem ao patrimônio da nação. É o começo da tutela do Estado em proteção, conservação e difusão do patrimônio, que vai servir de referência para a maioria dos países Europeus. Com isso, diferentes Estados começam a ditar as primeiras normas protetoras sobre o patrimônio e a

[16] Tradução da pesquisadora

> criar as instituições museísticas para conservar os bens móveis. Origina-se um modo de gestão do patrimônio baseado em uma estrutura administrativa centralizada e burocrática que tem uma visão parcial e fragmentada[17].” (Hernandez, 2002)

Como visto neste capítulo, a gestão do patrimônio passou por diversas fases e direcionamentos administrativos de valor, sendo, a cada época, valorizado um determinado tipo de patrimônio, sendo eles obras de arte, edificações ou objetos exóticos trazidos de viagens. A política patrimonial segue as tendências do período e os interesses dos governantes e de quem está no poder. Até o século XVIII, não havia museu público e o patrimônio estava no poder de algumas poucas famílias aristocratas que dominavam o saber e o acesso a ele, e ainda o clero e a monarquia eram os mantenedores desses bens; somente após a Revolução Francesa é que se inicia um processo de democratização do patrimônio com a intenção de acesso a todos e de construir uma identidade do país voltada aos interesses do ‘povo’, esse é o início de um longo processo de tentativa de disponibilização do patrimônio para ‘todos’ que perdura até o presente.

Em 1972, com a carta de Santiago do Chile, revelaram-se inquietações quanto aos museus e seus administradores, passíveis de serem repensadas e retrabalhadas. Sucessivamente em 1984, constatou-se que a comunicação entre os pares não era transversal, havia dificuldade de intercâmbio de informações; em Quebec, e em 1992, em Caracas, houve uma releitura, reavaliação e redirecionamento dos parâmetros expostos em 1972 na Carta de Santiago do Chile e ainda o desenvolvimento do conceito de museu integrado. Com sugestões e exemplos de trabalhos com museus nos quais eram as pessoas o principal patrimônio e o que seguia era o processamento do que era produzido pelos indivíduos, o objeto deixou de ser o foco da preocupação e sim a relação do indivíduo com o objeto e a comunidade como um todo[18].

[17] Tradução da pesquisadora
[18] Como já descrito detalhadamente pela autora no CAPÍTULO I, itens 1.2.1.2, 1.2.1.3, 1.2.1.5

2.1.1 Preservação e Utilização do Patrimônio

"Patrimônio é tudo que se quer preservar"
(Mateus, 2010)

No contexto histórico que vai dos séculos X ao XVII, as únicas intervenções de preservações registradas foram de alguns Papas e de políticas governamentais pensando no patrimônio monumental que valorizasse os 'heróis' e o poder da 'elite, branca, católica'; no entanto, o que foi desenvolvido não poderia ser considerado teoria ou conceitos preservacionistas.

São consideradas pela academia e por pesquisadores da área como primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico duas personalidades antagônicas, que são:

- John Ruskin: anti-intervencionista, trabalhava com o restauro pelo restauro, acreditava que o correto era deixar que as marcas do tempo atuassem [Londres, 1819 – 1900];
- Eugenio Violet Le-Duc: intervencionista, acreditava que deveria deixar como era na forma original, ele teorizava que se deveria voltar ao que era na origem, consta que isso induziu muito ao erro, pois dava liberdade ao arquiteto de 'interpretar' caso não tivesse certeza [França,1814 – 1879].

As perspectivas desenvolvidas pelos dois teóricos possibilitaram um estudo mais amplo da análise do patrimônio, sendo que a eles, até hoje, é atribuído o mérito de ser formadores do pensamento da conservação e do uso patrimonial, duas correntes que foram se aperfeiçoando e se misturando.

A revolução industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII e que se expandiu pelo mundo a partir do século XIX, gera preocupações e a criação de leis para a proteção dos monumentos históricos. Com a industrialização, não existia mais a obra, e sim, o produto.

Inicia-se, no séc. XIX, o restauro com a finalidade de preservação da memória. Neste período, há êxodo rural devido à grande oferta de trabalho nas cidades, houve o crescimento urbano habitacional e nas áreas fabris.

Luso, Lourenço e Almeida (2004) consideram marco fundamental para a formação de novos parâmetros de preservação o III Congresso Degle Engegneri e Architetti Italiano [1883], além do Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Artes e dos Monumentos [1889] e do Congresso Internacional de História e de Arte [1921]; porém, que ficaram restritos aos países participantes.

Entretanto, no encontro de outubro de 1930, realizado pela Liga das Nações, atinge-se uma dimensão internacional. Nele, os métodos científicos são colocados em discussão para o exame e preservação da obra de arte, têm-se, então, as bases das cartas patrimoniais que vieram sucessivamente.

- **Carta de Atenas, 1931:** é considerado o primeiro documento de caráter internacional que expõe os princípios gerais sobre a conservação e restauração dos monumentos. Os 10 primeiros capítulos expõem a doutrina sobre «restauração científica» que havia sido defendida por Gustavo Giovannoni desde o início do século XX.
- **Carta de Veneza, 1964:** como consequência da II Guerra Mundial, foram inúmeros os monumentos destruídos por completo ou em estado de ruína que necessitavam ser reconstruídos. Por essa razão, os arquitetos acreditavam ser necessário revisar os princípios de «restauração científica» para adaptá-las às novas necessidades, dando passo a uma nova teoria da restauração crítica, o «restauro crítico». Nessa carta de Veneza, os participantes concluem que a criação das Nações Unidas potenciará a colaboração entre os países e se convocarão alguns congressos para estudar o estado dos monumentos históricos e chegam à conclusão de que é preciso elaborar um novo documento que atualize os princípios da Carta de Atenas e do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. No prólogo, parte da afirmação sobre «as obras monumentais dos povos» há de ser considerada como «patrimônio comum» e a humanidade há de sentir-se responsável de sua salvaguarda com o objetivo de transmiti-las em sua «completa autenticidade», esta é a razão pela qual é urgente formular, no âmbito internacional, uma série de princípios que regulem a conservação e restauração dos monumentos.

O Conselho de Europa é outra organização internacional considerada importantíssima nas questões referentes ao patrimônio, foi fundado a 5 de Maio de 1949 e é a mais antiga instituição europeia em funcionamento. Os seus propósitos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa. Tem personalidade jurídica reconhecida pelo direito internacional e serve cerca de 800 milhões de pessoas em 47 Estados, incluindo os 27 que formam a União Europeia. “O conselho de Europa tem sido sensível aos debates que foram produzidos durante as três ultimas décadas, a conseqüência da relação que se dá entre a economia e a cultura, e ter levado a considerar a urgência de definir o conceito de gestão do patrimônio, dado que todo patrimônio cultural necessita de um suporte material que aporte os meios econômicos necessários para sua conservação, não

esquecidos, ao mesmo tempo, que este patrimônio também há de gerar benefícios econômicos[19]" (Hernandez, 2002, p.222).

Diante da complexidade de ações internacionais, ao longo dos séculos, com a finalidade de salvaguarda do patrimônio, geridas por órgãos governamentais e não governamentais, após 1948, ano de criação de ONU – Organização das Nações Unidas e da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, destacam-se as ações da UNESCO, dos estados-membros e dos parceiros referentes ao patrimônio.

Consta que, a partir das 'Convenções da UNESCO', o termo patrimônio[20] surgiu associado a políticas com a capacidade de promover a diversidade cultural, dar foco às minorias e grupos carentes, propor a melhora da qualidade de vida e ainda redefinir o cenário referente a conceituações de 'patrimônio', propondo novos olhares para a relação entre natureza e cultura (Peixoto, 2010, p.6).

Adotamos, para este trabalho, a definição de patrimônio cultural expressa na 'Constituição Federal do Brasil - 1988, artigo 216' porque ela abrange e inclui todas as categorias do patrimônio:

> **"**Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> **I** - as formas de expressão;
> **II** - os modos de criar, fazer e viver;
> **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acedido a 13 de Outubro de 2010)

[19] Tradução da pesquisadora
[20] No CAPÍTULO 1, item 1.3, a autora traz todas as ações da UNESCO referentes ao patrimônio.

2.2 Patrimônio Cultural Imaterial

"O que se vê é apenas uma parte do que existe."
(Pomiam, 1984, p.68)

O Patrimônio Cultural Imaterial é o que está além do objeto e das manifestações, é o que não é possível tocar, ver, medir, mensurar, é o intangível. Traz os significados e signos, 'o simbólico' dos objetos e ainda o modo de ser e fazer.

> "os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e se contemplado. *O patrimônio, de certo modo , constrói, forma as pessoas*[21]." **(**Gonçalves, 2009, p.31)

O patrimônio cultural imaterial é o simbólico, o saber, o invisível; ele forma pessoas, identidades, mentalidades, profissionais, curandeiros, dançarinos, músicos, culinaristas, artistas, artesãos; é o que dá sentido ao objeto, que determina sua utilidade em seus diversos campos.

Quando nos referimos a 'Patrimônio Cultural Imaterial', faz-se necessário explicitar como entendemos o 'conceito de cultura', pois a cultura é um dos principais elementos que determinam as diferentes características entre os indivíduos e/ou grupos.

Adotamos, neste trabalho, o conceito antropológico de cultura conforme Geertz (1989), que propõe duas ideias: primeiramente, a cultura não deve ser vista como um padrão concreto de comportamento – costumes, usos e tradições, e sim como um conjunto de mecanismo de controle – planos, receitas, regras e instruções. A segunda proposição baseia-se no fato de o homem ser o animal mais dependente de controles extragenéticos que regulam o seu comportamento.

> "Não dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade." (Geertz, C., 1989)

A cultura é compreendida como um sitema de símbolos [significações] compartilhados por indivíduos de determinado grupo social, em que os sentidos e significados estão incorporados nas suas ações e na interação entre elas. Para o autor, estudar a cultura é antes identificar esses códigos de significados na vida e, sobretudo, em determinados eventos

[21] Grifo da autora.

privilegiados e densos da vida do grupos, é interpretar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

Para Geertz (1989), a cultura é uma "hierarquia de estruturas" feitas de ações, simbolos e sinais, assim como de manifestações verbais e conversações, uma teia de significados tecida pelas mesmas pessoas que nela vivem. Os fenômenos culturais são interpretados como formas simbólicas em que a análise da cultura é compreendida como a interpretação dos padrões de significados presentes nessas formas, uma interpretação de um mundo que já é descrito e interpretado pelas pessoas que fazem parte desse mundo[22].

A cultura como espelho de símbolos e códigos do indivíduo e/ou do grupo está propensa a todas as influências e adaptações desse contexto, é possível observar que comportamentos, hábitos, costumes, crenças, modo de vida e necessidades variam e adaptam-se às demandas; constata-se, com isso, a dinamicidade da cultura como reflexo das alterações do meio. Acrescenta-se ainda que exista contemporaneamente determinado aceleramento desse processo de alteração que é provocado pelos meios de comunicação, tecnologias e globalização.

Diante da dinamicidade e intangibilidade da cultura, considera-se que o patrimônio cultural imaterial é, de certa maneira, frágil, no entanto, é possível trabalhar para a sua preservação.

> O Estado obviamente não pode impor um ritual a um grupo que não quer mais praticá-lo. Os 'bens imateriais' não só são de difícil definição, mas também só têm sentido se significarem uma prática regular". (Oliven, 2009, p.82)

Faz-se necessário salientar que, devido à sua permanente mudança, assim como a cultura não é estática, o patrimônio cultural imaterial também não é, com isso, as maneiras de preservar são diferenciadas dos objetos materiais e dos chamados patrimônios de 'pedra e cal' [tratado na p.X, deste mesmo capítulo], deve ser tratado de maneira específica conforme as necessidades particulares que são identificadas.

Nos dias de hoje, além da Unesco, diversos órgãos governamentais e não governamentais preocupados com a temática estão desenvolvendo processos de inventários e salvaguarda, no Brasil, temos o exemplo do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, que utiliza o INRC - Inventários Nacional das Referências Culturais - para mapear as manifestações, tal instrumento proporciona a possibilidade de conhecer as

[22] Geertz,C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.15.

necessidades específicas de cada grupo trabalhado, pois constam de diversas especificidades que fazem necessário o tratamento diferenciado conforme essas necessidades.

A dicotomia entre patrimônio material e imaterial é tema de muitas discussões entre autores, pesquisadores, acadêmicos e pensadores sobre o assunto, no entanto, em tudo que está o imaterial é necessário o suporte material, um não sobrevive sem o outro, pois, independente do suporte material, ele traz consigo um conjunto de símbolos e significados que compõem o invisível, o intangível, o imaterial.

Contudo, como esses símbolos, no decorrer das ações sobre o patrimônio, não eram considerados como passíveis de cuidado nem era reconhecida a sua existência , somente a partir da década de 70 foi possível constatar, no Ocidente, o início de ações quanto a eles, tampouco havia o cuidado de registro e/ou salvaguarda.

Utilizamos como exemplo a "Fábrica de Vinho de Caju Tito e Silva", da Paraíba, 1996, que fora reconhecida como patrimônio especialmente por causa do modo de produção artesanal da bebida de vinho de caju, no entanto, foi protegida apenas pelo instrumento de salvaguarda de 'pedra e cal', que incide sobre a preservação do imóvel da Fábrica, a produção de vinho de caju não resistiu ao declínio da demanda pelo produto e em poucos anos a sua fabricação foi encerrada, restando hoje somente o prédio que a abrigava[23]. O seu patrimônio simbólico que é o vinho não existe mais, pois não foi registrado e salvaguardado o modo de fazer o vinho.

> "A oposição entre o invisível e o visível é antes de mais a que existe entre aquilo de que se fala e aquilo que se apercebe, entre o universo do discurso e o mundo da visão." (Pomian, 1984, p.68)

A Unesco, ao assumir essa dicotomia e a divisão entre patrimônio material e imaterial, mostra o reconhecimento de brechas em suas ações, pois, na Convenção de 1972, 'Patrimônio da Humanidade' não inclui o patrimônio imaterial e trabalha com o reconhecimento de bens de 'pedra e cal' assim como no exemplo dado do Brasil. A Convenção de 2003 vem para suprir uma lacuna de séculos e dar a devida atenção e destaque a essa categoria de patrimônio com a finalidade de salvaguarda e de cuidado por parte dos Estados e instituições governamentais e não governamentais.

[23] Togi, S, 2009, p.14, Patrimônio Imaterial : Marcos, Referencias, Políticas Publicas e Alguns Dilemas, http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v5.2/artigos/patrimonio_imaterial%20f.pdf acedido a 13 de Outubro de 2011

2.2.1 Patrimônio Cultural Imaterial e Identidade

O patrimônio e a cultura exercem papel fundamental para atribuir as diversas características identitárias, padrões de conduta e ainda as peculiaridades próprias de cada grupo humano. E ainda faz-se necessário levar em consideração as influências do meio e as diversas inovações pertinentes às tecnologias, à globalização, ao acesso a diversos meios de comunicação e ainda a fatores temporários e transitórios.

> "Práticas sociais moldam a vida cotidiana e são familiares a todos os membros da comunidade, mesmo que nem todo mundo participe delas. Práticas sociais distintivas que são especialmente relevantes para a comunidade e ajudam a reforçar um sentido de identidade e continuidade com o passado têm prioridade na Convenção de 2003. (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00055 acedido a 04 de Outubro de 2011)

O Patrimônio Cultural Imaterial traz um conjunto de características que constitui e dá forma à identidade cultural do indivíduo ou de determinado grupo social, ele evidencia características que fazem diferir um grupo de outro, que exteriorizam as características pertinentes 'desses e não daqueles'. Segundo Hall (1999), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais.

Entretanto, argumenta Hall (1999) que vivemos atualmente numa "crise de identidade" que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Tais mudanças se caracterizam pelo deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social. A modernidade propicia a fragmentação da identidade. De acordo com o teórico, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem "sólidas localizações" para os indivíduos. O que existe agora é descentramento, deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades. O indivíduo e as comunidades são compostas de identidades fragmentadas, como um mosaico multifacetado e multiorientado que, em conjunto, constitui o todo.

Por esse motivo, adotaremos neste trabalho o plural, sempre que utilizarmos a palavra 'identidade', grafaremos identidades, considerando todo o aglomerado de informações implícitas nesse conceito.

Segundo Abreu e Chagas (2009, p.15): "O *desmapeamento* do indivíduo, que se tornou valor e medida para todas as coisas, vem impulsionando regressões por anterioridades." Observa-se uma constante busca por identidades de determinados grupos, como exemplo os que estão inseridos na Lista da Unesco da Convenção de 2003, os movimentos negros no Brasil que, além de questões raciais, buscam as identidades desse grupo, entre outros grupos que, por razões diversas, procuram se afirmar em suas identidades.

Pesquisas como as de Mário de Andrade, Antônio Candido, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro mostraram que há sempre determinado alicerce indentitário que se mantém, mesmo com as inúmeras interferências que o mundo contemporâneo e globalizado propõe, a identidade cultural diz respeito às singularidades e peculiaridades que diferenciam e ao mesmo tempo identificam um grupo, porém, considerando sua dinamicidade.

A museologia estabelece relação entre os elementos do patrimônio cultural e a identidade coletiva ao entender que os bens culturais expressam as relações que se estabelecem entre indivíduos, seus semelhantes e o seu ambiente natural. Todo esse mosaico de informações pode ser trabalhado de forma museológica, desenvolvido junto com a comunidade.

O conceito de identidade remete ao sentimento de pertença em uma comunidade, apesar de os membros não se conhecerem, compartilham importantes referências comuns, como uma mesma história, mesma tradição, hábitos e costumes semelhantes. Assim, criam referências e são essas referências que são as identidades a serem trabalhadas dentro das instituições museológicas voltadas para esse fim, esse pode ser um dos caminhos para que a instituição seja reconhecida e valorizada pela comunidade da qual é parte.

2.2.2 Patrimônio Cultural Imaterial e Memória

Patrimônio, cultura, identidade e memória são conceitos que inúmeras vezes caminham entrelaçados, pois um complementa o outro e um depende do outro. Quando se trabalha com patrimônio cultural, ele remete à cultura e, de certa maneira, traz a identidade; além disso, o patrimônio é o suporte da memória.

A memória, segundo diversos autores e de maneira simplificada, é a capacidade de adquirir [aquisição], armazenar [consolidação] e recuperar [evocar] informações disponíveis, seja internamente, no cérebro [memória biológica], seja externamente, em dispositivos artificiais [memória artificial].

Halbwachs (2004) afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma "intuição sensível".

A memória individual não está isolada, frequentemente toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica (Halbwachs, 2004, p.9-57). A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal.

A Sociomuseologia luta pela inclusão das minorias, faz pensar quais são os anseios da comunidade e expressa-se de várias maneiras e ações, utiliza diversos suportes de memória e, em museus, o acervo faz parte das reflexões expositivas.

> "Os 'suportes da memória', designação dada por Pierre Nora a tudo aquilo que ainda tem algum vinculo com o rito e com o sagrado numa sociedade que dessacraliza, são objetos, ou mesmo sentimentos, os quais se procura dotar de uma espécie de imortalidade, mas que paradoxalmente, só sobrevivem graças a mutação contínua de significados que vão adquirindo junto aos homens, **O acervo museologico é sempre produto de atividade humana, da História e das relações de poder**." (Santos, 2009, p.133)

Para os museus, conhecidos no senso comum como 'local de preservação da memória' ou local de 'fomento e utilização da memória', a equipe dos museus em geral procura trazer a memória como maneira de compreensão do tempo presente e, em alguns casos, como forma de legitimar algumas ações do passado.

Podemos considerar que o patrimônio é suporte da memória e que na construção da memória tem sempre a relação de força e poder.

> "Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável." (Chagas, 2009, p.136)

Ressaltamos que essa relação muitas vezes é construída pelos poderes governamentais, não governamentais e mídias com interesse nessa construção, com frequência, o indivíduo não tem consciência de que está sendo manipulado, o museu pode também imprimir essa condição e manipular a memória e o discurso conforme interesses diversos.

Faz-se necessário pensar de maneira crítica sobre as 'verdades' que são apresentadas, memória e preservação e sua relação com o exercício do poder estão diretamente ligadas.

Vários foram os motivos que levaram a essa inversão de olhar e às adequações de políticas patrimoniais, podemos considerar como os principais as preocupações referentes à preservação das diversidades tanto natural como cultural, a inclusão do território e do que é 'produzido' na localidade, o reconhecimento do patrimônio genético [inclusive a biodiversidade] que transita conjuntamente com o patrimônio imaterial. Segundo Fonseca (2009, p.72):

> "A ampliação da noção de patrimônio cultural é, portanto, mais um dos efeitos da globalização, na medida em que ter aspectos de sua cultura, até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial contribui para **inserir um país ou grupo social na comunidade internacional, com benefícios não só políticos, mas também econômicos.**"

Desde a fundação da UNESCO e ICOM, observa-se a intervenção desses organismos nas diretrizes do pensamento museológico, refletindo sobre soluções para problemáticas referentes ao patrimônio, à memória, à identidade, à educação, ao acervo, à capacitação profissional.

2.3 Patrimônio Cultural Material e os caminhos para a segregação conceitual na UNESCO no que se refere ao Patrimônio Cultural Imaterial

> **"Considerando** a profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural" (Texto da Convenção, Unesco, 2003 - http://www .unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00022#art2 acedido a 04 de Outubro de 2011)

Observando o percurso histórico e diante do que foi apresentado nesta dissertação até a criação da UNESCO (1948) no Ocidente, tudo o que foi pensado e trabalho referente às políticas de preservação do patrimônio é direcionado ao que é de 'pedra e cal' e isso vai até a década de 70.

Já no Oriente, após a década de cinquenta, foi instituída, no Japão, a primeira legislação com a finalidade de preservar o patrimônio cultural, porém, não se deu prioridade às obras de arte e de 'pedra e cal', ao contrário, o país incentivou e apoiou indivíduos e grupos que mantinham tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas, considerando-as patrimônio. Observam-se, com isso, concepções de patrimônio e de preservação completamente diferentes das ocidentais.

Os primeiros programas da UNESCO no domínio da cultura refletiram a situação política e social do mundo em um período de pós-guerra e descolonização. Analisando o histórico de 'Convenções' e 'Recomendações', foi possível à pesquisadora identificar que houve incursões com pouca abrangência no que se refere ao patrimônio cultural imaterial pela organização até o final da década de 80.

Considerando-se o mandato da Organização para contribuir para a paz através da educação, da ciência e da cultura, a atenção estava voltada à promoção da cooperação internacional no domínio das artes e ao estudo de uma maneira de reconhecer a diversidade das identidades culturais do mundo. Promoveu ações tímidas relacionadas aos domínios tradicionais culturais, como literatura, museus, música e línguas.

> "A prática ocidental de preservação, fundada na conservação do objeto e na sua autenticidade, bem como sua codificação legal, baseada, em última análise, na limitação do direito de propriedade, simplesmente não dão conta dessa nova noção de patrimônio cultural que ganhou consistência a partir dos anos 70, por meio da incorporação de seus aspectos imateriais ou processuais. Percebe-se, por fim, que retirar um objeto de seu contexto social de uso e produção, declará-lo patrimônio, conservá-lo como uma peça única e colocá-lo num museu não abrange todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural e preservá-lo. Não faz sentido, por exemplo, nos casos em que o que tem valor não é o objeto, inúmeras vezes rapidamente perecível ou consumível, importa saber produzi-lo. Não faz sentido, igualmente, nos casos em que nem mesmo há objetos, mas apenas palavras, sons, gestos e ideias." (Sant'anna, 2009, p.53)

Em 1946, foi fundado o Conselho Internacional de Museus [ICOM], seguido, em 1949, pelo Conselho Internacional de Música [IMC]. Em Veneza, em 1952, houve a reunião que adotou a Convenção Universal, a qual entrou em vigor em 1955 e depois foi revista em 1971.

Como resultado da maior conscientização sobre a necessidade de proteger o patrimônio construído em tempo de guerra, após as devastadoras consequências da Segunda Guerra Mundial, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado foi aprovada em Haia, nos Países Baixos, em 1954. Essa convenção introduziu a expressão 'bens culturais' como uma categoria homogênea abrangente e de objetos considerados dignos de proteção devido ao seu valor cultural único. O termo também seria usado mais tarde na Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade de Bens Culturais [1970], a que a Convenção de Haia e seu Segundo Protocolo de 1999 são complementares.

Já em 1953, a UNESCO publicou o primeiro volume de uma nova série, intitulada 'Unidade e Diversidade de Culturas', que foi elaborado a partir de um inquérito sobre a concepção atual das culturas específicas de diferentes povos e as relações mútuas entre as culturas. O objetivo da publicação é oferecer uma visão de diferentes culturas do mundo e suas relações mútuas. Isso seria seguido por um projeto sobre a 'Apreciação Mútua de Cultura Oriental e Ocidental', lançada em 1957, que duraria nove anos.

Em 1966, a Conferência Geral aprovou a conhecida Declaração sobre os Princípios de Cooperação Cultural Internacional. A Declaração estabeleceu as características essenciais da cooperação internacional e das políticas da UNESCO no campo da cultura, afirmando que cada cultura tem uma dignidade e um valor, que deve ser respeitada e preservada, que cada povo tem o direito e o dever de desenvolver sua cultura e que todas as culturas fazem parte do patrimônio comum a toda a humanidade, dando base para o desenvolvimento de políticas do patrimônio cultural no âmbito da UNESCO.

A necessidade de políticas que visem o desenvolvimento do conceito de 'patrimônio da humanidade', pelo menos para o patrimônio tangível, foi fortemente sentida após a campanha de Núbia, no Egito, lançado em 1960, que foi o exemplo mais marcante de um verdadeiro exercício de alerta internacional público e parecer favorável de uma operação de salvaguarda. Dois anos depois, templos de Abu Simbel, reconstruídos 64 metros acima de seu local original, foram oficialmente revelados. Outra atividade que visa a proteger o patrimônio

cultural monumental foi a Campanha para a salvaguarda de Veneza, lançada em 1962, ou a adoção, em 19 de novembro de 1968, pela Conferência Geral, da Recomendação relativa à Preservação de Bens Culturais em vias de extinção por instituições públicas ou obras particulares, seguida, em 1970, pela Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade de Bens Culturais Ilícitos.

Com certeza, essas campanhas possuem um efeito legal e as ações aumentaram a consciência sobre o papel que a cultura desempenha no desenvolvimento econômico.

Contra um pano de fundo político da descolonização e da Guerra Fria, uma Conferência Intergovernamental sobre as relações institucionais, administrativas e financeiras da Cultura foi convocada em Veneza, Itália, de 24 agosto a 2 setembro de 1970. Essa conferência marcou o surgimento das noções de 'desenvolvimento cultural' e da 'dimensão cultural do desenvolvimento', e estimulou a discussão sobre como as políticas culturais podem ser integradas em estratégias de desenvolvimento.

Essa conferência afirmou que a diversidade das culturas nacionais, a sua singularidade e a sua originalidade são base essencial para o progresso humano e o desenvolvimento da cultura mundial.

Percebeu-se que as culturas indígenas em vários países foram ameaçadas por falta de recursos, ausência de institutos de formação e de pessoal treinado; muito pouco foi feito para preservar esse patrimônio cultural.

A base para a cooperação com organizações não governamentais no campo da cultura é, assim, estabelecido de forma que os Estados-Membros devem associar-se às organizações não governamentais, tanto quanto possível, com a elaboração e implementação de suas políticas culturais.

Além de sua ação nos domínios dos direitos de autor e proteção de bens culturais, tal como referido nas convenções de 1952, 1954 e 1970, a UNESCO também estava pronta para promover o patrimônio e as políticas culturais como um meio positivo para o desenvolvimento em todos os Estados-Membros, independentemente do seu grau de desenvolvimento.

Em 1972, a UNESCO aprovou um plano de dez anos para o estudo das tradições orais africanas e a promoção de Línguas Africanas, o primeiro Festival de Artes do Pacífico foi realizado nas Ilhas Fiji e foram lançadas duas séries de estudos culturais na América Latina. O conceito de patrimônio cultural ainda não estava restrito ao campo do tangível.

Com as ações descritas, foi possível observar que o conceito de patrimônio cultural não estava restrito somente ao campo do tangível, no entanto, na 'Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, 1972', restringiu-se a identificação do patrimônio cultural como patrimônio tangível, uma vez que limita o seu âmbito aos monumentos, grupos de edifícios e sítio.

Os Estados Membros participantes justificam que, devido ao fato de os aspectos legais dos direitos coletivos de propriedade intelectual ainda não estarem claramente definidos, foi decidido não incluir expressões intangíveis do patrimônio cultural no âmbito da Convenção de 1972. O governo da Bolívia propôs, em 1973, a adição de um protocolo à Convenção de Direitos Autorais Universal tal como revista em 1971, a fim de fornecer um quadro jurídico para a proteção do folclore. A proposta não foi aceita, mas um ano mais tarde, uma reunião de peritos governamentais, organizada com o apoio da UNESCO e da OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em Tunis, começou a trabalhar no projeto de um modelo de lei referente à proteção dos direitos de propriedade intelectual aplicável a tais manifestações culturais.

Nesse meio tempo, como seguimento da Conferência de Veneza de 1970, vários seminários regionais foram organizados. Em uma dessas reuniões, a ACCRA - Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África [1977], os especialistas defenderam que a definição da cultura deveria ser alargada para além das artes plásticas e patrimônio para incluir visões de mundo, sistemas de valores e crenças.

Em 1989, a 'Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular' é considerada a resposta referente à reivindicação que a Bolívia encabeçou em 1973. Esse documento, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, 'recomenda' aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução de seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais. Pode-se considerar essa 'recomendação' como um marco, pois institui instrumentos de salvaguarda bem diferentes dos utilizados comumente para o mesmo fim no que se refere ao patrimônio cultural material.

A 'Recomendação de 1989' foi o primeiro instrumento jurídico legal desse tipo orientado para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e foi desenvolvido o 'Plano Decenal para o desenvolvimento do artesanato no mundo 1990-1999'; com isso, a conferência

adotou a 'Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular' e refletiu os anseios explicitados no México, em 1982, e no Rio de Janeiro, em 1984.

Diversas ações ocorrem em resultado dessa recomendação:

- Cursos de formação realizados pela UNESCO,
- Assistência para elaboração de Planos de Revitalização para a Salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural imaterial de grupos minoritários e indígenas,
- Organização de uma série de festivais de cultura tradicional,
- Criação de uma rede de atividades do folclore,
- Publicação, pela UNESCO, de CD's da Coleção Música Tradicional do Mundo,
- Publicação de um manual para coleta do Patrimônio Musical,
- Publicação de um atlas de línguas do mundo em perigo de desaparecer,
- Publicação de um manual metodológico sobre a proteção da exploração comercial inadequada das culturas tradicionais e o folclore,
- Publicação do documento "Ética e Tradição"

Para a efetivação e a multiplicação das ações de salvaguarda, realizam-se oito seminários regionais sobre a "Aplicação da Recomendação de 1989", que foram os seguintes:

Seminário	Local	Data
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Beirute (Líbano)	01.05.1999
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Noumea (França),	01.02.1999
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Acra (Gana)	01.01.1999
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Tashkent (Uzbequistão)	01.10.1998
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Joensuu (Finlândia)	01.09.1998
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Tóquio (Japão)	01.02.1998
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Cidade do México (México)	01.09.1997
Seminário Regional sobre a aplicação da Recomendação de 1989	Stra (Itália)	01.09.1996

[Quadro 13, Seminários, Fonte: http://www.unesco.org/ acedido a 10 de Junho de 2011]

No entanto, não levam a resultados de longa duração, conforme demonstrado no Relatório de Estudo Preliminar ocorrido em 2001.

Em 1993, a República da Coréia propôs ao Conselho Executivo da UNESCO a criação de um programa chamado 'Tesouros Humanos Vivo' e o Conselho adaptou uma decisão que convida os Estados-Membros a estabelecer tais sistemas em seus respectivos países. Desde

então, eles organizaram várias reuniões internacionais e workshops com o objetivo de disseminar o conceito e incentivar a criação de sistemas nacionais.

- Os Tesouros Humanos Vivos são pessoas que possuem o maior grau de conhecimento e as habilidades necessárias para interpretar ou recriar alguns elementos do patrimônio cultural intangível. Cabe a cada Estado-Membro escolher um título apropriado para designar os depositários de conhecimentos e competências, sendo indicativo do "tesouro vivo Humanos" título proposto pela UNESCO. Entre os sistemas existentes já há uma grande variedade de graus: Master of Art (França), administrador da Tradição da Arte Popular e Artesanato (República Checa), Living National Treasure (República da Coréia), administrador de uma propriedade intangível Importante Cultural (Japão e a República da Coreia). (http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,6,64.aspx acedido a 03 de Outubro de 2011)

O país que mais se destacou na aplicação dessa 'recomendação' foi a França, pois reconheceu mais de 40 profissionais da 'arte do ofício'.

- (ii) herança do Patrimônio Cultural Imaterial, inclui costumes e expressões, juntamente com o conhecimento, habilidades e valores que são inerentes, quais as comunidades e grupos reconhecem como parte do seu património cultural. Esta herança é transmitida de geração em geração, especialmente na fala. É constantemente recriado em resposta a mudanças no ambiente social e cultural. Infunde em indivíduos, grupos e comunidades um senso de identidade e continuidade e uma garantia de desenvolvimento sustentável. (http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,6,64.aspx acedido a 03 de Outubro de 2011).

A 'Declaração de Bogotá, 1995', adotada pela Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na América Latina e as Caraíbas, sublinhou que, no desenvolvimento cultural, o que deve ser melhorado é a qualidade de vida das comunidades e dos indivíduos, também afirmou que a autenticidade cultural se baseia no reconhecimento dos componentes da identidade cultural, independentemente da sua origem geográfica e levando em consideração que eles se misturam, e que cada pessoa ou grupo de pessoas tem tanto o direito como o dever de determinar de forma independente a sua própria identidade cultural, com base em seus antecedentes históricos, valores e aspirações individuais, e sua vontade soberana. (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00308 acedido a 17 de Maio de 2011)

Em 1997, houve o lançamento do edital 'Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade' e o de estudos sobre um instrumento normativo; isso foi o resultado de uma série de fóruns regionais sobre a proteção do folclore, organizado em conjunto pela UNESCO e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Essas duas ações paralelas foram apresentadas pelo Diretor-Geral da UNESCO na Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Língua Africana. O objetivo do edital foi sensibilizar para a importância do patrimônio imaterial através da criação de uma nova forma de distinção

internacional. Em 2001, 2003 e 2005, 90 elementos foram proclamados Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, criando um movimento mundial para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. (http://www.unesco.org/ culture/ich/ ind ex . php?lg=en&pg=00309 acedido a 17 de Maio de 2011).

A pedido dos Estados-Membros, o Diretor-Geral apresentou, em 2001, um relatório sobre o estudo preliminar sobre a conveniência de regulamentar internacionalmente, através de um instrumento de definição de nova norma, a proteção da cultura tradicional e do folclore.

O relatório conclui que a instituição de propriedade intelectual não é suficiente, que todos os instrumentos que já haviam sido adotados para essa finalidade foram voltados ao patrimônio cultural material e não se referiam especificamente ao imaterial. Com as conclusões apresentadas, o relatório recomendou um novo instrumento normativo a ser preparado baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos [United Nations, 1948] e a propor os princípios fundamentais em que esse instrumento deveria ser baseado. Esses princípios básicos podem ser vistos no site da Unesco (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00310 acedido a 17 de Maio de 2011).

- O patrimônio cultural imaterial é fundamentalmente salvaguardado através da criatividade e atuação dos agentes das comunidades que o produzem e mantêm;
- A perda do patrimônio cultural imaterial só pode ser evitada garantindo seus significados, possibilitando que as condições e competências envolvidas na sua criação, aprovação e transmissão possam ser reproduzidas;
- Qualquer instrumento para lidar com o patrimônio cultural intangível facilita, incentiva e protege o direito e a capacidade das comunidades para continuar a adotar o seu patrimônio cultural imaterial através do desenvolvimento de suas próprias abordagens para gerenciá-la e sustentá-la;
- Manter uma cultura de partilha e ter um diálogo cultural, promovendo uma maior criatividade global enquanto o reconhecimento e o intercâmbio equitativo são assegurados.

Durante o mês de setembro de 2002, a primeira reunião intergovernamental de peritos sobre o projeto preliminar de Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível foi convocada em Paris. Especialistas discutem se uma definição ampla de patrimônio cultural

intangível deve ser utilizada ou não, uma vez que eles tinham medo que a vaga e ampla interpretação do termo enfraqueceria uma aplicação rigorosa da Convenção.

Em novembro de 2003, a Comissão de Cultura da Conferência Geral da UNESCO recomenda que seja adotada um 'Convenção Internacional para a Salvaguarda do PCI' na plenária da Conferência Geral, onde é aprovada por consenso.

A Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial[24] foi adotada em 17 de outubro de 2003 com 120 votos a favor, 8 abstenções e nenhum voto contra.

> "Foi a pressão de países como o Japão e outros do Oriente e da África, manifestada na conferência de Nara, realizada em 1994, no Japão, e em outras ocasiões, que levou a uma revisão dos critérios da UNESCO para a inscrição na lista do patrimônio mundial." (Fonseca, 2009, p.72)

Mais de metade dos Estados-membros da UNESCO se inscreveram. Isso mostra uma maior consciência da necessidade urgente da Convenção Internacional para a Salvaguarda do PCI, dada a possível ameaça representada pelo estilo de vida contemporâneo e o processo de globalização.

Inúmeras atividades estão sendo realizadas, muitas reuniões de alcance internacional mostram que a aprovação da Convenção e sua implementação são um marco na defesa da longa campanha da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio. (http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg =00310 acedido a 17 de Maio de 2011)

A Unesco, ao assumir essa dicotomia e a divisão entre patrimônio material e imaterial, mostra o reconhecimento de brechas em suas ações, pois, na Convenção de 1972, 'Patrimônio da Humanidade' não inclui o patrimônio imaterial e trabalha com o reconhecimento de bens de 'pedra e cal' assim como no exemplo dado do Brasil. A Convenção de 2003 vem para suprir uma lacuna de seculos dar a devida atenção e destaque a essa categoria de patrimonio com a finalidade de salvaguarda e de cuidado por parte dos Estados e instituições governamentais e não governamentais.

Vale ressaltar que antes das questões do patrimônio cultural imaterial trazidos pela Unesco, praticamente a maioria das políticas patrimoniais eram sobre as preservação do patrimônio trazendo como referencia 'memória' dos vencedores sobre os vencidos, isto é, da elite branca e católica que investiram na preservação dos seus mosteiros, igrejas, templos, castelos, palácios e palacetes.

[24] A referida convenção será trabalhada detalhadamente no capítulo 3 dessa dissertação de mestrado.

O olhar sobre o imaterial trouxe à tona questões antes não tratadas, como diáspora negra, outras formas de manifestações religiosas, ofícios manuais, artesanato do cotidiano abrindo assim espaço de expressão de grupos que anteriormente não eram pautas de reuniões ou preocupações específicas das lideranças governamentais e não governamentais.

Conforme mostrado ao longo deste capítulo, apenas nas últimas três décadas [considerando que isso é muito recente se analisado em contexto histórico] é que o Ocidente, através da UNESCO e seus estados membros, passou a defender iniciativas referentes ao patrimônio cultural imaterial.

Diante dessa realidade, foi possível constatar determinado déficit de séculos de incentivo, manutenção, preservação [específica para esse fim] referente ao patrimônio cultural imaterial, após discussões, adequações e readequações que a Unesco e os estados membros propuseram ao longo da década de 70, 80 e 90, 'recomendações' essas que deveriam ser propostas para suprir as lacunas e a necessidade de demanda urgente de salvaguarda para esse patrimônio específico.

Segundo Abreu (2003, p.45), duas mudanças significativas e importantes que contribuíram para as políticas do patrimônio imaterial são: "a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura, com a consequente naturalização da noção de diversidade cultural."

Novas demandas exigem ações diferenciadas, após a década de 50 e a repercussão das políticas do Japão referentes à preservação do 'saber', a criação da Unesco em 1946, do ICOM em 1948 e as pressões dos estados membros referentes à salvaguarda desse patrimônio, o mundo teve que, de alguma forma, responder a essas inquietações. As recomendações específicas da Unesco trouxeram aos estados membros outras preocupações que não os objetos.

A Convenção de 2003[25], que traz o documento mais completo e abrangente para tratar da salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, trazendo à tona preocupações globais e gerando determinadas ações nos estados membros com a finalidade de inserção de manifestações na lista e ainda ações que caminham para esse fim, trazendo novas perspectivas e olhares para grupos antes esquecidos e valorização de saberes que jamais fizeram parte das preocupações das 'elites, brancas, católicas', ou seja, não é somente o 'vencedor' que determina o que é patrimônio, observa-se o envolvimento da sociedade civil e grupos de

[25] Será trabalhada detalhadamente no capítulo 3.

minoria reivindicando estar presentes nas políticas públicas referentes ao patrimônio, além do patrimônio natural e genético que também faz parte das tendências atuais.

CAPÍTULO 3

O capítulo a ser apresentado traz um estudo sobre a 'Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial'[26]e a analise e resultados quantitativos e qualitativos sobre os 232 itens inclusos na 'Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.'

[26]Anexo.

3.1 Convenção de *Salvaguarda* do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 de Outubro de 2003

> "Entende-se por "*salvaguarda*[27]" as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos." (artigo 3 da Convenção[28])

A Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 e a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade são resultados de quatro décadas de discussões e buscam por respostas e adaptações da Unesco, de parceiros e dos estados membros para trabalhar e salvaguardar um patrimônio tão complexo como o imaterial. Devido às inúmeras complexidades[29] e vulnerabilidades, houve diversas incursões no decorrer das décadas que não atingiram os resultados e a abrangência transnacional de preservação dos patrimônios culturais imateriais.

Com as experiências anteriores e as demandas atuais, foi realizada a Conferência Geral da UNESCO, na sua 32º Sessão foi aprovada a "Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial".

> "A adoção da Convenção tornou-se um marco na evolução das políticas internacionais de promoção da diversidade cultural, uma vez que, pela primeira vez a comunidade internacional reconheceu a necessidade de apoiar o tipo de manifestações e expressões culturais que até então não tinha beneficiado de um grande enquadramento legal e programática." (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00004 acedido a 17 de Maio de 2011)

Ela é considerada como complementar aos outros instrumentos internacionais, que já foram discutidos neste trabalho no capítulo II, que a Unesco institui e que lidam com o patrimônio cultural.

Consta como objetivo principal dessa Convenção proteger as práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Faz-se necessário salientar que, para efeito de candidatura e inclusão na lista, somente é considerado como herança quando é reconhecido como tal pelas comunidades, grupos ou indivíduos que o criam, mantêm e transmitem.

---

[27] Grifos da autora.
[28] Anexo VII
[29] Trabalhados em todo o capítulo II.

O texto da Convenção diz que ela considera a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, *considera a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural*, reconhece que os processos de globalização e de transformação social, bem como as condições que eles criam para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, assim como o fenômeno da intolerância, graves ameaças de desaparecimento, deterioração ou destruição do patrimônio cultural imaterial, em particular devido à falta de recursos para salvaguardar esse patrimônio, reconhece que as comunidades indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana, observa o grande alcance das atividades da UNESCO na elaboração de instrumentos normativos para a proteção do patrimônio cultural e que não existe ainda um instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, consideram que os acordos, recomendações e resoluções internacionais existentes em matéria de patrimônio cultural e natural deveriam ser enriquecidos e complementados mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial, consideram a necessidade de consciência principalmente por parte das novas gerações da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda , que a comunidade internacional deveria contribuir e ainda reconhece a inestimável função que cumpre o patrimônio cultural imaterial como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

A Convenção tem as finalidades de observar: a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco; d) a cooperação e a assistência internacionais.

Segundo a Convenção, entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial[30]

> "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento

[30] Anexo

.

> de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente."

O 'patrimônio cultural imaterial', segundo a convenção, manifesta-se nos seguintes domínios[31]: tradições e expressões orais, artes cênicas [espetáculos como música, dança e teatro], práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, artesanato tradicional.

Essa divisão é qualificada como "domínios", que são os meios em que o Patrimônio Cultural Imaterial se manifesta, porém, não são classificações fechadas e estáticas. "É difícil, senão impossível impor categorias rígidas externamente" (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00052 acedido a 13 de Maio de 2011). Devido a isso, a UNESCO aceita variações, divisões e subdivisões acrescentadas pelos estados membros.

A Convenção define como salvaguarda as medidas destinadas a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, nomeadamente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos vários aspectos desse patrimônio. A salvaguarda tem papel fundamental no processo, pois são essas ações que indicarão como será o trabalho e, consequentemente, acabam por determinar o tempo de vida do PCI.

Pela Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e com o desenvolvimento sustentável.

Na Assembleia Geral, foi criado, pelos Estados Membros, o Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que atualmente é representado por vinte e quatro Estados-Membros[32], são eleitos para mandatos de quatro anos e há a renovação de metade a cada dois anos com a finalidade de refletir a diversidade de opiniões e de salvaguardar as medidas relativas ao patrimônio cultural imaterial em todo o mundo, as funções são gerir todas as ações pertinentes à Convenção.

Os Estados-Membros têm a opção de aderir ou não à Convenção, caso resolvam aderir, deverão adotar medidas para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

[31] Trabalhado em detalhe pela autora no item 3.2.3, página 127.
[32] A lista dos Estados Membros que foram ratificados é o Anexo I deste trabalho.

presente em seu território, identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial e realizar parcerias com as comunidades e organizações não governamentais, assegurar a identificação por meio de inventários e apresentar seu relatório periódico ao Comitê.

Para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, cada Estado Parte empreenderá esforços para adotar uma política geral, designar ou criar um ou vários organismos competentes, fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira para viabilizar as ações, realizar programas educativos, divulgar e incentivar sua preservação e sua salvaguarda.

Cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios apropriados, para assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, nomeadamente através de: (i) educação, sensibilização e programas de informação destinados ao público em geral, em especial os jovens, (ii) programas específicos de educação e formação no seio das comunidades e grupos em causa; (iii) atividades de capacitação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, em particular na gestão e na investigação científica, e (iv) meios de transmissão de conhecimentos não-formal; manter o público informado dos perigos que ameaçam esse patrimônio e das atividades exercidas no âmbito da presente Convenção; promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é necessária para expressar o patrimônio cultural imaterial.

E ainda assegurar a participação das comunidades, grupos e indivíduos no âmbito de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá garantir a mais ampla participação possível das comunidades, grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio, e envolvê-los ativamente na sua gestão.

Com a finalidade de assegurar uma melhor visibilidade do patrimônio cultural imaterial e uma consciência de sua importância, e para encorajar o diálogo que respeite a diversidade cultural, o Comitê, sob proposta dos Estados Partes, deve estabelecer, manter-se atualizado e publicar uma Lista[33] Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e uma Lista de Patrimônio Cultural Imaterial com necessidade de salvaguarda urgente, a inclusão da PCI na lista está condicionado à aprovação da Assembléia Geral.

[33] Será trabalhada detalhadamente do item 3.2

Institui ainda a cooperação internacional que se refere ao intercâmbio de informações e de experiências, de iniciativas comuns, e a criação de um mecanismo para apoiar os Estados Partes em seus esforços para a salvaguarda do PCI, reconhecem que a salvaguarda do PCI é uma questão de interesse geral para a humanidade e, nesse sentido, comprometem-se a cooperar no plano bilateral, sub-regional, regional e internacional.

Uma assistência internacional poderá ser concedida para os fins de salvaguarda do patrimônio inscrito na Lista do Patrimônio cultural imaterial que necessite medidas urgentes para determinadas ações; elaboração de inventários, apoio a programas, projetos e atividades realizadas nos níveis nacional, sub-regional e regional que visam a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; ou qualquer outra finalidade que a Comissão considere necessárias. As formas de assistência internacional serão concedidas pelo Comitê a um Estado Parte e serão regidas pelas diretrizes operacionais, essa assistência pode assumir as formas de estudos sobre os diferentes aspectos da salvaguarda; prestação de especialistas e profissionais; treinamento de todo o pessoal necessário; elaboração de definição de padrões e outras medidas; criação e operação de infra-estruturas; fornecimento de equipamentos e know-how; outras formas de assistência financeira e técnica, incluindo, se necessário, concessão de empréstimos a juros baixos e doações.

Fica instituída a criação de um Fundo com a finalidade de captação de dividendos, em que a natureza dos recursos são as contribuições feitas pelos Estados Partes; contribuições, doações ou legados que podem ser feitos por: (i) outros Estados, (ii) organizações e programas do sistema das Nações Unidas, nomeadamente o Programa das Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais; (iii) organismos públicos ou privados, ou particulares; (d) qualquer interesse devido sobre os recursos do Fundo; (e) Fundos recolhidos e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo; (f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo, a ser elaborado pelo Comitê.

Salientamos ainda que a Comissão incorporou, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, os itens proclamados "Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade" antes que essa convenção entrasse em vigor e que estará aberta à adesão de todos os Estados não membros da UNESCO que são convidados pela Conferência Geral da UNESCO para aderir a ele.

3.1.1 Como ratificar a Convenção

A Ratificação, Aceitação, Aprovação e Adesão é "o ato internacional assim denominado pelo qual um Estado estabelece no plano internacional com seu consentimento em ficar vinculado por um tratado", segundo o artigo 2 (1) (b) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. A Convenção entra em vigor três meses de sua publicação.

3.1.2 Órgãos diretivos da Convenção de 2003

Os órgãos que são responsáveis pelas diretrizes da Convenção de 2003 seguem a mesma linha das anteriores trabalhadas pela UNESCO, que são a Assembleia Geral e o Comitê; a primeira é soberana e reúne-se em sessão ordinária e extraordinária, elege os 24 membros do Comitê, dos quais 12 são trocados a cada 2 anos com a finalidade de renovação de pensamento. Para a eleição dos membros, decidiram aplicar o princípio da distribuição geográfica equitativa, isto é: o número de membros do Comitê de cada região depende proporcionalmente do número de Estados dessa região que já ratificaram a Convenção. As principais funções são:

- promover os objetivos da Convenção, fornecer orientações sobre as melhores práticas e formular recomendações sobre medidas para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- utilizar os recursos do Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial, em conformidade com as diretrizes e o plano bianual adotados pela Assembleia Geral;
- inscrever manifestações intangíveis do patrimônio cultural proposto pelos Estados Partes na Convenção;
- selecionar e promover programas, projetos e atividades apresentados pelos Estados Partes que melhor refletem os objetivos e princípios da Convenção;
- propor à Assembléia Geral a creditação de organizações não governamentais que podem ter funções consultivas para o Comitê.

É importante ressaltar que a quantidade de informação existente no site da organização é impressionante, na página de cada reunião do Comitê estão disponíveis os discursos, as decisões, o registro dos resumos, a lista de participantes e os documentos de trabalho distribuídos aos integrantes dos Estados Membros antes da reunião.

3.1.3 A Candidatura

A candidatura deve obedecer aos critérios da Convenção, já trabalhos no item 3 deste capítulo, e ainda os que são estipulados pelo Comitê, que são:

> **"R.1** O elemento constitui patrimônio cultural imaterial, tal como definido no **artigo 2 º** da Convenção.
> **R.2** Inscrição do elemento irá contribuir para assegurar a visibilidade e conscientização da importância do patrimônio cultural imaterial e para encorajar o diálogo, refletindo assim a diversidade cultural em todo o mundo e testemunhar a criatividade humana.
> **R.3** Medidas de salvaguarda são elaborados que podem proteger e promover o elemento.
> **R.4** O elemento foi nomeado após a mais ampla participação possível da comunidade, grupo ou, se for o caso, os indivíduos em causa e com seu consentimento livre, prévio e informado.
> **R.5** O elemento é incluído em um inventário do patrimônio cultural imaterial presente no território (s) do Estado que apresentou (s) Parte (s), conforme definido no **artigo 11** e **artigo 12** da Convenção."
> (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=173 acedido a 08 de Outubro de 2011)

E os Critérios para a inscrição na Lista Urgente Salvaguarda são:

> "U.1 O elemento constitui patrimônio cultural imaterial, tal como definido no artigo 2 º da Convenção.
> U.2
> a) O elemento está na necessidade urgente de salvaguardar a sua viabilidade, porque está em risco, apesar dos esforços da comunidade ou grupo, ou, se for o caso, os indivíduos e Estado (s) partido (s) em causa; (ou)
> b) O elemento está na necessidade extremamente urgente de salvaguardar porque está enfrentando graves ameaças como resultado do qual não se pode esperar que sobreviva sem a salvaguarda imediata.
> U.3 Medidas de salvaguarda são elaborados que podem permitir que a comunidade, grupo ou, se for o caso, os indivíduos em causa a continuar a prática e transmissão do elemento.
> U.4 O elemento foi nomeado após a mais ampla participação possível da comunidade, grupo ou, se for o caso, os indivíduos em causa e com seu consentimento livre, prévio e informado.
> U.5 O elemento é incluído em um inventário do patrimônio cultural imaterial presente no território (s) do Estado que apresentou (s) Parte (s), conforme definido no artigo 11 e artigo 12 da Convenção.
> U.6 Em casos de extrema urgência, o Estado (s) partido (s) em causa tiver (em) sido devidamente consultado sobre a inscrição do elemento em conformidade com o artigo 17 da Convenção" (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00174#TOC1 acedida em 08 de Outubro de 2011)

E ainda as candidaturas deverão conter o suficiente para convencer o Comitê de que o registro não prejudica o desenvolvimento da comunidade ou do grupo em causa, quer econômica, ecológica ou social. Deverá também indicar claramente qual será a contribuição do elemento proposto, ou de registro, e se permitirá o desenvolvimento sustentável da comunidade ou grupo e, quando aplicável, o seu ambiente natural (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00051 acedido a 06 Setembro de 2011).

Deve seguir o calendário e os procedimentos para inscrição que são:

- Fase 1: preparação e submissão:

  01 de Março, prazo em que as indicações devem ser recebidas pela Secretaria, arquivos recebidos após essa data serão examinadas no próximo ciclo.

  31 de Março, prazo para pedidos de assistência preparatória para a elaboração de indicações.

  01 de Junho: prazo no qual a Secretaria vai ter processado os arquivos, incluindo o registro e aviso de recepção. Se o arquivo estiver incompleto, o Estado Parte é convidado para completar.

  01 de setembro, prazo para completar as informações faltantes, caso haja.

- Fase 2: exame:

  Dezembro do ano 1 - Maio do ano 2

  Exame dos processos pelo Órgão Consultivo.

  Abril-junho do ano dois: reunião para exame final pelo Órgão Consultivo.

  Durante semanas antes da sessão do Comitê, o Secretariado transmite os relatórios de exame para os membros, os arquivos e relatórios de exame também estarão disponíveis online para consulta pelos Estados Partes.

- Fase 3: avaliação

  Novembro do ano dois

  O Comitê avalia as nomeações e toma as suas decisões.

As reuniões do Comitê ocorrem anualmente e tem a finalidade de avaliar a nomeação das propostas por Estados Partes e decidir quais práticas do PCI serão inclusas na lista, no caso do PCI que necessita de salvaguarda urgente, a comunidade considera que medidas específicas devam ser tomadas para mantê-lo vivo, a inscrição ajuda a mobilizar a cooperação internacional e assistência para realizar mediadas de salvaguarda urgente.

A Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade é composta por essas práticas e expressões do patrimônio imaterial e ajuda a demonstrar sua diversidade e sensibilizar sobre a sua importância.

O Comitê integrou 90 elementos em 2008 (itens anteriormente proclamados obras primas) e teve 76 elementos inscritos em 2009. Em 2010, 47 elementos foram acrescentados à lista. (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=11&type=3 acedido a 08 de Outubro de 2011)

Seguem abaixo os países e quantidade de PCI inscrito na lista:

País	Quant//
Albânia	1
Algeria	1
Argentina	1
Armênia	2
Azerbaijão	4
Bangladesh	1
Bielorússia	1
Bélgica	7
Belize	1
Benin	1
Butão	1
Bolívia	3
Brasil	2
Bulgária	2
Camboja	2

País	Quant//
República Centro-Africana	1
Chile	1
China	34
Colômbia	6
Costa Rica	1
Costa do Marfim	1
Croácia	10
Cuba	1
Chipre	1
República Tcheca	3
República Dominicana	2
Equador	1
Egito	1
Estônia	3
França	9

País	Quant//
Gâmbia	1
Geórgia	1
Grécia	1
Guatemala	2
Guiné	1
Honduras	1
Hungria	1
Índia	8
Indonésia	5
Irã	7
Iraque	1
Itália	3
Jamaica	1
Japão	18
Jordânia	1

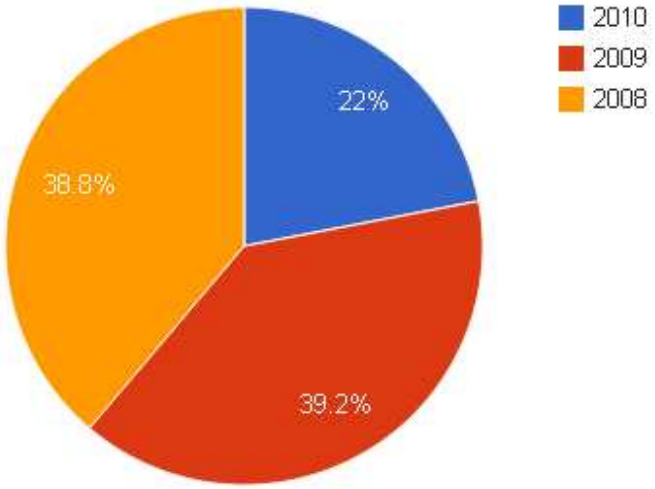
País	Quant//
Quênia	1
Quirquistão	2
Letônia	2
Lituânia	3
Luxemburgo	1
Madagascar	1
Malaui	2
Malásia	1
Mali	4
México	6
Mongólia	8
Marrocos	4
Moçambique	2
Nicarágua	2
Nigéria	3

País	Quant//
Omã	1
Paquistão	1
Palestina	1
Peru	5
Filipinas	2
Catar	1
Coreia do Sul (República da Coreia)	11
Romênia	2
Rússia	2
Arábia Saudita	1
Senegal	1
Eslováquia	1
Espanha	10
Síria	1
Tadjiquistão	1

País	Quant//
Togo	1
Tonga	1
Turquia	8
Uganda	1
Emirados Árabes Unidos	1
Uruguai	2
Usbequistão	4
Vanuatu	1
Vietnã	5
Iemen	1
Zâmbia	2
Zimbábue	1

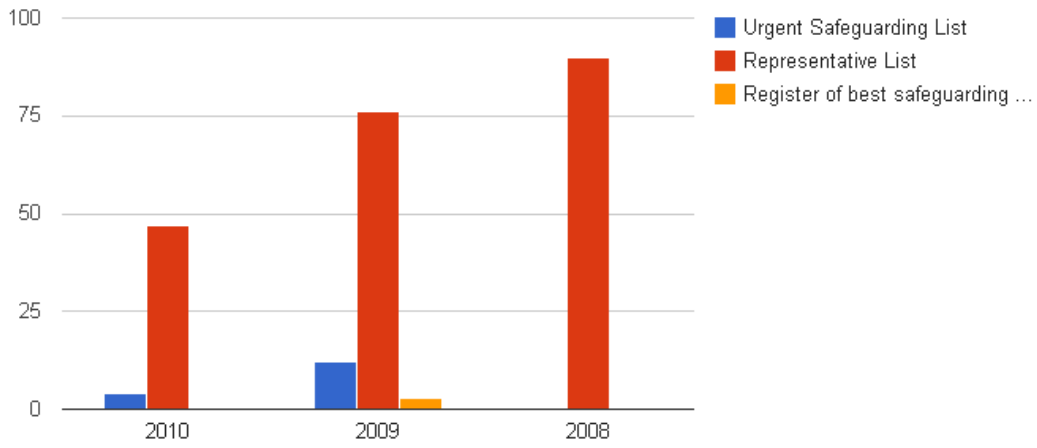
[Quadro: 14, Países e Quantidades de PCI inscrito na 'Lista', Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php ?lg=en&pg=11&type=3 acedido 08 de Outubro de 2011]

Gráfico: Inscrição na Lista



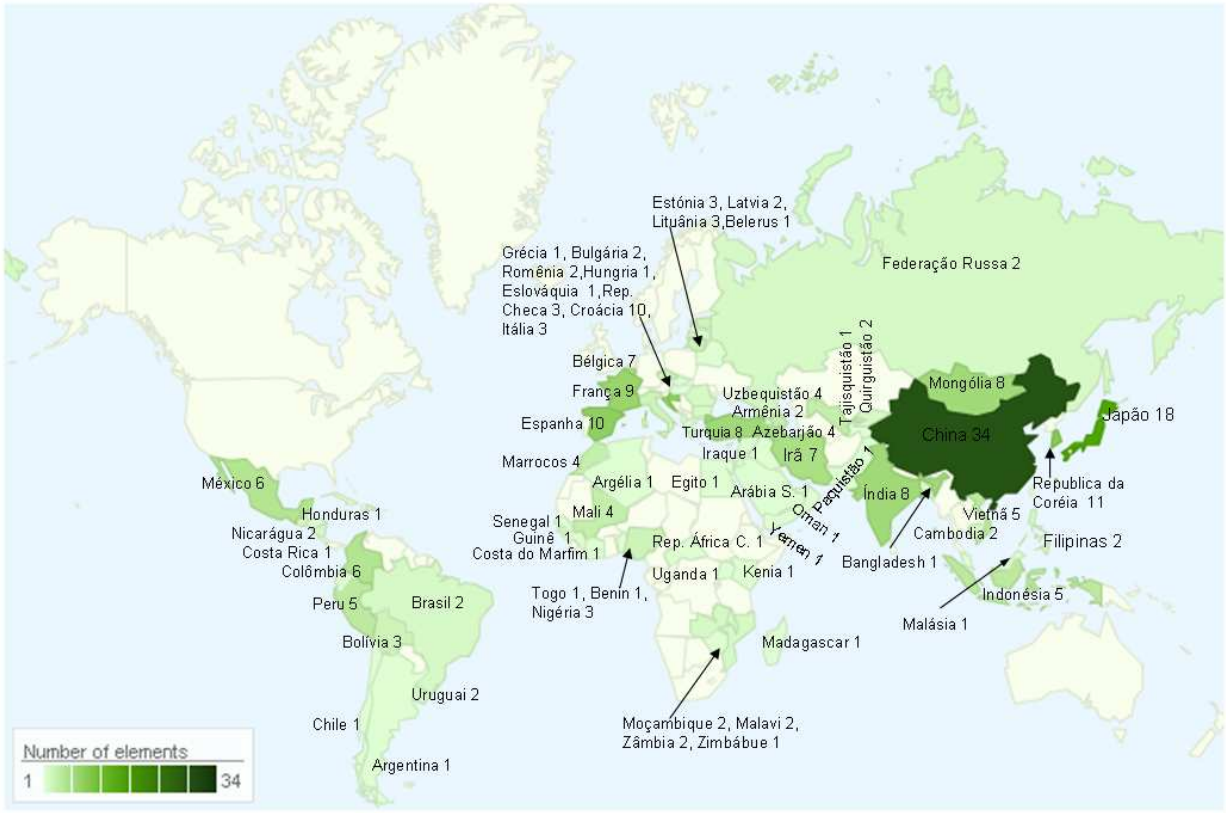
[Gráfico 1, Inscrição na Lista, Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011]

Gráfico: Inscrição na Lista



[Gráfico 2, Inscrição na Lista, Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011]

Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial



[Figura 5 , Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&multinational=3&display1=inscriptionID&display=maps#tabs acedido a 08 de Outubro de 2011]

Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo

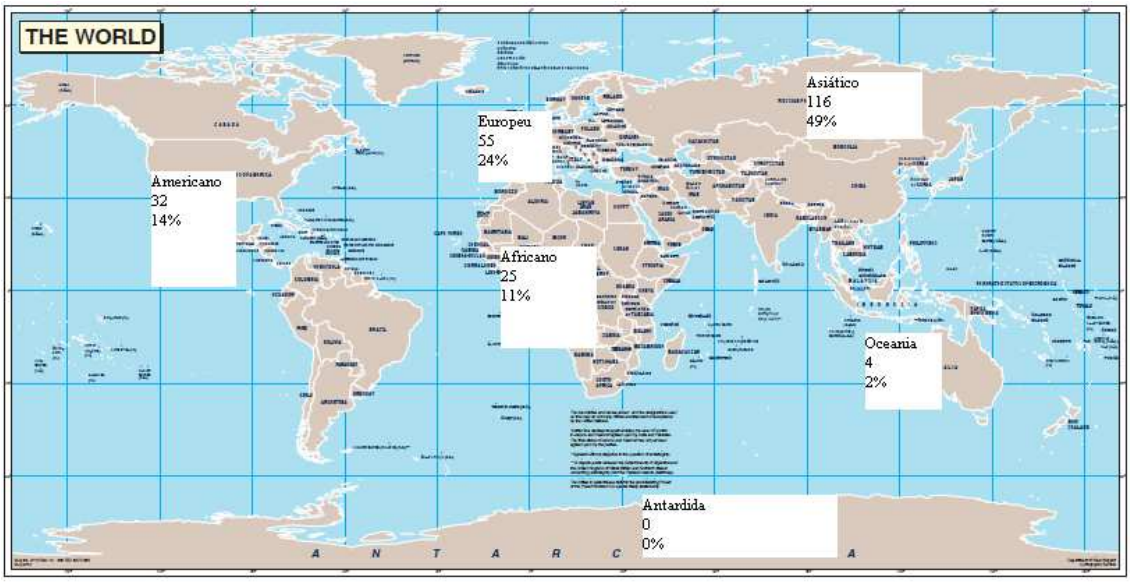


Figura 6, Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo, Fonte: Rosiane Nunes

Com o desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar anos de diálogos e iniciativas voltados para as questões imateriais, porém, eles não foram capazes de atingir todos os códigos, domínios e itens que o patrimônio cultural imaterial abrange. No entanto, muito foi pensado e discutido a respeito.

Entre 1993 e o presente momento, 2011 [observa-se que desde 1948, há trabalho sobre a temática], a UNESCO, em parceria com diversas organizações não governamentais e seus estados membros realizam um total de 120 ações entre capacitação dos estados membros, realização de reuniões, encontros, ateliês, conferências, mesas redondas, workshops, simpósios em regiões diversas do globo, sendo:

Ano	Quantidade
1993-2002	27
2003	6
2004	9
2005	5
2006	13
2007	14
2008	16
2009	5
2010	18
2011	7

[Quadro 14, Reuniões, Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=0004 acedido a 01 de Março de 2011]

Esses eventos mostraram que algumas ações foram sinônimo de sucesso e outras não, no entanto, a comunidade internacional buscou caminhos e descaminhos, respostas e perguntas, diálogos e discussões, erros e acertos na tentativa de encontrar alternativas viáveis para a problemática do imaterial – pois só o termo já é complexo de conceitualizar.

A Convenção de Salvaguarda de 2003 e a Lista de Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial foi uma das alternativas encontradas para trabalhar a questão. Constata-se que é a primeira vez que tais expressões culturais possuem cobertura do direito internacional para proteção e salvaguarda.

Não afirmamos que essa é a solução para resolver as questões em causa, mesmo porque seria demasiado precipitado, porém, acreditamos que foi o caminho encontrado pelo organismo internacional — UNESCO e seus Estados-Membros — para tentar suprir as

lacunas pertinentes ao imaterial, suas representações, maneiras e formas, instituindo como meio para salvaguarda e garantindo a transmissão para as gerações futuras.

Acrescenta-se que esse movimento internacional de mobilização jamais foi testemunhado pela história; com isso, acreditamos ser de suma importância o trabalho realizado pela UNESCO e pelo Comitê Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial.

3.2 Análise Quantitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Os dados a seguir são oriundos da compilação executada pela autora das 232 representações reconhecidas pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

As fontes primárias foram extraídas do site dessa organização e compiladas manualmente, sem o uso de nenhum recurso tecnológico ou programa para esse trabalho.

Ler, ver as fotos e assistir aos 232 vídeos deu origem a um banco de dados riquíssimo que fundamentou esta etapa da pesquisa.

Planilhas, gráficos, mapas e análises têm a finalidade de viabilizar uma visão sistêmica sobre tudo o que a UNESCO e alguns países do globo reconheceram como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e que estão sendo trabalhados para a salvaguarda dos bens de natureza intangível.

Para chegar aos resultados apresentados, é necessário salientar que, para cada representação inscrita nessa lista houve a aceitação e participação do referido grupo, o envolvimento de instituições não governamentais e governamentais e do poder do estado, com a finalidade de unidos solicitar o reconhecimento. Em conjunto, as ações são demonstrações de envolvimento comunitário que, em parceria com o estado, buscam um bem comum para o grupo, para o país e, consequentemente, para todo o planeta. É importante salientar que o principal objetivo da UNESCO é: "Construindo a paz nas mentes dos homens e mulheres" (http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 05 de Abril de 2011).

As informações a seguir, além dos atributos descritos acima, tem a finalidade de buscar caminhos a partir do trabalho da UNESCO sobre como o museu, à luz da Sociomuseologia - considerado como ferramenta de transformação social - pode fazer uso do Patrimônio Cultural Imaterial e contribuir para sua preservação, para a salvaguarda desse bem.

3.2.1 A Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

A lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade é constituída de itens de diversos países que se candidataram e, com os argumentos adequados, foram eleitos pelo Comitê como representantes de identidade e representativos da comunidade da qual fazem parte.

O Comitê encontra-se anualmente para avaliar propostas nominais dos Estados Partes da Convenção de 2003 que decidiram inscrever ou não essas práticas e expressões culturais na lista da convenção do Patrimônio Cultural Imaterial.

A inscrição na lista tem a finalidade de contribuir e mobilizar a cooperação internacional e a assistência de partes interessadas no empreendimento de medidas apropriadas de salvaguarda.

3.2.2 Análise Quantitativa dos Dados

A Convenção de Salvaguarda de 2003 e a Lista de Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial foram uma das alternativas encontradas para trabalhar a questão. Constata-se que é a primeira vez que tais expressões culturais possuem cobertura do direito internacional para proteção e salvaguarda.

Constatou-se também que o impacto da Convenção nos Estados-Membros foi positivo, pois 87 países aderiram e 232 representações foram inscritas até o momento, sendo respectivamente:

País	Quant//
Albânia	1
Algeria	1
Argentina	1
Armênia	2
Azerbaijão	4
Bangladesh	1
Bielorússia	1
Bélgica	7
Belize	1
Benin	1
Butão	1
Bolívia	3
Brasil	2
Bulgária	2
Camboja	2

País	Quant//
República Centro-Africana	1
Chile	1
China	34
Colômbia	6
Costa Rica	1
Costa do Marfim	1
Croácia	10
Cuba	1
Chipre	1
República Tcheca	3
República Dominicana	2
Equador	1
Egito	1
Estônia	3
França	9

País	Quant//
Gâmbia	1
Geórgia	1
Grécia	1
Guatemala	2
Guiné	1
Honduras	1
Hungria	1
Índia	8
Indonésia	5
Irã	7
Iraque	1
Itália	3
Jamaica	1
Japão	18
Jordânia	1

País	Quant//
Quênia	1
Quirquistão	2
Letônia	2
Lituânia	3
Luxemburgo	1
Madagascar	1
Malaui	2
Malásia	1
Mali	4
México	6
Mongólia	8

País	Quant//
Omã	1
Paquistão	1
Palestina	1
Peru	5
Filipinas	2
Catar	1
Coreia do Sul (República da Coreia)	11
Romênia	2
Rússia	2
Arábia Saudita	1
Senegal	1

País	Quant//
Togo	1
Tonga	1
Turquia	8
Uganda	1
Emirados Árabes Unidos	1
Uruguai	2
Usbequistão	4
Vanuatu	1
Vietnã	5
Iemen	1
Zâmbia	2

Marrocos	4	Eslováquia	1	Zimbábue	1
Moçambique	2	Espanha	10		
Nicarágua	2	Síria	1		
Nigéria	3	Tadjiquistão	1		

[Quadro 15, Países e Quantidades de PCI inscrito na 'Lista', Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=11&type=3 acedido a 08 de Outubro de 2011]

Os gráficos e análises a seguir mostram o panorama global estatístico das inscrições na lista dos Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade.

As categorias dos gráficos foram atribuídas conforme pesquisa qualitativa realizada em todas as 232 representações e a compilação analisada por estatística correlacional simples. Faz-se necessário considerar que, em alguns casos, a descrição da representação cultural não estava correlacionada a um conteúdo imagético disponível no site da UNESCO, com isso, foi qualificado pela autora o que estava descriminado nos documentos mais detalhados da manifestação postados no mesmo local como dados de maior legitimidade.

3.2.3 Domínios

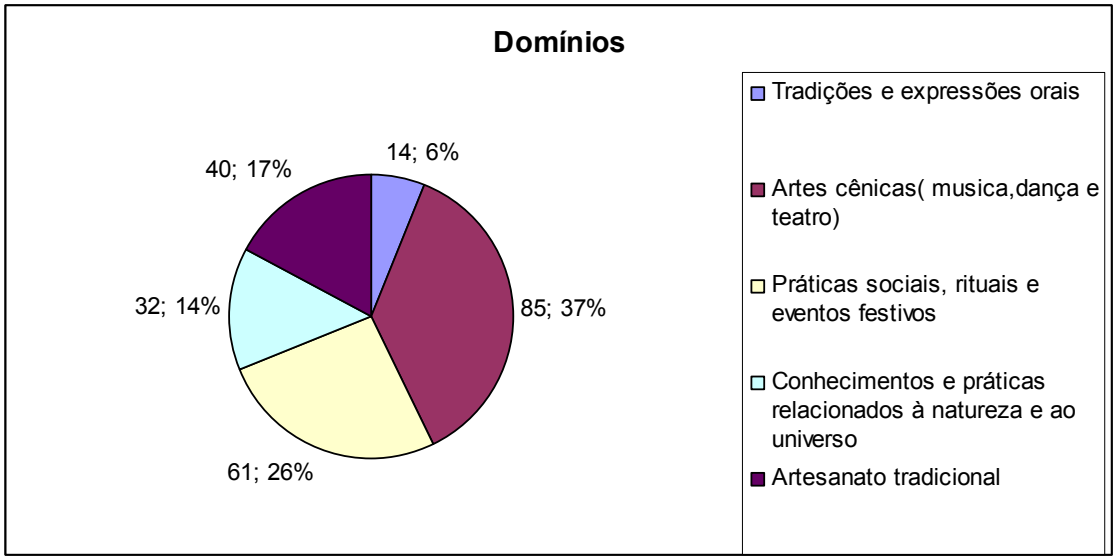
Os Estados Partes e peritos da Unesco dividiram o PCI para fins de análise e qualificação como 'domínios', como maneira de tentar agrupar as formas como o patrimônio se manifesta, porém, não são classificações fechadas e estáticas. "É difícil, senão impossível, impor categorias rígidas externamente." (http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00052 acedido a 13 de Maio de 2011). Devido a isso, a UNESCO aceita variações, divisões e subdivisões acrescentadas pelos estados membros.

- tradições e expressões orais: engloba uma enorme variedade de formas faladas incluindo os provérbios, adivinhas, contos, rimas infantis, lendas,mitos,canções épicas e poemas, encantos,orações e expressões são usadas para transmitir conhecimentos,valores culturais e sociais da memória coletiva.
- artes cênicas(espetáculos como musica,dança e teatro): música vocal e instrumental, dança e teatro com mímica, cantado versos, performances de teatro tradicional geralmente combinam dança, canto e música, o diálogo, narração ou recitação, mas pode incluir também bonecos ou pantomima, instrumentos musicais, máscaras, fantasias e enfeites corporais utilizadas na dança, e os cenários e adereços de teatro, observa-se a música como a mais universal expressão. Este item inclue várias expressões culturais que refletem a criatividade humana e que são encontrados também, em certa medida, em muitos outros domínios do patrimônio cultural intangível
- práticas sociais, rituais e eventos festivos: As práticas sociais, rituais e eventos festivos são atividades habituais que estrutura a vida das comunidades e grupos e que são partilhadas e consideradas relevante para muitos de seus membros,
- conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo: sabedoria ecológica tradicional, o conhecimento indígena, o conhecimento sobre fauna e flora local, os sistemas tradicionais de cura, rituais, crenças, ritos de iniciação, cosmologia, xamanismo, ritos de posse, organizações sociais, festas, línguas e artes visuais, incluem o conhecimento ancestral, competências, práticas e representações desenvolvidas pelas comunidades, interagindo com o ambiente natural. Essas formas de pensar sobre o universo são expressas através da linguagem, tradições orais, sentimentos de apego a um lugar, memórias, espiritualidade e visão de mundo. Eles, por sua vez, são moldadas pelo ambiente natural e mundo em geral da comunidade.

- artesanato tradicional: ferramentas, roupas e jóias; figurinos e adereços para festas e artes cênicas; recipientes de armazenamento, objetos utilizados para armazenamento, transporte e moradia; objetos de arte decorativa e rituais, instrumentos musicais e utensílios domésticos, brinquedos, tanto para diversão e educação.

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Tradições e expressões orais	14	6%
Artes cênicas (música, dança e teatro)	85	37%
Práticas sociais, rituais e eventos festivos	61	26%
Conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo	32	14%
Artesanato tradicional	40	17%
TOTAL	232	100%

[Quadro 16, Domínios,Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 3, Domínios, Fonte: Rosiane Nunes]

Observa-se, no gráfico, que os itens 'Artes cênicas', 85,37%, e 'Práticas sociais, rituais e eventos festivos', 61,26%, são os que apresentam maior número de inscrições, um dos fatores que viabiliza esse resultado é a possibilidade de incluir diversas manifestações diferentes nesses mesmos itens, como exemplo as 'artes cênicas', que incluem música, dança e teatro; o mais específico deles, 'tradições e expressões orais', recebe apenas 14,6% de inscrições, isso mostra a dificuldade de divisões do PCI devido à sua abrangência e especificidade por local, região, país, clima, sexo, religião, modos, hábitos e costumes.

A autora faz uma observação quanto à dificuldade em alocar as manifestações nos domínios específicos, pois há ambiguidades entre eles e não é possível fazer uma classificação exata, algumas diferenças são tênues.

Faz-se importante ressaltar a existência de determinada margem de erros nos resultados do gráfico, porque algumas manifestações se encaixam em mais de um domínio devido à quantidade de expressões aglutinadas em uma só manifestação, com isso, possibilita a conotação de ambiguidade.

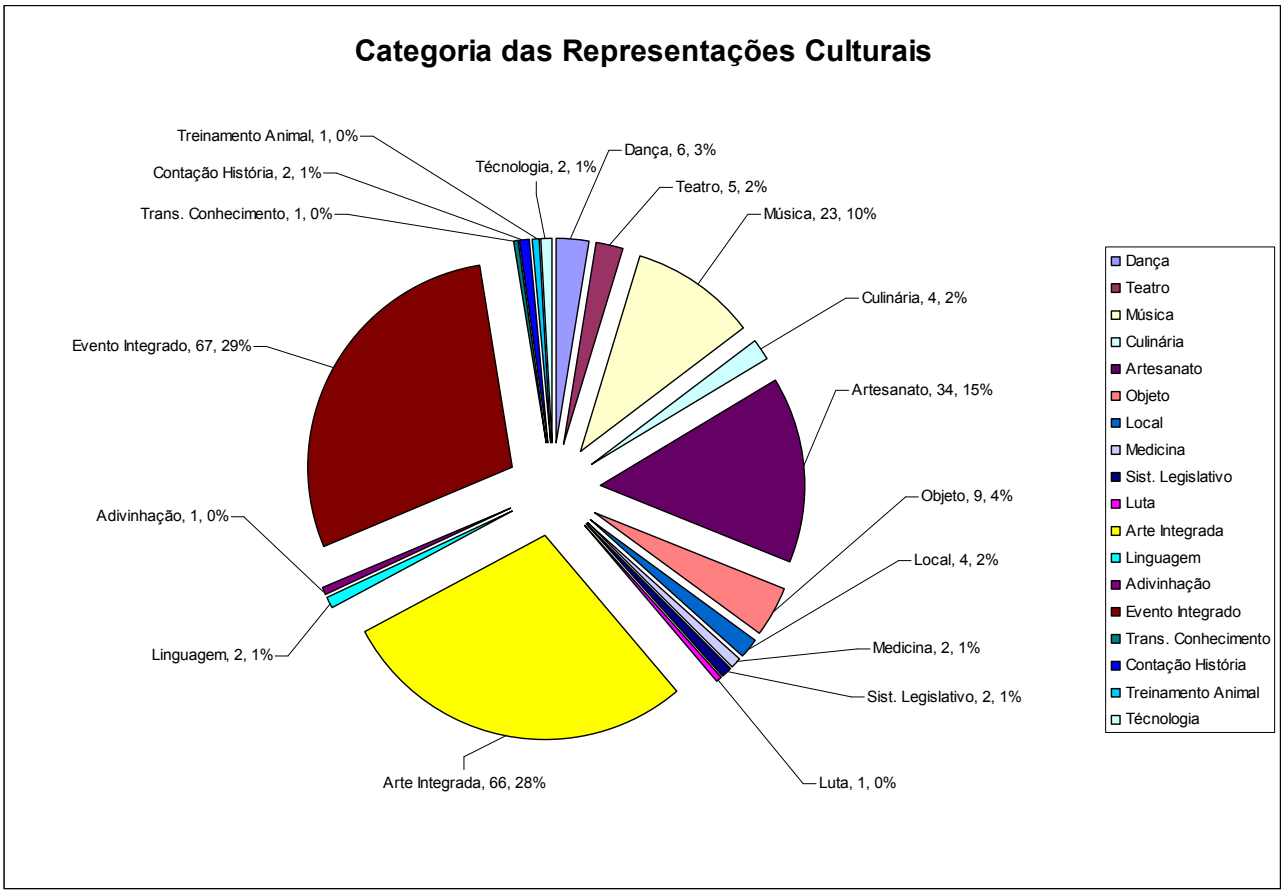
Por esse motivo e com a finalidade de oferecer uma melhor compreensão da lista e do interesse de inscrição dos Estados Partes, a autora realizou outros gráficos, viabilizando assim uma visão sistêmica global do PCI inscrito na lista.

3.2.4 Categorias das Representações Culturais

O gráfico "Categoria das representações culturais" tem a finalidade e apresentar de maneira numérica as tipologias das representações que estão inclusas na lista. Com isso, qualifica e quantifica as referidas representações culturais como:

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Dança	6	3%
Teatro	5	2%
Música	23	10%
Culinária	4	2%
Artesanato	34	15%
Objeto	9	4%
Local	4	2%
Medicina	2	1%
Sist. Legislativo	2	1%
Luta	1	0%
Arte Integrada	66	28%
Linguagem	2	1%
Adivinhação	1	0%
Evento Integrado	67	29%
Trans. Conhecimento	1	0%
Contação História	2	1%
Treinamento Animal	1	0%
Tecnologia	2	1%
TOTAL	232	100%

[Quadro 17, Categoria das Representações Culturais, Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 4, Categoria das Representações Culturais, Fonte: Rosiane Nunes]

O "Evento Integrado", com o total de 29%, significa o conjunto de manifestações que acontecem em calendário específico, sendo religioso ou não.

"Arte Integrada", com o total de 28%, significa o conjunto de expressões artísticas que se aglomeram para originar uma representação cultural.

Assim, exemplificamos:

Para que uma ópera seja executada, é necessário haver música, teatro, artesanato, figurino, dança. Com isso, observa-se a quantidade diversa de expressões artísticas para formar o todo, por esse motivo é qualificada como "arte integrada".

No entanto, se houver um festival anual de ópera, este será considerado "evento integrado".

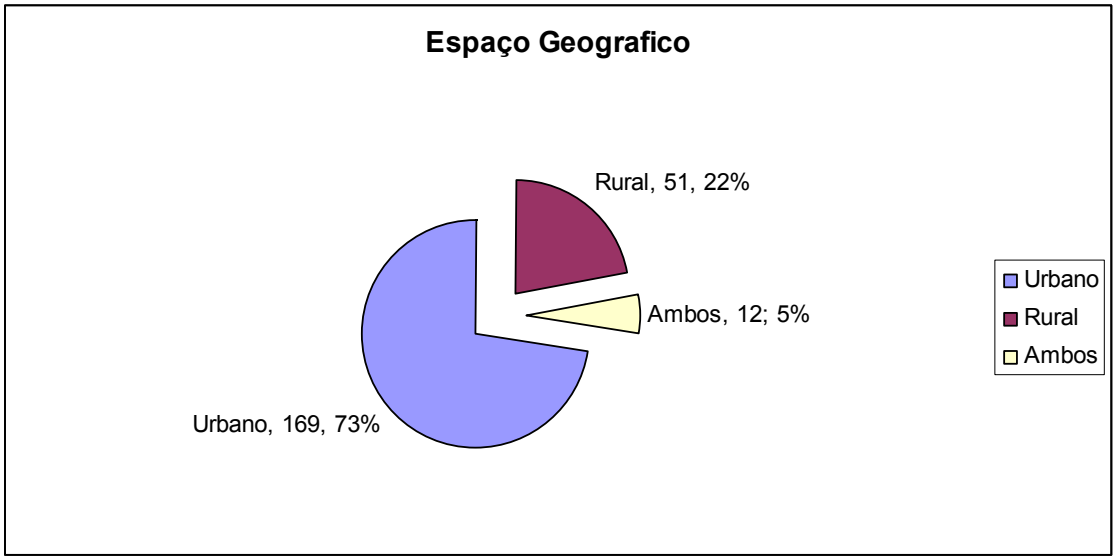
Esclarecemos que essas expressões artísticas geralmente aparecem diluídas no gráfico nos referidos itens.

3.2.5 Espaço Geográfico

O gráfico "Espaço geográfico" tem a finalidade de traçar um perfil do local geográfico em que a representação é manifestada, se é urbano, rural ou ambos. Assim:

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Urbano	169	73%
Rural	51	22%
Ambos	12	5%
TOTAL	232	100%

[Quadro 18, Espaço Geográfico, Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 5, Espaço Geográfico, Fonte: Rosiane Nunes]

Identificou-se que na área urbana há maior quantidade de representações, 73%, esse fator atribui-se à diáspora do meio rural para o urbano, ocorrida desde o século XIX com o processo de industrialização mundial até o presente momento.

Porém, não está extinta a hipótese da representação cultural ter-se originado no espaço rural e ter migrado para o espaço urbano.

Quando nos referimos a ambos, significa que a abrangência de representação transita pelos dois espaços geográficos, o rural e o urbano.

Lembramos que essa análise em gráfico é somente para possibilitar uma visão sistêmica.

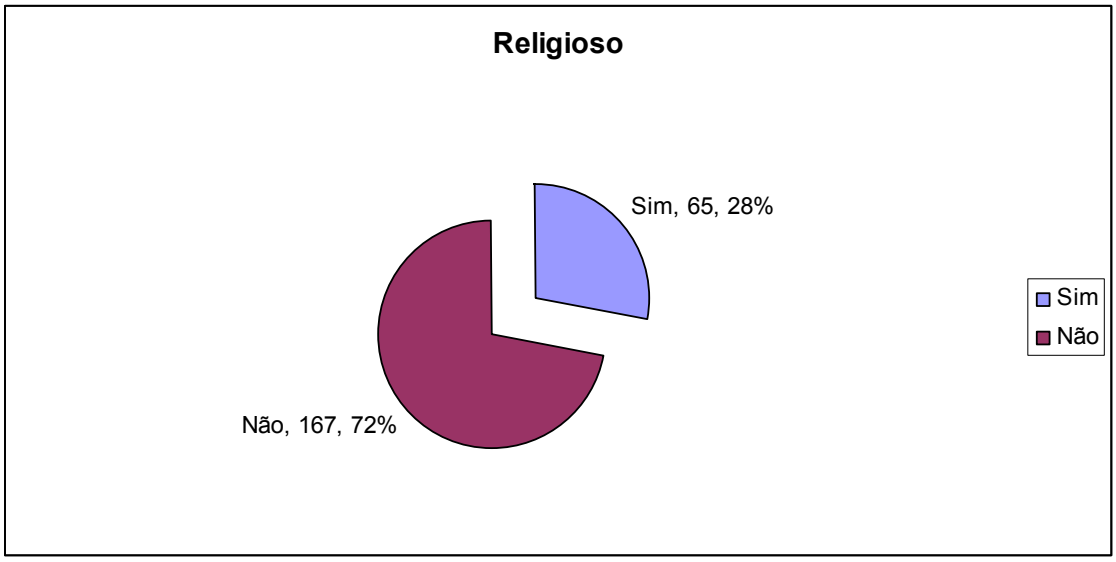
No caso desta tese, não se faz necessário aprofundar nos pormenores.

3.2.6 Religioso

O gráfico ‘Religioso’ tem a finalidade de apresentar o quanto a religiosidade está inclusa ou não nas representações culturais em todo o globo, independente do credo.

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Sim	65	28%
Não	167	72%
TOTAL	232	100%

[Quadro 19, Religioso, Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 6, Religioso, Fonte: Rosiane Nunes]

Observa-se que apenas 28% são manifestações ligadas à religiosidade, esse número é um tanto surpreendente, porque na religiosidade há inúmeras expressões como rituais, danças, procissões que expressam de algum modo o imaginário da memória coletivo. No entanto, inúmeras manifestações não diretamente religiosas, mas estão ligadas de alguma forma como os ‘Carnavais’, festa profana, festa da carne, ligada ao calendário cristão e que acontece em diversas localidades do globo e de formas variadas, há também os artesanatos francês e croata, que são confeccionados com a finalidade de servir como adereços religiosos, o Ifã, que forma de jogar búzios que está ligada à religiosidade e muitos outros que, devido às ambiguidades, foram alocados em outros gráficos. Isso mostra a dificuldade de classificar e de trabalhar na preservação desse patrimônio, pois é muito específico e exige também tratamentos diferenciados em cada situação.

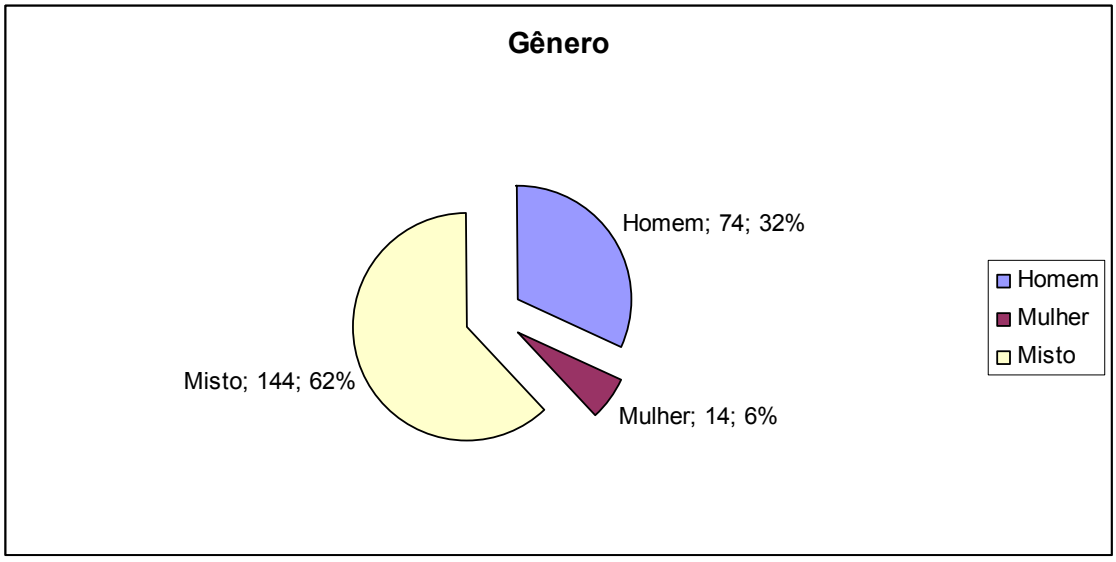
3.2.7 Gênero

Quanto ao gráfico sobre gênero, sua finalidade é possibilitar a visualização do papel dos gêneros na distribuição cultural do Patrimônio Cultural Imaterial.

O gráfico apresenta:

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Homem	74	32%
Mulher	14	6%
Misto	144	62%
TOTAL	232	100%

[Quadro 20, Gênero, Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 7, Gênero, Fonte: Rosiane Nunes]

Esse gráfico mostra resultados anteriormente esperados, pois apenas 6% dessas manifestações são atribuídas à liderança feminina e isso acontece devido ao curto período de tempo desde que as mulheres passaram a assumir papéis de liderança na sociedade.

A maioria das representações exclusivas das mulheres se refere a dança e artesanato, as exclusivas de homens são as tecnologias, ou categorias que exigem força física, como dança, teatro.

É necessário considerar que, em muitas manifestações, homens se vestem de mulher [na China, no teatro e na ópera, em diversos carnavais], justificando o fato de as mulheres, apenas após a Revolução Industrial do século XVIII, começarem a conquistar espaços diferenciados, anteriormente, inúmeras vezes não eram autorizadas a frequentar determinados locais públicos, e só no século XX conseguiram determinada igualdade de direitos.

Os números mostram as distinções entre divisão de trabalho, diversão, atributo de responsabilidades diferenciadas, força física e preconceito intelectual, em que manifestações que exigem inteligência matemática, precisão e decisão são todas lideradas por homens.

A categoria 'misto' está referenciada por manifestações em que homens e mulheres participam para formar o todo. Consideramos, por exemplo, grupos de dança em que os homens fazem a parte musical, as procissões e os desfiles, havendo envolvimento de toda a comunidade, bairro ou cidade, e em apresentações musicais e teatrais que necessitam de participação tanto de homens como mulheres, entre tantas outras representações que envolvem ambos os gêneros.

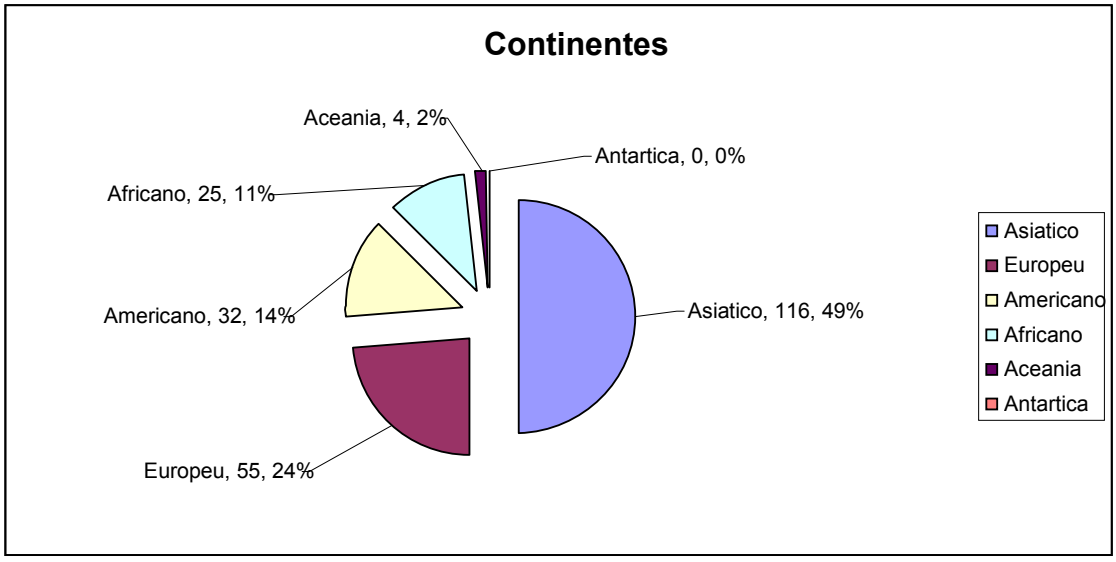
Faz-se importante ressaltar que as crianças, jovens e homossexuais são categorias de gêneros inexistentes na Lista. Há referências às crianças e jovens quando indicam ações de salvaguarda com a finalidade de envolvimento para a transmissão para gerações futuras.

3.2.8 Continentes

O gráfico ‘Continentes’ mostra o interesse dos países distribuídos no globo e que fazem parte dos Estados Membros em inscreverem suas representações do Patrimônio Cultural Imaterial.

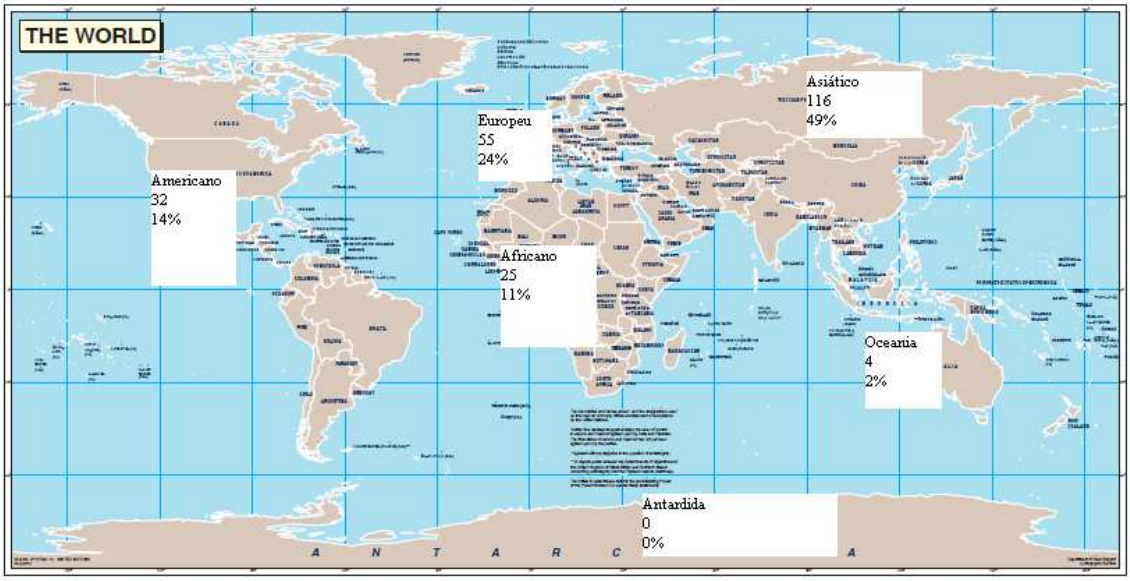
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Asiático	116	49%
Europeu	55	24%
Americano	32	14%
Africano	25	11%
Aceania	4	2%
Antártica	0	0%
TOTAL	232	100%

[Quadro 21, Continentes, Fonte: Rosiane Nunes]



[Gráfico 8, Continentes, Fonte: Rosiane Nunes]

Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo



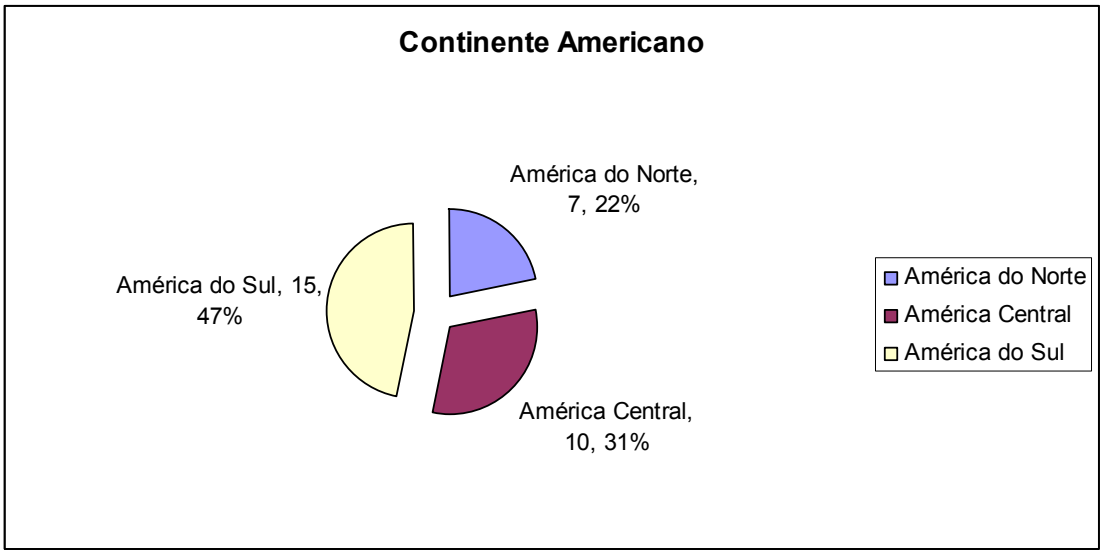
[Figura 7, Patrimônio Cultural Imaterial Espalhado pelo Globo, Fonte: Rosiane Nunes]

Ao mostrar esses números, podemos pensar que eles também refletem uma posição política e de valores culturais diferentes. O fato de o continente asiático apresentar 49% das 'Representações' inscritas é reflexo do que já trabalhamos no capítulo 2, pois, desde a década de 50, quando o Ocidente trabalhava a proteção do patrimônio 'pedra e cal', o Oriente fazia políticas para a salvaguarda dos conhecimentos ancestrais, ofícios, modos de fazer.

Quando nos referimos aos continentes, foi necessário fazer outro gráfico somente para analisarmos as Américas:

Tipo	Quantidade	Porcentagem
América do Norte	7	22%
América Central	10	31%
América do Sul	15	47%
TOTAL	32	100%

[Quadro 22, Continente Americano, Fonte: Rosiane Nunes]

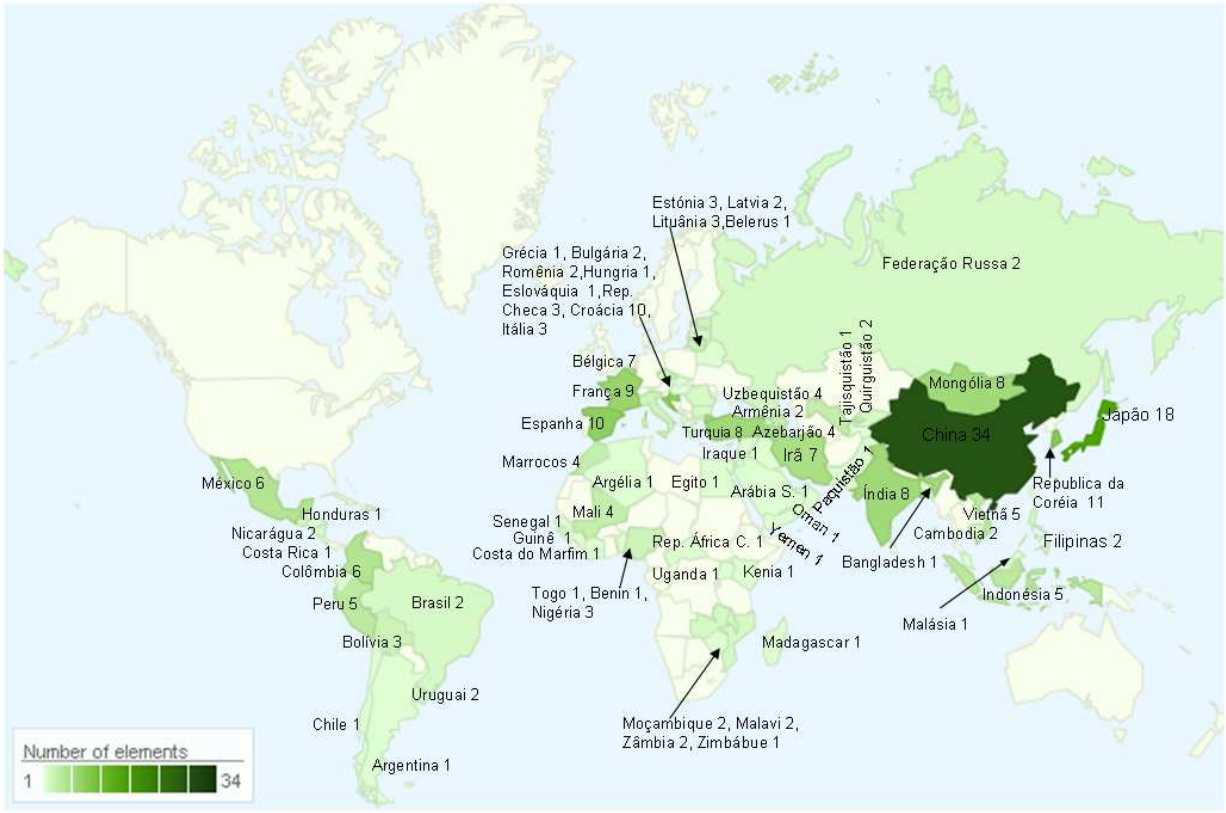


[Gráfico 9, Continente Americano, Fonte: Rosiane Nunes]

Observa-se, nesse gráfico, que a quantidade de 'representações' são 7, isto é 22%, que refere-se à América do Norte, e constata-se que esses números correspondem somente ao México, pois o EUA e o Canadá não tiveram interesse em fazer parte dos Estados Membros e assim demonstram a falta de interesse em participar das ações de Salvaguarda do PCI de seus países e ainda o descaso com a política mundial.

Apresentamos novamente o mapa que mostra os países inscritos e os números de manifestações desses países, assim, é possível visualizar com exatidão como elas estão espalhadas pelo globo.

Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial



[Figura 8 , Mapa com Locais e Número de Patrimônio Cultural Imaterial Fonte: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&multinational=3&display1=inscriptionID&display=maps#tabs acedido a 08 de Outubro de 2011]

3.3 Análise Qualitativa dos Dados da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Foi possível observar, na análise do objeto de estudo — os PCI inclusos na Lista de Representação da UNESCO —, que um dos principais fatores que diferenciam uma representação de outra são as características físicas e climáticas do espaço geográfico, isto é: frio, calor, montanha, neve, espaço urbano, rural ou misto.

São fundamentais para a análise e compreensão desses dados as adaptações das populações ao espaço geográfico onde habitam e/ou habitaram, as influências políticas e religiosas, o gênero, salientando que a autora adota o conceito antropológico de cultura e a premissa da sua dinamicidade; com isso, os indivíduos e grupos sociais constroem constantemente seus hábitos e costumes conforme suas necessidades materiais e imateriais, no entanto, diversas representações culturais sobrevivem, nos dias de hoje, com marcas impressas de sua ancestralidade que é o foco de estudo e o que levou a inclusão da Lista.

Faz-se necessário salientar que a inclusão na lista em si não determinada a duração e estabilidade de 'Representação': ações devem ser feitas para viabilizar a transmissão geracional e a manutenção do PCI.

A Convenção de 2003 mostra que a salvaguarda tem papel fundamental no processo, pois são essas ações que indicarão como será o trabalho do Estado na 'Representação' e, como consequência, podem influenciar no tempo de vida do PCI e em possíveis mudanças. O texto da Convenção indica ações nas quais os Estados Membros devem se espelhar para indicar as que adotarão de forma específica.

> **Artigo 13:** ***Outras medidas de salvaguarda***
> Para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, cada Estado Parte empreenderá esforços para:
> a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;
> b) designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
> c) fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo;
> d) adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para:
> i) favorecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão;
> ii) garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio;
> iii) criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.
> **Artigo 14:** ***Educação, conscientização e fortalecimento de capacidades***

> Cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios oportunos, no sentido de:
> a) assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, em particular mediante:
> i) programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial para os jovens;
> ii) programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos;
> iii) atividades de fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e especialmente de gestão e de pesquisa científica; e
> iv) meios não-formais de transmissão de conhecimento;
> b) manter o público informado das ameaças que pesam sobre esse patrimônio e das atividades realizadas em cumprimento da presente Convenção;
> c) promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar.

No entanto, antes de analisarmos as colocações de Salvaguarda indicadas pelos países, vamos refletir sobre as ameaças, sobre o motivo pelo qual esses patrimônios necessitam de atenção.

3.3.1 Ameaças

A Lista existe por vários motivos, um deles é o fato de o PCI correr 'risco' devido às inúmeras ameaças e à falta de ações de instituições governamentais e não governamentais. Abaixo seguem as principais ameaças que foram citadas pelos Estados Membros que se inscreveram e cujas 'Representações' foram aprovadas e incluídas na listas.

As causas são inúmeras, no entanto, o que se destaca é falta de interesse dos jovens, empobrecimento das áreas rurais, alterações urbanas drásticas, migração de jovens para busca de trabalho, migrações para busca de melhor qualidade de vida, inclusão de diversos meios de comunicação, mudanças sociais resultando da urbanização e da industrialização, influência de culturas nacionais e estrangeiras, diminuição progressiva dos números de participantes, diminuição de número de transmissores que compreendem a Representação, apresentações de formas simplificadas e performances profissionais para atender a demanda turística não abrangendo todo o conteúdo, afetada pela falta de recursos financeiros, falta de proteção legal, falta de remuneração dos participantes, diminuição do número de ocasiões em que ela é realizada, preferências atuais de ouvir e assistir gravações diversas que estão disponíveis ao invés de participarem ativamente em espetáculos ao vivo, falta de popularidade e desvalorização no local de origem, falta de transmissão aos mais jovens, discriminação e falta de uso, desenvolvimento técnico resultando em perda gradual de conhecimentos ancestrais, diminuição do número de praticantes, ausência de sistema de formação, mudanças climáticas que provocam migração como seca, desertificação e alagamento de determinadas áreas e também desmatamentos, aculturação, exploração financeira descontrolada, reconfiguração e invenções que afetam o PCI, influência das mídias de massa, destaque a 'atores' e 'músicos' que estão em evidência nas mídias, proibições políticas, falta de espaços adequados, escassez de matéria-prima, substituição de matérias por produtos industrializados, treinamento intensivo complexo, tecnologia de produção e impressão digital, introdução de novos estilos e padronização de gostos, conflito armado entre grupos, mudanças de modos de vida, dependência financeira para trajes/instrumentos e manutenção regular, falta de interesse demonstrada pela elite em culturas de origem popular, padronização de valores que reforçam conceitos e preconceitos, escravidão, epidemias, conversões forçadas, guerras, inserção de turistas insensíveis, produto turístico desprovido de laços com a comunidade que lhe dá sentido original, inconvenientes do socialismo, banalização, especulação imobiliária, problemas de segurança, influências de dominação colonial, pressões religiosas, intolerâncias,

influências que fazem considerar seus costumes como atrasados e inferiores, ruptura da linha de transmissão de pai para filho, era comunista, valorização prioritariamente estética, deslocamento de significado sagrado.

A grande maioria desses fatores é limítrofe, pois, considerando que a cultura é dinâmica e a necessidade de adaptação ao tempo presente traz um enorme paradoxo, onde está o limite? Como é possível adequar e não perder por completo? Como mudar sem desqualificar? Essas são algumas das perguntas para as quais não encontramos respostas.

O Patrimônio Cultural Imaterial se transforma há séculos, assim como a humanidade, então como contribuir para a sua salvaguarda? O que é fundamental preservar? Até que ponto os Museus podem contribuir efetivamente? Ficam algumas perguntas que podem oferecer opções de continuidade ao processo de pesquisa e às readequações do patrimônio.

3.3.2 Salvaguarda

A inclusão na lista não significa necessariamente que o PCI esteja ameaçado e necessite de salvaguarda, várias 'representações', como o tango na Argentina e no Uruguai, a falcoaria em diversos países, a procissão do Santo Graal em Bruges e o carnaval de Binche, na Bélgica, e inúmeras outras são de domínio público e muito valorizadas no local de origem. Para ser inscrito na lista, é preciso que seja 'REPRESENTATIVO', 'IMPORTANTE', 'IDENTITÁRIO' da comunidade ou país, por esse motivo não são todos os inscritos e aprovados que sofrem as ameaças e requerem as ações de salvaguarda explícitas na lista que é divulgada.

Outro fator são 'representações' do Japão – o Teatro Nôgaku, China – a Caligrafia Chinesa, dentre outros que, devido a políticas próprias, já são salvaguardadas por leis específicas dos países e sua inscrição na lista reforça a importâncias que eles dispensam ao seu PCI.

Diante das ações sugeridas pela convenção nos artigos 13 e 14 que foram citados no item 3.3, cada país explicita, dentro de sua realidade e das demandas específicas das manifestações, formas e maneiras de trabalhar o PCI para a sua salvaguarda, seguem alguns exemplos: ensino do PCI; criação de cadastro; banco de dados eletrônico; catálogo de circulação impresso; publicação de jornal; treinamento e multiplicação do saber; aumento do prestígio do grupo e dos indivíduos que o integram; criação de contexto social mais favorável aos praticantes; estímulo de um renovado interesse; criação de comitês de salvaguarda; ensino nas escolas; organização de oficinas de formação; realização de inventário; identificação de portadores de conhecimento; criação de boletins e sites; produção de materiais de áudio e vídeo. **A inscrição do elemento na Lista deverá contribuir para a visibilidade; aumentar a sensibilização; estimular o particular interesse entre jovens; reforçar a cooperação; o diálogo e o respeito entre diversas comunidades; reforçar simultaneamente a transmissão do elemento para gerações futuras; catalizador do saber; dar visibilidade em escala mundial, reforçar a coesão social; refletir a harmonia social; oferecer um recurso para o fortalecimento dos laços amigáveis e harmônicos entre os seres humanos do PCI[34];** criar uma formação especializada e centros de documentação; criar orquestras e museus; incentivar a pesquisa; proporcionar reconhecimento público com participação e apoio de instituições e autoridades; formar e transmitir competências; organizar apresentações em

[34] Grifos da autora.

escolas e em diversos lugares ao ar livre; publicar um manual prático; incentivar o diálogo intercultural entre comunidades; o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana; promover o compromisso das comunidades e os Estados, o reforço da cooperação entre autoridades e órgãos governamentais e não governamentais, a criação de uma rede regional, a sensibilização, a documentação e a preservação de arquivos; promover seminários; sensibilizar o público em geral do patrimônio e da importância de apoiar os seus portadores; oferecer oficinas de formação; realizar documentação audiovisual; reforçar a língua como veículo de transmissão do PCI através da educação formal e não formal; promover intercâmbio de informação e oficinas interativas; salvaguardar o contexto onde a 'representação' é praticada, oferecer melhoria de equipamentos; facilitar o acesso do público, o intercâmbio cultural internacional, as pesquisas acadêmicas e a assistência financeira aos mestres; fornecer emprego; oferecer um exemplo de hospitalidade que consolida o afeto entre as pessoas; cuidar do espaço cultural onde é realizado; criar agências de salvaguarda; promover a divulgação do PCI; reconstruir os locais onde acontecia o PCI; garantir dotação orçamentária, fornecimento de programas educacionais para crianças, ações para aumentar o orgulho dos portadores e participantes, educação de jovens estagiários para reforçar a transmissão geracional e compromisso governamental local e nacional; viabilizar e fornecer matéria-prima, proteções legais, adaptações às necessidades do presente, apoio administrativo, mídia de áudio e vídeo com papel de auxiliar na transmissão, ações de sustentabilidade, bolsas de estudos, simpósios, reuniões com a finalidade de estabelecer vínculo, conscientização sobre a pertinência dos sistemas tradicionais de aprendizagem, treinamento dos portadores para fazer suas próprias gravações audiovisuais, cultivo sustentável, entrevistas para coletar informações, organização de exposições, transmissão e adaptação do saber fazer, atividades extracurriculares em escolas, ajuste de currículo escolar, reforço de redes de pesquisa, formação sobre direitos de propriedade intelectual, painéis de discussão em emissoras de rádio e televisão e programas de rádio; **reforçar a coesão social e a solidariedade entre as comunidades que praticam essa manifestação do patrimônio imaterial**; promover medidas de salvaguarda com respeito à natureza; procurar a harmonia entre o homem e a natureza; publicar materiais educativos; aumentar sensibilização das escolas.

Ao iniciar a tabulação dos dados, imaginou-se que pesquisa havia sido em vão, pois, em princípio, a análise dos dados qualitativos surpreendeu de forma negativa. Acreditava-se que seria possível encontrar todas as soluções dos problemas referentes à preservação/salvaguarda do PCI em museus. O que se constatou foi que não há uma resposta

milagrosa e revolucionária, nem uma receita para fazer Sociomuseologia através de indicações de salvaguarda propostas pelos Estados Membros ao incluir o PCI na Lista.

No entanto, no final da compilação de dados, a validez da pesquisa foi por fim ratificada.

O revelador foi a quantidade de ações que podem ser aplicadas em instituições museológicas para realizar a Sociomuseologia. Essa dissertação é um banco de dados de sugestões e ideias a serem aplicadas em museus, considerando as adaptações conforme a realidade a ser trabalhada. Foi revelada uma listagem que está aberta à criatividade e às ações necessárias.

Salienta-se que a pesquisa satisfez a hipótese inicial de estabelecer a relação entre a Lista e a Sociomuseologia, pois foi possível demonstrar que ambos trabalham com conceitos e ações sobre preservação/salvaguarda, identidade, memória, e têm como objetivos contribuir com o diálogo intercultural e o respeito às diferenças e valorizar as diversidades com a finalidade de diminuir tensões e propiciar melhor qualidade de vida.

Retomamos a introdução e a inquietação inicial reafirmando as palavras de Chagas (1999, p.117), que diz que para preservar é necessário fazer uso. Acrescento que, conforme resultado de análise da 'Convenção de 2003' e da 'Lista', é fazendo uso do PCI, trazendo essas manifestações para dentro das instituições museológicas, interagindo, vivenciando, trocando, dialogando e aprendendo em conjunto que é possível contribuir para a PRESERVAÇÃO e SALVAGUARDA do Patrimônio Cultural Imaterial.

3.4 Considerações Finais

A hipótese inicial deste trabalho era a possibilidade estabelecer uma relação entre a Lista de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, oriunda da Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, e a Museologia, e assim revelar possibilidades de trabalho que contribuam para a salvaguarda desse tipo de patrimônio e para a área da Sociomuseologia.

Salientamos que a pesquisa satisfez a hipótese inicial de estabelecer a relação entre a Lista e a Sociomuseologia, pois foi possível demonstrar que ambos trabalham com conceitos e ações sobre preservação/salvaguarda, identidade, memória e têm como objetivos contribuir com o diálogo intercultural e o respeito às diferenças e valorizar as diversidades com a finalidade de diminuir tensões e propiciar melhor qualidade de vida.

Retomamos a introdução e a inquietação inicial reafirmando as palavras de Chagas (1999, p.117), que diz que para preservar é necessário ***fazer uso***. Acrescento que, conforme resultado de análise da 'Convenção de 2003' e da 'Lista', é fazendo uso do PCI, trazendo essas manifestações para dentro das instituições museológicas, interagindo, vivenciando, trocando, dialogando e aprendendo em conjunto que é possível contribuir para a PRESERVAÇÃO e SALVAGUARDA do Patrimônio Cultural Imaterial.

As três problemáticas trabalhadas foram:

- Analisar o papel da UNESCO e suas influências na museologia/sociomuseologia;
- Discutir o patrimônio, a dicotomia entre material e imaterial, e quais motivos e caminhos seguiu a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Unesco de 2003;
- Contribuir com a Sociomuselogia revelando formas de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Foi traçado um perfil histórico sobre as ações da Unesco, suas reverberações nas políticas internacionais, e sua influência nas políticas museológicas com a criação do ICOM e diversas outras ações oriundas das mesmas preocupações, que são preservação, identidade, memória, diversidade.

A problemática da dicotomia entre patrimônio material e imaterial [capítulo 2] deixou claro que foi uma estratégia da UNESCO para superar o déficit de ações que estavam pautadas somente no patrimônio material.

As análises quantitativa e qualitativa da ‘Lista’ trazem o panorama geral dos PCI que foram aprovados, quais os domínios, as categorias, o gênero dos participantes, o aspecto religioso, o espaço geográfico, as divisões continentais; ao mostrar os números, podemos pensar que eles também refletem uma posição política e de valores culturais diferentes. Essas análises revelam sugestões para os museus trabalharem com o PCI e auxiliarem na sua preservação.

No entanto, a autora considera que, de certa forma, a inclusão na lista é política devido aos interesses dos Estados Membros em aderirem ou não à Convenção; por outro lado, o fato de os países que integram o Comitê e são os votantes terem suas posições de apoio ou não a determinado país justifica-se por vários motivos, como ideológico, partidário, financeiro, de blocos econômicos, interesse turístico.

A existência da Lista é polêmica pelo fato de ocasionar dúvidas quanto ao fato de ela ser favorável ou não à ‘Representação’, pois somente grupos estudados e inventariados pelos Estados podem ser inscritos. A partir disso, pergunta-se: que grupos são esses? Por que o estado tem interesse nele? Quais são os líderes desses grupos? Por que esse grupo é mais importante que o outro? Até que ponto estar na lista não indica caminhos para determinada homogeneização daquela ‘Representação’, pois estar lá indica ser o jeito ‘correto’ de realizar a manifestação? São inúmeras as perguntas que vem ao encontro das polêmicas da existência dessa Lista.

No entanto, sustentando o argumento do capítulo 2, a autora [baseada em diversos autores e na análise histórica] acredita que foi necessária a existência da Lista, pois, historicamente, observa-se o desprezo ao PCI e a UNESCO, criando essa ‘Convenção’, causou determinada mobilização mundial, e os Estados, mesmo os que não ratificaram a Convenção, intelectuais, pesquisadores, instituições não governamentais e outros voltaram suas atenções a esse patrimônio.

As ações se refletem em representações do PCI que estão distanciadas de todas essas políticas internacionais e de interferências governamentais. A conscientização da sociedade civil pode ser a resposta para a salvaguarda das representações do PCI: políticas municipais podem ser criadas para incluir, na grade pedagógica, ações voltadas a esses patrimônios, os museus podem redirecionar o foco e valorizar o que está além do objeto, além de inúmeras outras consequências positivas que refletem a política internacional, mas não estão diretamente ligadas a ela.

Ao iniciar a tabulação dos dados, imaginou-se que a pesquisa havia sido em vão, pois, em princípio, a análise dos dados qualitativos surpreendeu de forma negativa. Acreditava-se que seria possível encontrar todas as soluções dos problemas referentes à preservação/salvaguarda do PCI em museus. O que se constatou foi que não há uma resposta milagrosa e revolucionária, nem uma receita para fazer Sociomuseologia através de indicações de salvaguarda propostas pelos Estados Membros ao incluir o PCI na Lista.

No entanto, no final da compilação de dados, a validez da pesquisa foi por fim ratificada.

O revelador foi a quantidade de ações que podem ser aplicadas em instituições museológicas para realizar a Sociomuseologia. Essa dissertação é um banco de dados de sugestões e ideias a serem aplicadas em museus, considerando as adaptações conforme a realidade a ser trabalhada. Foi revelada uma listagem que está aberta à criatividade e às ações necessárias.

Optamos, metodologicamente, pela pesquisa quantitativa e qualitativa na análise do corpus documental em fontes primárias e secundárias, que foram suficientes e consistentes.

A UNESCO, com suas ações e produções desde a sua fundação e, de forma mais específica, após a publicação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, publicado em 17 de outubro de 2003, em Paris, é o principal corpus documental desta dissertação.

Cabe apontar a distinção realizada entre fontes primárias e secundárias: enquanto as primeiras reúnem documentos oficiais, publicados no site da UNESCO e em bibliografia específica, as fontes secundárias constituem estudos analíticos a respeito da problemática trabalhada.

As escolhas metodológicas vieram ao encontro das necessidades desta pesquisa e trouxeram as respostas necessárias para a consolidação deste trabalho, não foi necessário recorrer a outras metodologias para finalizar a compilação de dados ou mesmo outras fontes documentais.

O resultado da investigação foi um banco de dados rico em sugestões e formas de trabalhar o PCI em instituições museológicas, as quais podem contribuir na salvaguarda e preservação do patrimônio e no modo de ‘fazer’ Sociomuseologia.

Os objetivos de traçar um panorama histórico sobre o que a UNESCO produziu, desde a sua fundação, em relação ao patrimônio, ao patrimônio cultural material e imaterial e à museologia/sociomuseologia, analisar e discutir o papel da UNESCO na salvaguarda do

Patrimônio Cultural Imaterial, contribuir com a Sociomuselogia revelando formas de trabalho que auxiliem na salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial foi contemplado no decorrer dos capítulos, explicitado e detalhado cada item aqui relacionado.

Os aspectos mais marcantes da pesquisa foram o desafio de conceitualizar e defender a dicotomia entre patrimônio material e imaterial e ainda traçar um perfil das ações da UNESCO e justificar o porquê a autora é a favor dessa divisão. Outro desafio foi durante a compilação dos dados quando, em princípio, pensou-se que não seria possível chegar ao resultado esperado e que tudo havia sido em vão.

No entanto, embora tenha uma análise densa e uma descrição sistêmica das ações da UNESCO e da 'Lista', há muito a ser pesquisado e discutido, no que se refere ao PCI e a Museologia, este é apenas o começo de um longo caminho que fica em aberto para a contribuição de outros pesquisadores que se interessam pelo tema e venham a acrescentar informações a esta pesquisa.

"Um mundo melhor é possível"

Finalizo com um parágrafo que reflete a compilação de tudo que os países disseram a respeito da inclusão de sua 'representação' na Lista.

A inscrição do elemento na Lista deverá contribuir para a visibilidade, aumentar a sensibilização, estimular o particular interesse entre jovens, reforçar a cooperação, o diálogo e o respeito entre diversas comunidades, reforçar simultaneamente a transmissão do elemento para gerações futuras e a visibilidade em escala mundial, reforçar a coesão social, refletir a harmonia social, oferecer recurso para o fortalecimento dos laços amigáveis e harmônicos entre os seres humanos envolvidos com o PCI.

Podemos visualizar que esses são alguns itens que podem contribuir para um mundo melhor.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, R. (2007) Tal Antropologia qual Museu. Seminário do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo.p.36

Abreu,R. (2007) Museu da Favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. Texto trabalhado em aula no II CEAM – Curso de Estudos Avançados em Museologia, Salvador Bahia. Agosto 2011.p. 1-20

Abreu,R. (2007) Chicletes eu misturo com bananas. Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. Texto trabalhado em aula no II CEAM – Curso de Estudos Avançados em Museologia, Salvador Bahia. Agosto 2011.p. 27 – 43.

Abreu & Chagas (2009). Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2º Edição, p. 320.

Barros, M. (2004). Artigo "A memória". In:http://www.comciencia.br/reportagens /memoria/15.shtml, acedido a 18.02.2011

Brunet,S. (2011) Mídia Locativa, praticas artísticas de intervenção urbana e colaboração. Texto trabalhado em aula no II CEAM – Curso de Estudos Avançados em Museologia, Salvador Bahia. Agosto 2011.

Bruno, C. (2008). Museu e Museologia: Idéias e Conceitos, abordagens para um balanço necessário, publicado em WORKSHOP ICOFOM LAM. Rio de Janeiro, 2008. p. 1-7.

Bruno, C. (2008). Definição de Curadoria: Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial, publicado em CADERNOS DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS 2. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.p.14:33.

Cândido, M. M. (2003). Ondas do pensamento museológico brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Chagas, M. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. (Cadernos de Sociomuseologia, 13).

Chagas, M. (1994). Novos Rumos da Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.2, 100p.

Chagas, M. (2002a). Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.19, p.35-67.

Chagas, M. (1998). Entrevista a Prof. Dra. Maria Célia Santos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Chagas,M. (2011). A Poética das Casas Museus de Heróis Populares.

Costa. P. (2009). Museus e Patrimônio Imaterial: agentes, fronteiras e identidades. Editora – Instituto dos Museus e Conservação, Softlimits.

Cunha, M. (2010). A exposição museológica como estratégia comunicacional: o tratamento museologico da herança patrimonial.Texto publicado na Revista Magistro, Rio de Janeiro, Unigranrio. Vol 1, n. 1, 2010. disponivel em http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro

Cury, M. X. (2010). Novas Perspectivas para a Comunicação Museológica e os Desafios da Pesquisa de Recepção em Museus. Texto publicado nas atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, pp. 269-279

Desvallées, A. (1989) A Museologia e os Museus: Mudanças de Conceitos, Cadernos Museológicos, Coletânea de Textos Técnicos selecionados pela Coordenadoria de Comunicação e Educação da Fundação Nacional Pró-Memória, IBPC, Rio de Janeiro.

Elhajji, Mohamed. Memória Coletivs e espacialidade etnica.Galáxia n.4 2002p.177-191

Ferreira,Maria Letuicia Mazzucchi. A memória coletiva dos santos lugares In: Revista Memória em rede n. v.1,n.1.dez.2009/mar.2010 p.1-7

Geertz, Clifford: A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989

Guarnieri, W.R. (1989). Museu, museologia, museólogos e formação. *Revista de Museologia*, São Paulo, FESP, n.1, v.1, p.7-11.

Halbwachs, M. (2004). A Memória Coletiva, Centauro Editora. São Paulo.

Hall,S. (1999). A identidade cultural na pós modernidade.Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro- 3ª. Ed. Rio de Janeiro:DP&A.

Hernández, F. H (2002) El patrimonio cultural: la memoria recuperada. Gijón: Ediciones Trea.

Louro,G. (1997). Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis RJ. Editora Vozes. p.230.

Lopes,C. (2003) O Museu é um aparelho ideológico, Seleção de Textos XV Jornadas sobre a Função Social do Museu e IX Atelier Internacional do MINOM, Santiago do Cacém.

Luso, Eduarda; Lourenço, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. *In.* Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004, pp.31-44.

Moutinho, M. C. (1989). Museus e Sociedade. (Cadernos de Patrimônio, 5). Monte Redondo: Ed. Museu de Monte Redondo. 128p.

Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.1, p.5-6.

Moutinho, M. C. (1994). A construção do objecto museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.4, p.1-22.

Moutinho, M. (2007). Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta para reflexão. In *www.minom-icom.net/.* Acedido a 27 de fevereiro, 2009 em http://www.minomicom.net/PDF/MM-Defevsoc.pdf

Moutinho, M. (2007). Definição evolutiva de Sociomuseologia - Proposta de reflexão. Lisboa, publicado no XIII Atelier Internacional do MINOM, Setúbal. Disponivel http://sociomuseologia.ning.com/ consulta em 10.02.2011.

Nye,A. (1988). Teoria Feminista e as Filosofias do Homem, Rio de Janeiro,Ed. Rosa dos Tempos.p. 275

Oleiro, M. (2011) Na abertura das atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8035.pdf p.12 acedido a 14.02.2011)

Oliveira, J. (2009). Cibermemória: lugares, objetos, museus e historia na era da mobilidade. III Simpósio Nacional ABCiber, ESPM\SP.

Pedro,J. (2003). Um dialogo sobre mulheres e historia. Florianópolis, SC, Revista Estudos Feministas. P. 509-519.

Peixoto & Sepulveda (2011). Patrimônios Mundiais: Fragmentação e Mercantilização da Cultura. Texto trabalhado em aula no II CEAM: Curso de Estudos Aprofundados em Museologia, Salvador BH.

Peixoto (2011). A cidade performativa na era da economia das experiências. Texto trabalhado em aula no II CEAM: Curso de Estudos Aprofundados em Museologia, Salvador BH.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212.

Pomian,K. (1984). Enciclopédia Einaudi , volume 1,Memória: Historia. Editora: Imprensa Nacional, Casa da Moeda

Primo, J. (1999a). Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.15.

Primo, J. (1999b). Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.16, p.5-38.

Primo, J. (2007). A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português. Tese de doutoramento defendida na Universidade Portucalense Infante D. Henrique.p.2-53.

Primo, J. (2007a). Documentos básicos de museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.28, p.1-8.

Primo, J. (2008a). Património, política cultural e globalização em contexto museal. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*: estudos e ensaios. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.12 p.54-62.

Primo, J. (2008b). Museus locais e ecomuseologia: estudo do projecto para o ecomuseu da Murtosa. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.30.

Primo, J. & Mateus, D. (2008b). *Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses deDoutoramento/ Dissertação de mestrado.* Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Artes,Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Rússio, W. (s/d). *Museologia e Museu, Textos de Museologia: a função social do museu.* ULHT, Lisboa (fotocópia)

Scott,J. (2011). Gênero: uma Categoria Útil para a Analise Histórica.

Studart, D. (2007). Museus: emoção e aprendizagem. Revista de Historia da Biblioteca Nacional, Ano 2, No 22.

Studart,D. (2001) Reflexões sobre o Papel Educativo e Comunicativo dos Museus e sobre o Trabalho do CECA-Brasil, Encontro de Profissionais de Museus, Brasília .

Studart,D. (2004) Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações.MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia,Vol 1, no 1, Rio de Janeiro, IPHAN.

Studart,D. (2004), A produção intelectual do CECA-Brasil nas conferencias internacionais do Comitê de Educação e Ação Cultural do ICOM de 1996 a 2004, MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia, Vol1, no1., Rio de Janeiro, IPHAN.

Studart,D. (2006), Exposições participativas e educativas em Museus, Cadernos Paulo Freire - VIII, Secretaria da Cultura do Estado do Ceara, p.36.

Studart,D. (2005), Museus e famílias: percepções e comportamentos de crianças e seus familiares em exposições para o publico infantil.Historia Ciência e Saúde, Manguinhos , Rio de Janeiro.

Studart,D. (2008). Conhecendo a experiência museal das crianças por meio de desenhos. Ciência & Criança: A divulgação cientifica para o publico infanto-juvenil, Editado por Luisa Massarani, Rio de Janeiro:Museu da Vida, Casa Oswaldo Cruz, Fiocruz , p.19-30.

Studart. D (2004) Educação em museus: produto ou processo. MUSAS-Revista Brasileira de Museologia, Vol.1, n.1 Rio de Janeiro, IPHAN.

Silva, J. (2011). Dos Gabinetes de Curiosidades aos Museus Virtuais.

Squire. L e Kandel. E. (2002). Memória: Da mente às moléculas. Editora:Porto Editora.

http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 05 de Abril de 2011

http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 04 de Abril de 2011
http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php acedido a 18 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=36920&URL_DO=DO_TOPIC &URL _SECTION=201.html acedido a 19 de Abril de 2011

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID= 12025&URL _DO=DO_TOPIC&URL_ SECTION=-471.html acedido a 12 de Outubro de 2011

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID = 12 026 &U RL_DO=DO_ TOPIC &URL _SECTION=-471.html acedido a 12 de Dezembro de 2011

http://portal. unesco.org/en/ev.php-RL_ID=23772 &URL_DO=DO_TOPIC&URL_ SECTION=201. html#name=3 acedido a 25 de Abril de 2011

http://www.unesco.org/new/en/education/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 20 de Abril de 2011.

http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/efa-goals/ acedido a 19 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 19 de Abril de 2011

http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/about-us/how-we-work/mission/ acedido a 19 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/culture-and-development/ acedido a 19 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/culture_and_ development_indicators/C+D%20indicators_Analytical%20framework.pdf, acedido a 19 de Abril 2011

http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/ acedido a 19 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1509&URL_DO=DO_ TOPIC&URL_SEC TION=201.html acedido a 20 de Abril de 2011

http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=19488&URL_DO =DO_T OPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 19 de Abril de 2011

http://www.unesco.org/new/en/unesco/themes/gender-equality/capacity-development/ acedido a 18 de Abril de 2011
http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 03 de Maio de 2011
http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011
http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011
http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011
http://ngo-db.unesco.org/r/or/en/1100048611 acedido a 12 de Outubro de 2011
http://portal.unesco.org/ en/ev.php-URL_ ID=15244 &URL _DO=DO_TOPIC&URL _SECTION=201.html acedido a 03 de Maio de 2011
http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=article&id =6&Itemid=4 acedido a 18 de Novembro de 2011
http://whc.unesco.org/en/about/ acedido a 21 de Abril de 2011
http://whc.unesco.org/en/conventiontext/acedido a 21 de Abril de 2011
http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011
http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011
http://whc.unesco.org/en/254/ acedido a 21 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00252#1 acedido a 27 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011
http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&multinational= 3&display1=inscriptio nID&display=maps#tabs acedido a 08 de Outubro de 2011]
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/underwater-cultural-heritage/ acedido a 12 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_ TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 25 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 25 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15207&URL_DO=DO_TOPIC&URL_ SECTION201.html acedido a 25 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=33928&URL_DO=DO_ TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 30 de Junho de 2011

http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/ acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/ acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/ acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/#c163938 acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/cultural-heritage-protection-handbooks-in-local-languages/#c169974 acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/unescoicom-museum-studies-training-package/#c163938 acedido a 26 de Abril de 2011
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/movable-heritage-and-museums/museums/museum-projects/ acedida a 23 de Maio de 2011
http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=18160&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=-465.html , acedido a 26 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1538&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 27 de Abril de 2011
http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=23928&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html acedido a 20 de Junho de 2011
http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=24268&URL_DO=DO_TOPIC &URL_SECTION=201.html acedido a 27 de Abril de 2011
http://www.webartigos.com/articles/21288/1/MEMORIA-E- PATRIMONIOETIMOLOGIA/pagina1.html#ixzz1EKxzMJuF acedido a 18 de Fevereiro de 2011
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acedido a 13 de Outubro de 2010
http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00055 acedido a 04 de Outubro de 2011

http://www .unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00022#art2 acedido a 04 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/ acedido a 10 de Junho de 2011

http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,6,64.aspx acedido a 03 de Outubro de 2011

http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,6,64.aspx acedido a 03 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00308 acedido a 17 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/ culture/ich/ ind ex . php?lg=en&pg=00309 acedido a 17 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00310 acedido a 17 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg =00310 acedido a 17 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00004 acedido a 17 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00052 acedido a 13 de Maio de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=173 acedido a 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00174#TOC1 acedida em 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00051 acedido a 06 Setembro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=11&type=3 acedido a 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php ?lg=en&pg=11&type=3 acedido 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/ index.php?lg=en&pg=00011 acedido a 12 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&multinational=3&display1=inscriptio nID&display=maps#tabs acedido a 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=0004 acedido a 01 de Março de 2011

http://www.unesco.org/new/en/unesco/ acedido a 05 de Abril de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php ?lg=en&pg=11&type=3 acedido a 08 de Outubro de 2011

http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg= en&pg=00052 acedido a 13 de Maio de 2011

ÍNDICE REMISSIVO

Ameaças:
20,62,63,77,79,80,100,105,110,112,116,141,142,144,195,200,214.

Convenção:
15,17,20,26,27,62,63,64,66,70,73,74,93,94,95,98,99,100,101,104,105,106,108,109,110,111,112,113,114,115,116,121,124,125,140,141,144,146,147,148,149.

Cultura(is):
16,24,28,33,36,38,39,40,41,44,46,48,52,54,55,56,59,66,73,74,76,77,81,84,89,92,94,96,98,99,100,101,104,106,124,127,131,132,133,137,142,143,145,148.

Desenvolvimento:
24,28,30,34,35,36,37,38,39,40,41,43,44,45,46,47,51,54,55,56,58,59,66,76,77,78,79,80,87,89,99,100,101,103,104,110,111,112,116,140,142.

Domínios:
98,100,111,121,127,128,129,148.

ICOM:
19,47,48,49,52,55,56,57,59,77,97,99,106,147.

Memória:
19,20,43,49,52,55,56,57,59,77,97,99,106,147.

MINOM:
51,52,57,58.

Museu:
4,14,15,16,19,20,29,41,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,59,61,72,73,76,77,78,79,84,86,87,96,97,98,99,123,143,144,145,146,148,149.

Patrimônio:
4,6,14,15,16,17,19,20,26,29,30,41,48,49,51,52,59,61,62,63,64,66,67,68,69,70,71,72,73,76,77,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,108,109,110,111,112,113,115,116,117,120,121,122,123,124,125,126,127,133,134,136,137,139,140,141,143,145,146,147,148,149,150.

Patrimônio Imaterial:
4,6,14,15,16,17,19,20,26,41,61,66,67,68,69,84,90,91,92,93,94,96,97,102,103,104,105,106,108,109,110,111,112,113,115,116,117,120,121,122,123,124,125,134,139,140,141,143,145,146,147,149,150.

Patrimônio Material:
61,80,89,90,93,98,101.

Preservação:
4,16,20,28,29,49,51,52,61,62,66,70,72,76,78,79,81,82,84,85,88,92,93,97,98,100,105,106,109,111,112,123,133,145,146,147,148,149.

Salvaguarda:
6,15,16,17,20,26,28,29,61,62,63,66,67,73,74,76,79,80,89,90,92,93,99,100,101,102,104,105,106,108,109,110,111,112,113,115,116,117,121,122,123,124,125,135,137,138,140,141,143,144,145,146,147,148,149,150.

Sociomuseologia:
6,14,15,16,19,20,29,41,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,59,61,72,73,76,77,78,79,84,86,87,96,97,98,99,123,143,144,145,146,148,149.

UNESCO:
14,15,17,19,20,21,22,24,25,27,30,32,33,34,35,36,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,50,51,52,53,54,55,57,59,61,62,64,65,66,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,90,92,93,94,95,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,109,110,111,113,115,116,117,119,120,121,122,123,126,127,139,140,147,148,149,150.

ANEXOS

ANEXO I

Atualmente existem 193 estados-membros, incluindo quase todos os estados soberanos do mundo.(http://erc.unesco.org/portal/UNESCOMemberStates.asp?language=en acedido 04.04.2011).

Os Estados-Membros

Lista dos 193 Estados-Membros (e os sete membros associados) da UNESCO e da data em que se tornaram membros (ou membros associados), da Organização, a partir de Outubro de 2009 (em ordem alfabética)

Os Estados-Membros

1	Afeganistão	04 de maio de 1948
2	Albânia	16 de outubro de 1958
3	Argélia	15 de outubro de 1962
4	Andorra	20 de outubro de 1993
5	Angola	11 mar 1977
6	Antígua e Barbuda	15 de julho de 1982
7	Argentina	15 set 1948
8	Arménia	9 de junho de 1992
9	Austrália	04 de novembro de 1946
10	Áustria	13 de agosto de 1948
11	Azerbaijão	3 de junho de 1992
12	Bahamas	23 de abril de 1981
13	Bahrein	18 jan 1972
14	Bangladesh	27 outubro de 1972
15	Barbados	24 de outubro de 1968
16	Bielorrússia	Maio 12, 1954
17	Bélgica	29 nov 1946
18	Belize	10 de maio de 1982
19	Benin	18 de outubro de 1960
20	Butão	13 de abril de 1982
21	Bolívia (Estado Plurinacional da)	13 de novembro de 1946
22	Bósnia e Herzegovina	02 de junho de 1993
23	Botswana	16 jan 1980
24	Brasil	04 de novembro de 1946
25	Brunei Darussalam	Março 17, 2005
26	Bulgária	17 mai 1956
27	Burkina Faso	14 de novembro de 1960
28	Burundi	16 de novembro de 1962
29	Camboja	03 de julho de 1951
30	Camarões	11 de novembro de 1960
31	Canadá	04 de novembro de 1946

32	Cabo Verde	15 fev 1978
33	Central Africano República	11 de novembro de 1960
34	Chade	19 dez 1960
35	Chile	07 de julho de 1953
36	China	04 de novembro de 1946
37	Colômbia	31 de outubro de 1947
38	Comores	22 mar 1977
39	Congo	24 de outubro de 1960
40	Ilhas Cook	25 de outubro de 1989
41	Costa Rica	19 mai 1950
42	Côte d'Ivoire	27 de outubro de 1960
43	Croácia	01 de junho de 1992
44	Cuba	29 de agosto de 1947
45	Chipre	06 de fevereiro de 1961
46	República Checa	22 de fevereiro de 1993
47	República Popular Democrática da Coreia	18 de outubro de 1974
48	República Democrática do Congo	25 de novembro de 1960
49	Dinamarca	04 de novembro de 1946
50	Djibouti	31 de agosto de 1989
51	Dominica	09 de janeiro de 1979
52	República Dominicana	04 de novembro de 1946
53	Equador	22 de janeiro de 1947
54	Egito	04 de novembro de 1946
55	El Salvador	28 de abril de 1948
56	Guiné Equatorial	29 de novembro de 1979
57	Eritreia	2 de setembro de 1993
58	Estónia	14 de outubro de 1991
59	Etiópia	01 de julho de 1955
60	Fiji	14 de julho de 1983
61	Finlândia	10 de outubro de 1956
62	França	04 de novembro de 1946
63	Gabão	16 nov 1960
64	Gâmbia	01 de agosto de 1973
65	Geórgia	07 de outubro de 1992
66	Alemanha	Julho 11, 1951
67	Gana	11 abr 1958
68	Grécia	04 de novembro de 1946
69	Grenada	17 de fevereiro de 1975
70	Guatemala	2 de janeiro de 1950
71	Guiné	02 fevereiro de 1960
72	Guiné-Bissau	01 de novembro de 1974
73	Guiana	21 de março de 1967
74	Haiti	18 nov 1946
75	Honduras	16 dez 1947
76	Hungria	14 de setembro de 1948

77	Islândia	08 de junho de 1964
78	Índia	04 de novembro de 1946
79	Indonésia	27 mai 1950
80	Irão (República Islâmica do)	06 de setembro de 1948
81	Iraque	21 de outubro de 1948
82	Irlanda	03 de outubro de 1961
83	Israel	16 de setembro de 1949
84	Itália	27 de janeiro de 1948
85	Jamaica	07 novembro de 1962
86	Japão	02 julho de 1951
87	Jordan	14 jun 1950
88	Cazaquistão	22 de maio de 1992
89	Quénia	07 de abril de 1964
90	Kiribati	24 de outubro de 1989
91	Kuwait	18 de novembro de 1960
92	Quirguistão	02 de junho de 1992
93	República Democrática Popular do Laos	09 de julho de 1951
94	Letónia	14 de outubro de 1991
95	Líbano	04 de novembro de 1946
96	Lesoto	29 de setembro de 1967
97	Libéria	06 de março de 1947
98	Jamahiriya Árabe Líbia	27 de junho de 1953
99	Lituânia	7 de outubro de 1991
100	Luxemburgo	27 outubro de 1947
101	Madagascar	10 nov 1960
102	Malawi	27 de outubro de 1964
103	Malásia	16 de junho de 1958
104	Maldivas	18 de julho de 1980
105	Mali	07 de novembro de 1960
106	Malta	10 de fevereiro de 1965
107	Ilhas Marshall	30 de junho de 1995
108	Mauritânia	10 jan 1962
109	Maurícias	25 de outubro de 1968
110	México	04 de novembro de 1946
111	Micronésia (Estados Federados da)	Outubro 19, 1999
112	Monaco	06 de julho de 1949
113	Mongólia	01 de novembro de 1962
114	Montenegro	1 de março de 2007
115	Marrocos	7 de novembro de 1956
116	Moçambique	11 de outubro de 1976
117	Mianmar	27 de junho de 1949
118	Namíbia	02 de novembro de 1978
119	Nauru	Outubro 17, 1996
120	Nepal	01 de maio de 1953
121	Holanda	01 de janeiro de 1947

122	Nova Zelândia	04 de novembro de 1946
123	Nicarágua	22 fev 1952
124	Níger	10 nov 1960
125	Nigéria	14 de novembro de 1960
126	Niue	26 de outubro de 1993
127	Noruega	04 de novembro de 1946
128	Omã	10 de fevereiro de 1972
129	Paquistão	14 de setembro de 1949
130	Palau	20 de setembro de 1999
131	Panamá	10 de janeiro de 1950
132	Papua Nova Guiné	04 outubro de 1976
133	Paraguai	20 de junho de 1955
134	Peru	21 nov 1946
135	Filipinas	21 nov 1946
136	Polónia	06 de novembro de 1946
137	Portugal (1)	11 de setembro de 1974
138	Qatar	27 de janeiro de 1972
139	República da Coreia	14 jun 1950
140	República da Moldávia	27 mai 1992
141	Roménia	Julho 27, 1956
142	Federação Russa	21 abr 1954
143	Ruanda	07 novembro de 1962
144	São Cristóvão e Nevis	26 de outubro de 1983
145	Santa Lúcia	6 março de 1980
146	São Vicente e Granadinas	14 de janeiro de 1983
147	Samoa	03 de abril de 1981
148	São Marino	Novembro 12, 1974
149	São Tomé e Príncipe	22 jan 1980
150	Arábia Saudita	04 de novembro de 1946
151	Senegal	10 nov 1960
152	Sérvia (2)	20 de dezembro de 2000
153	Seychelles	18 de outubro de 1976
154	Serra Leoa	28 mar 1962
155	Cingapura (3)	08 de outubro de 2007
156	Eslováquia	09 de fevereiro de 1993
157	Eslovénia	27 mai 1992
158	Ilhas Salomão	07 de setembro de 1993
159	Somália	15 nov 1960
160	África do Sul (4)	12 dezembro de 1994
161	Espanha	30 de janeiro de 1953
162	Sri Lanka	14 nov 1949
163	Sudão	26 nov 1956
164	Suriname	16 de julho de 1976
165	Suazilândia	25 de janeiro de 1978
166	Suécia	23 de janeiro de 1950

167	Suíça	28 de janeiro de 1949
168	República Árabe da Síria	16 nov 1946
169	Tajiquistão	6 de abril de 1993
170	Tailândia	01 de janeiro de 1949
171	A Antiga República Jugoslava da Macedónia	28 de junho de 1993
172	Timor-Leste	05 junho de 2003
173	Togo	17 novembro de 1960
174	Tonga	29 set 1980
175	Trinidad e Tobago	2 de novembro de 1962
176	Tunísia	08 de novembro de 1956
177	Turquia	04 de novembro de 1946
178	Turquemenistão	17 de agosto de 1993
179	Tuvalu	21 de outubro de 1991
180	Uganda	09 novembro de 1962
181	Ucrânia	Maio 12, 1954
182	Emirados Árabes Unidos	20 de abril de 1972
183	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (5)	Primeiro de julho de 1997
184	República Unida da Tanzânia	6 de março de 1962
185	Estados Unidos da América (6)	01 de outubro de 2003
186	Uruguai	8 de novembro de 1947
187	Uzbequistão	26 de outubro de 1993
188	Vanuatu	10 de fevereiro de 1994
189	Venezuela (República Bolivariana da)	25 de novembro de 1946
190	Viet Nam	06 de julho de 1951
191	Iémen	02 de abril de 1962
192	Zâmbia	09 de novembro de 1964
193	Zimbabué	22 set 1980
Associados		
1	Aruba	20 de outubro de 1987
2	Ilhas Virgens Britânicas	24 nov 1983
3	Ilhas Caymans	30 de outubro de 1999
4	Ilhas Faroé	12 de outubro de 2009
5	Macau, China	25 de outubro de 1995
6	Antilhas Holandesas (7)	26 de outubro de 1983
7	Tokelau	15 de outubro de 2001

(1) Anteriormente, um Estado-Membro a partir de 11 março de 1965 até 31 de dezembro de 1972.
(2) O ex-República Socialista Federativa da Jugoslávia tornou-se um Estado-Membro em 31 de março de 1950. A participação da Jugoslávia em reuniões dos órgãos sociais e conferências da UNESCO, foi suspenso na sequência da Resolução 47 / 1 adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 22 de setembro de 1992, que estabelece que a República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) não poderia continuar automaticamente membro da antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia (ex-Jugoslávia). Assim, a República Federal da Jugoslávia, que se tornou um Estado-Membro em 20 de dezembro de 2000, não poderia automaticamente sucesso da antiga Jugoslávia como membro da Organização. Na sequência da adopção da Carta Constitucional da Sérvia e Montenegro pela Assembleia da República Federal da Jugoslávia em 04 de fevereiro de 2003, o nome do Estado da República Federal da Jugoslávia foi alterado para "Sérvia e Montenegro".

Na sequência da declaração de independência aprovada pela Assembleia Nacional do Montenegro em 03 de junho de 2006, a UNESCO tem sido informado de que a adesão à União Estatal da Sérvia e Montenegro UNESCO é a continuação da República da Sérvia, com base no artigo 60 das Disposições Constitucionais Carta da Sérvia e Montenegro.

(3) Anteriormente, um Estado-Membro de 28 de outubro de 1965 a 31 de Dezembro de 1985.

(4) Anteriormente, um Estado-Membro de 04 de novembro de 1946 a 31 de Dezembro de 1956.

(5) Antes de um Estado-Membro de 04 de novembro de 1946 a 31 de Dezembro de 1985.

(6) Anteriormente, um Estado-Membro de 04 de novembro de 1946 a 31 de Dezembro de 1984.

(7) No domingo, dia 10 de outubro de 2010, um novo estatuto das Antilhas Holandesas, entrou em vigor, pelo qual a dependência do Caribe holandês das Antilhas Holandesas deixou de existir com a mudança de cinco ilhas 'status constitucional.

Sob o novo estatuto, Curaçao e St. Maarten irá desfrutar de autonomia interna dentro do Reino dos Países Baixos, juntando Aruba, que ganhou status semelhante em 1986. Bonaire, Santo Eustáquio, Saba e tornaram-se parte dos Países Baixos. A Holanda mantém a responsabilidade pela defesa e política externa. Estas mudanças constituem uma modificação das relações internas constitucionais no Reino dos Países Baixos. O Brasil continuará a ser o sujeito de direito internacional com o qual os acordos são celebrados.

ANEXO II

De seus escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências especializadas decidem sobre questões substantivas e administrativas em reuniões regulares ao longo do ano.(http://www.unesco.org/new/en/bfc/all-offices/ acedido 04.04.2011)

Todos os escritórios por região

África

Escritório da UNESCO em Abuja - Instituto Nacional para a Nigéria.
Escritório da UNESCO em Accra - Instituto de Cluster, Côte d'Ivoire Benin, Gana, Libéria, Nigéria, Serra Leoa e Togo.
Escritório da UNESCO em Adis Abeba - Serviço de cluster para Djibuti e Etiópia.
Escritório da UNESCO em Bamako - Serviço de cluster para o Burkina Faso, Guiné, Mali e Níger.
Escritório da UNESCO em Brazzaville - Instituto Nacional de Congo.
Escritório da UNESCO em Bujumbura - Instituto Nacional de Burundi.
Escritório da UNESCO em Dakar - Escritório Regional para a Educação em África e Office Cluster de Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau e Senegal.
Escritório da UNESCO em Dar-es-Salaam - Serviço de cluster para as Comores, Madagáscar, Maurícias, Seychelles e República Unida da Tanzânia.
Escritório da UNESCO em Harare - Serviço de cluster para o Botswana, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe.
Escritório da UNESCO em Kinshasa - Instituto Nacional para a República Democrática do Congo.
Escritório da UNESCO em Libreville - Serviço de cluster para o Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe.
Escritório da UNESCO em Maputo - Instituto Nacional de Moçambique.
Escritório da UNESCO em Nairobi - Escritório Regional de Ciências da África e Office Cluster para o Burundi, Eritreia, Quénia, Ruanda, Somália e Uganda.
Escritório da UNESCO em Windhoek - Instituto de cluster para Angola, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia.

Escritório da UNESCO em Yaoundé - Cluster Office para os Camarões, República Central Africano e no Chade.

Estados Árabes

Escritório da UNESCO para o Iraque - Instituto Nacional para o Iraque.
Escritório da UNESCO em Amã - Instituto Nacional para a Jordânia.
Escritório da UNESCO em Beirute - Escritório Regional para a Educação nos Estados Árabes e Office Cluster, Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e nos territórios autónomos palestinianos.
Escritório da UNESCO no Cairo - Escritório Regional de Ciências dos Estados árabes e Office Cluster para o Egipto, Líbia e Sudão.
Escritório da UNESCO em Doha - Serviço de cluster para o Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.
Escritório da UNESCO em Cartum - Instituto Nacional de Darfur.
Escritório da UNESCO em Rabat - Cluster Office para a Argélia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.
Escritório da UNESCO em Ramallah - Instituto Nacional para a Autoridade Palestiniana.

Ásia e Pacífico

Escritório da UNESCO em Almaty - Cluster do Office para o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão.
Escritório da UNESCO em Apia - Serviço de cluster para a Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia (Estados Federados da), Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Tokelau (membro associado).
Escritório da UNESCO em Bangkok - Escritório Regional para a Educação na Ásia e no Pacífico e de cluster para a Tailândia, Mianmar, Laos, Singapura Vietnã e Camboja.
Escritório da UNESCO em Beijing - Cluster Office Democrática Popular da República da Coreia (RPDC), Japão, Mongólia, República Popular da China ea República da Coreia (ROK).
Escritório da UNESCO em Dhaka - Instituto Nacional de Bangladesh.
Escritório da UNESCO em Hanói - Instituto Nacional para o Vietnã.

Escritório da UNESCO em Islamabad - Instituto Nacional para o Paquistão.
Escritório da UNESCO em Jacarta - Escritório Regional de Ciências da Ásia e do Pacífico e de cluster para Brunei Darussalam, Indonésia, Malásia, Filipinas e Timor Leste.
Escritório da UNESCO em Cabul - Instituto Nacional para o Afeganistão.
Escritório da UNESCO em Katmandu - Instituto Nacional para o Nepal.
Escritório da UNESCO em Nova Deli - Instituto de cluster para Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Sri Lanka.
Escritório da UNESCO em Phnom Penh - Instituto Nacional para o Camboja.
Escritório da UNESCO em Tashkent - Instituto Nacional para o Uzbequistão.
Escritório da UNESCO em Teerã - Cluster do Office para a República Islâmica do Afeganistão, a República Islâmica do Irão, República Islâmica do Paquistão e do Turcomenistão.

Europa e América do Norte

Gabinete de Ligação da UNESCO, em Genebra - Gabinete de Ligação à Organização das Nações Unidas em Genebra.
UNESCO Gabinete de Ligação em Nova York - Gabinete de Ligação à Organização das Nações Unidas em Nova Iorque.
Escritório da UNESCO em Bruxelas - Representação da UNESCO para a União Europeia e das filiais de seus órgãos, em Bruxelas
Escritório da UNESCO em Moscou - Serviço de cluster para a Arménia, Azebaijan, Belarus, República da Moldávia e Federação Russa.
Escritório da UNESCO em Veneza - Escritório Regional de Ciências e Cultura na Europa e América do Norte.

América Latina e no Caribe

Escritório da UNESCO em Brasília - Gabinete Nacional para o Brasil.
Escritório da UNESCO na Guatemala - Instituto Nacional para a Guatemala.
Escritório da UNESCO em Havana - Bureau Regional da Cultura da América Latina e no Caribe e Cluster Office para Cuba, República Dominicana, Haiti e Aruba.

Escritório da UNESCO em Kingston - Cluster Office para Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, bem como a associar Estados membros da Ilhas Virgens Britânicas, Antilhas Holandesas e Ilhas Cayman.
Escritório da UNESCO em Lima - Instituto Nacional para o Peru.
Escritório da UNESCO no México - Instituto Nacional para o México.

Escritório da UNESCO em Montevidéu - Escritório Regional de Ciências da América Latina e Caribe e Instituto de cluster para a Argentina, Chile, Paraguai, Brasil e Uruguai.
Escritório da UNESCO em Port-au-Prince - Instituto Nacional para o Haiti.
Escritório da UNESCO em Quito - Serviço de cluster para a Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.
Escritório da UNESCO em São José - Serviço de cluster para a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.
Escritório da UNESCO em Santiago do Chile - Escritório Regional para Educação na América Latina e Caribe e Instituto Nacional para o Chile.

ANEXO III

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE
ICOM, 1972

I. Princípios de Base do Museu Integral

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina. Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade.
Santiago, 30 de Maio de 1972.

II. Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

1. Por uma mutação do museu da América Latina,

Considerando:

- Que as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia;
- Que a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas;
- Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade;
- Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao

presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;

- Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial;
- Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais.
- Que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho;
- Que, tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide de uma maneira geral

- **1.** Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, sócio-econômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus;
- **2.** Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos;
- **3.** Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;
- **4.** Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;
- **5.** Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;
- **6.** Que, levando em consideração os resultados da pesquisa sobre as necessidades atuais dos museus e sua carência de pessoal, a ser realizada sob os auspícios da UNESCO, os centros de formação de pessoal existentes na América Latina devem ser aperfeiçoados e desenvolvidos pelos próprios países; que esta rede de centros de formação deve ser completada e sua influência se fazer sentir no plano regional; que a reciclagem de pessoal atual deve ser garantida em nível nacional e regional; e que lhe seja dada a possibilidade de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em relação ao meio rural

Que os museus devam, acima de tudo, servir à conscientização dos problemas do meio rural, das seguintes maneiras:

- **a)** Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;
- **b)** Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber:
  i. Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos;
  ii. Exposições itinerantes;
  iii. Criação de museus de sítios.

Em relação ao meio urbano

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

- **a)** Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- **b)** Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- **c)** Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- **d)** Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral.

Em relação ao desenvolvimento científico e técnico

Que os museus devem levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico, das seguintes maneiras:

- **a)** Os museus estimularão o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração a situação atual da comunidade;
- **b)** Na ordem do dia das reuniões dos ministros de educação e (ou) das organizações especialmente encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, deverá ser inscrita a utilização dos museus como meio de difusão dos progressos realizados nestas áreas;
- **c)** Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação.

Em relação à educação permanente

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- **a)** Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
- **b)** Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;
- **c)** Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
- **d)** Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possuir em muitos exemplares;
- **e)** As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
- **f)** Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).

As presentes recomendações confirmam aquelas que puderam ser formuladas ao longo dos diferentes seminários e mesas-redondas sobre museus, organizadas pela UNESCO.

Pela criação de uma Associação Latino Americana de Museologia

Considerando

- Que os museus são instituições a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem;
- Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos;
- Que os museus e os museólogos latino-americanos, com raras exceções, sofrem dificuldades de comunicação em razão das grandes distâncias que os separam um do outro, e do resto do mundo;
- Que a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os setores do público;
- Que durante a oitava e a nona conferência geral do ICOM, que ocorreram, respectivamente, em Munique em 1968, e em Grenoble em 1971, os museólogos latino americanos que estiveram presentes indicaram a necessidade de criação de um organismo regional;

A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide:

1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus com os objetivos e através das seguintes maneiras:

- Dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino americanos;
- Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino americanos;
- Desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado;
- Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres;
- Afiliar a Associação Latino Americana de Museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM;
- Dividir, para fins operacionais, a Associação Latino Americana de Museologia em quatro seções correspondentes provisoriamente às regiões e países seguintes:
  - América Central, Panamá, México, Cuba, São Domingos, Porto Rico, Haiti e Antilhas Francesas.
  - Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia.
  - Brasil.
  - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

2. Que os abaixo-assinados, participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se constituem em Comitê de Organização da Associação Latino Americana de Museologia, e notadamente em um Grupo de Trabalho composto de cinco pessoas, quatro dentre elas representando cada uma das zonas acima enumeradas, e a quinta desempenhando o papel de coordenador geral; que este Grupo de Trabalho terá como objetivo, no prazo máximo de seis meses, elaborar o Estatuto e os regulamentos da associação; definir com o ICOM as formas de ação conjunta; organizar eleições para a constituição dos diversos órgãos da ALAM; estabelecer a sede desta associação, provisoriamente, no Museu Nacional de Antropologia do México; compor este grupo de trabalho com as seguintes pessoas, representando suas zonas respectivas:
- Zona 1: Luis Diego Pígnataro (Costa Rica),
- Zona 2: Alicia Durand de Reichel (Colômbia),
- Zona 3: Lygia Martins Costa (Brasil), e
- Zona 4: Grete Mostny Glaser (Chile); coordenador: Mario Vasquez (México).
Santiago, 31 de Maio de 1972.

III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

- **1.** Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.
- **2.** A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".

- **3.** A UNESCO incentivará a criação de um Centro Regional para a preparação e a conservação de espécimes naturais, do qual o atual Centro Nacional de Museologia de Santiago poderá se constituir em núcleo original. Além de sua função de ensino (formação técnica) e de sua função profissional no campo da museologia (preparação de conservação de espécimes naturais), e de produção de material de ensino, este Centro Regional poderá desempenhar um papel importante na proteção das riquezas naturais.
- **4.** A UNESCO deverá conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento para técnicos de museus com instrução de nível secundário.
- **5.** A UNESCO deverá recomendar aos ministérios de Educação e de Cultura e (ou) aos organismos encarregados de desenvolvimento científico, técnico e cultural, que considerem os museus como um meio de difusão dos progressos realizados naquelas áreas.
- **6.** Em razão da importância do problema da urbanização na América Latina e da necessidade de esclarecer a sociedade a este respeito, em diferentes níveis, a UNESCO deverá encorajar a redação de um livro sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das cidades na América Latina, o qual seria publicado sob forma de obra científica e sob forma de obra de divulgação. Para atingir um público mais vasto, a UNESCO deverá produzir um filme sobre esta questão, adequado a todos os tipos de público.

ANEXO IV

* Tradução Mário Moutinho. Revisão Marcelo M. Araújo.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC*
PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA 1984

Introdução

Um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na "Mesa-Redonda de Santiago do Chile" organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o carácter global das suas intervenções.

Proposta

1. Consideração de ordem universal

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico.

Para atingir este objectivo e integrar as populações na sua acção, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da acção cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários.

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa - interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos de futuro.

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional. Toma-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.

Neste sentido, este movimento, que deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e económica.

Este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (colecta, conservação, investigação científica, restituição o difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projectos específicos.

2. Tomada de posição

Verificando que mais de quinze anos de experiências de nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa - pelo mundo foram um factor de desenvolvimento crítico das comunidades que adoptaram este modo de gestão do seu futuro;

Verificando a necessidade sentida unanimemente pelos participantes nas diferentes mesas de reflexão e pelos intervenientes consultados, de acentuar os meios de reconhecimento deste movimento;

Verificando a vontade de criar as bases organizativas de uma reflexão comum e das experiências vividas em vários continentes;

Verificando o interesse em se dotar de um quadro de referência destinado a favorecer o funcionamento destas novas museologias e de articular em consequência os princípios e meios de acção;

Considerando que a teoria dos Ecomuseus o dos museus comunitários (museus de vizinhança, museus locais...) nasceu das experiências desenvolvidas em diversos meios durante mais de 15 anos.

É adoptado o que se segue:

que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adoptar e a aceitar todas as formas de museologia activa na tipologia dos museus;

que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que colocam em aplicação estes princípios;

que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes:

um comité internacional "Ecomuseus/Museus comunitários" no quadro do **ICOM** (Conselho Internacional de Museus);

uma federação internacional da nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá;

que seja formado um grupo de trabalho provisório cujas primeiras acções seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objectivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional.

Quebec, 12 de Outubro de 1984.
Adoptado pelo I Atelier Internacional
Ecomuseus/Nova Museologia

ANEXO V

27/04/85

Compte-rendu des activités et des propositions du groupe de travail provisoire (GTP).

I - PREAMBULE

1. La commission "suite" de l'Atelier international "écomusées-Nouvelle Muséologie" a mandaté lors de sa réunion du 13 Octobre 1984 à Québec un groupe de travail provisoire (GTP) composé des personnes suivantes : Eulalia Janer Amargos, Maude Céré, Marc Maure, Pierre Mayrand (coordonnateur), Mario Moutinho, René Rivard, William Saadé, Rosanne Saint-Jacques, Etienne Bernard.

   Suppléante : Myriam Arroyo de Kerriou

   Assistante : Paule Renaud

   William Saadé s'est retiré du GTP et a été remplacé par Alain Nicolas lors de la réunion de Lisbonne en Avril 1985.

2.- Le mandat du GTP a été défini de la façon suivante :
   . clarifier et formuler les objectifs de la future association
   . rédiger des statuts
   . préparer la mise sur pied des structures
   . prévoir des modalités de financement et de permanence
   . définir un plan triennal de rencontres et d'échange
   . corriger et diffuser la déclaration du Québec
   . assister le comité organisateur du 2ème Atelier

3. Le GTP et le comité organisateur se sont réunis :

   - A Lisbonne les 25, 26, 27 Avril 1985 :

   Etaient présents à la réunion :

   Pierre Mayrand, Mario Moutinho, Marc Maure, Eulalia Janer Amargos, Etienne Bernard, Antonio Nabais, Alain Nicolas, Maria Manuela Carasco, Evelyne Lehalle. Les personnes présentes préparent le programme du 2ème Atelier, entreprennent un débat de fond sur les finalités de la nouvelle muséologie ; proposent la liste des participants au 2ème Atelier ; proposent la création d'une seule association ; écartent l'idée d'une fédéra-

tion jugée prématurée ; s'interrogent sur les avantages d'un comité international de l'ICOM ; sont favorables à la candidature de la Norvège pour le troisième Atelier ; hésitent sur les modalités de participation à la prochaine Assemblée Générale de l'ICOM (Buenos Aires) ; mandatent trois membres du GTP pour rencontrer le comite exécutif de l'ICOM, de même que la direction de la Revue Muséum.

- Les 2 et 3 Juillet 1985 : Pierre Mayrand, Marc Maure et Etienne Bernard se réunissent a Paris et sont invités à rencontrer le comité exécutif de l'ICOM qui reçoit avec intérêt les projets de notre mouvement.

Des représentants du GTP préparent les projets d'association : ils confient a Pierre Mayrand le soin d'entreprendre les demarches en requête pour constitution d'association, de préparer les projets de règlements généraux, de convoquer les membres du GTP à la réunion de Lisbonne. Marc Maure se charge de rédiger le projet de rapport du GTP. Une rencontre a lieu avec la rédactrice de la revue "Muséum" (numéro à paraître en Décembre).

II - PRISES DE POSITIONS

1. Le GTP reconnaît l'existence, à l'échelle internationale, d'un mouvement de nouvelle muséologie caractérisé par des objectifs et des pratiques communes.

La philosophie de ce mouvement est exprimée dans la "déclaration de Santiago en 1972 et dans la "déclaration de Québec" de 1984.

2. Le GTP reconnaît comme représentatifs de ce mouvement des musées, des réalisations et des actions individuelles ou collectives pouvant prendre des formes variées suivant les pays et les situations particulières ; les écomusées, de même que les museés de voisinage en sont les exemples les mieux connus. Le mouvement englobe de nombreuses autres réalisations et actions, parfois anonymes, plus ou moins structurées, mais qui présentent les mêmes caractères.

Quelles que soient les différences de forme et de contenu, ces

musées, ces actions et ces réalisations ont en commun les caractéristiques suivantes ;

. leur rôle est de faire accéder une population à une meilleure connaissance d'elle-même et de ses conditions d'existence.

. Ce travail muséal est caractérisé par une approche interdisciplinaire où l'être humain est situé dans son environnement naturel, social et culturel. Dans cette perspective, les concepts de "milieu" et de "contexte" prévalent sur celui "d'objet".

. Ce travail muséal utilise des méthodes et des pratiques basées sur l'engagement actif de la population.

. Ce travail muséal est caractérisé par des structures ouvertes et décentralisées qui tendent à se confondre avec le territoire de la population concernée.

3. La nouvelle muséologie est avant tout définie par ses préoccupations, ses prises de positions et ses actions. Le terme "nouvelle muséologie" ne doit pas être interprété dans le sens de "modernisation du Musée" par des méthodes "modernes" de recherche, de documentation, de gestion, d'animation, etc ...

4. Le degré de "nouveauté" des réalisations caractéristiques de la nouvelle muséologie, est relatif aux contextes historique et social des pays concernés. Dans certains pays, ces réalisations peuvent apparaître comme "révolutionnaires" par rapport à la tradition muséale dominante ; dans d'autres pays, ces réalisations apparaissent plutôt comme le résultat d'une évolution naturelle du Musée.

III - PROPOSITIONS.

Considérant qu'il est important de stimuler et de favoriser le développement de la nouvelle muséologie par un meilleur échange d'informations, et une coopération plus étroite entre institutions,

organisations et personnes se reconnaissant dans ce mouvement ;

1. Le GTP maintient que la création d'une organisation internationale est essentielle pour atteindre ce but.

2. Le GTP juge qu'une double structure, telle qu'elle est proposée dans les recommandations de la déclaration de Québec ne correspond pas à la réalité et à la dynamique du mouvement.

3. Le GTP juge de plus que la structure fédérative est prématurée, étant donné notamment que le processus de création de comités nationaux n'est pas assez développé.

4. Le GTP propose qu'une organisation internationale soit fondée par une assemblée constituante, organisée dans le cadre du 2ème Atelier International à Lisbonne, en Novembre 1985, et composée des participants du Premier Atelier à Québec, présents à Lisbonne.

5. Le GTP propose que le Conseil d'Administration de la future association soit mandaté pour étudier les possibilités de rattachement à l'ICOM, soit au titre de Comité International, soit au titre d'Association affiliée.

6. Le GTP propose que cette organisation ait les statuts suivants (voir annexe).

7. Pour des raisons de continuité et d'efficacité, le GTP souhaite que le ler C.A. soit composé d'au moins deux tiers de membres du GTP, respectant l'article 9.2 des statuts.

8. Le GTP propose le programme triennal d'Ateliers suivant :

   1986 : Norvège (thèmes : Musées de plein air et milieu rural)
   1987 : un pays en voie de développement
   1988 : Belgique (thèmes : interculture, milieux urbain et industriel
   ou archéologies industrielles et mémoires collectives

STATUTS (Annexe)

CHAPITRE I

Constitution

ARTICLE 1

Une Association est constituée sous le nom de : Mouvement International-Nouvelle Muséologie.

ARTICLE 2

L'MINM est une corporation sans but lucratif en vertu de la 3eme partie de la Loi des compagnies de la Province de Québec, Canada.

ARTICLE 3

L'MINM a son siège dans le district de Montréal, Canada.

ARTICLE 4

Buts :

1. Regrouper les personnes qui privilégient la mission sociale et le développement des Musées et qui se reconnaissent dans les déclarations de Santiago et de Quebec.
2. Favoriser la réflexion, l'échange d'information, la coopération et les projets communs entre personnes, institutions, organismes et organisations actives dans le domaine de la nouvelle muséologie soit sur le plan pratique soit sur le plan theorique.

ARTICLE 5 (Definitions)

1. Le MINM GTP reconnaît l'existence, à l'échelle internationale, d'un mouvement de nouvelle muséologie caracterisé par des objectifs et des pratiques communes.

   La philosophie de ce mouvement est exprimée dans la "déclaration de Santiago" de 1972 et dans la "déclaration de Québec" de 1984.

2. Le GTP reconnaît comme représentatifs de ce mouvement des musées, des réalisations et des actions individuelles ou collectives pouvant prendre des formes variées suivant les pays et

les situations particulières ; les écomusées, de même que les musées de voisinage en sont les exemples les mieux connus. Le mouvement englobe de nombreuses autres réalisations et actions, parfois anonymes, plus ou moins structurées, mais qui présentent les mêmes caractères.

Quelles que soient les différences de forme et de contenu, ces musées, ces actions et ces réalisations ont en commun les caractéristiques suivantes :

- leur rôle est de faire accéder une population à une meilleure connaissance d'elle-même et de ses conditions d'existence.
- Ce travail muséal est caractérisé par une approche interdisciplinaire où l'être humain est situé dans son environnement naturel, social et culturel. Dans cette perspective, les concepts de "milieu" et de "contexte" prévalent sur celui "d'objet".
- Ce travail muséal utilise des méthodes et des pratiques basées sur l'engagement actif de la population.
- Ce travail muséal est caractérisé par des structures ouvertes et décentralisées qui tendent à se confondre avec le territoire de la population concernée.

3. La nouvelle muséologie est avant tout définie par ses préoccupations, ses prises de positions et ses actions. Le terme "nouvelle muséologie" ne doit pas être interprêté dans le sens de "modernisation du musée" par des méthodes "modernes" de recherche, de documentation, de gestion, d'animation, etc...

4. Le degré de "nouveauté" des réalisations caractéristiques de la nouvelle muséologie est relatif aux contextes historique et social des pays concernés. Dans certains pays, ces réalisations peuvent apparaître comme "révolutionnaires" par rapport a la tradition muséale dominante ; dans d'autres pays, ces réalisations apparaissent plutôt comme le résultat d'une évolution naturelle du musée.

ARTICLE 6 (Activités):

Pour atteindre ses buts, le MINM aura notament les activités suivantes:

1 - Organiser chaque année un Atelier International de Nouvelle Muséologie.
2 - Produire, entre autres, des services de formation, d'expertise, de diffusion, de documentation.
3 - Favoriser la création d'associations de nouvelle muséologie dans différentes régions du monde.
4 - Coopérer avec les organismes d'animation et d'éducation populaires.
5 - Contribuer à l'avancement de la nouvelle muséologie avec l'ICOM et d'autres organismes.

CHAPITRE II

Organisation

ARTICLE 7 (Stucture Administrative)

La structure administrative du MINM est composée comme suit:

1 - L'Assemblée générale des membres

2 - Le Conseil d'Administration

3 - Le Comite d'Organisation de l'Atelier International

ARTICLE 8 (L'Assemblée générale des membres)

1 - L'Assemblée générale est formée des membres en règle du MINM

2 - L'Assemblée générale se réunit au moins une fois tous les ans en séance pléinière au moment de l'Atelier International. Lors de cette réunion elle :

a) reçoit les rapports du conseil d'administration

b) examine les rapports des groupes de travail

c) propose le programme de travail futur et détermine les besoins financiers

d) révise la liste de ses membres

e) élit le conseil d'administration du MINM tous les trois ans.

3 -Les convocations pour ces assemblées générales seront adressées aux membres, par le secrétaire, avec un ordre du jour, trois mois avant la date prévue pour l'assemblée.

4 - Le quorum requis est de 25 % des membres en règle. Si ce quorum n'est pas atteint, l'assemblée générale se réunit au même lieu, dans les 24 heures. Quel que soit alors le nombre des membres présents, l'assemblée générale est apte à délibérer.

5 - L'Assemblée générale peut amender les statuts ou adopter tout règlement pour la bonne marche des activites du MINM.

ARTICLE 9 (Conseil d'Administration)

1 - Les affaires du MINM sont administrées par un conseil d'administration de 9 membres. Ces membres devront se répartir les tâches nécessaires au bon fonctionnement du MINM.

2 - Le conseil d'administration (CA) doit représenter le plus de régions géographiques possibles.

3 - Les membres du C.A. sont élus a l'Assemblée générale du MINM pour une période de trois ans.

Les membres présents a l'Assemblée générale élisent les membres du C.A. Les membres votants absents lors de la séance peuvent autoriser un autre membre à voter à leur place, après

présentation d'une procuration écrite. Chaque membre ne peut être porteur que d'une seule procuration.

4 - Les convocations pour les réunions du C.A. devront être adressées aux membres au moins deux mois avant la date prévue.

5. Aucun membre du C.A. ne peut occuper le même poste plus de six ans de suite.

6 - Suivant le programme de travail adopté par le MINM lors de l'assemblée générale, le C.A. peut créer des groupes de travail. Chaque groupe de travail élit un coordonnateur parmi ses membres.

7 - Pour remplir ses objectifs, et en particulier pour répondre aux besoins du MINM dans une région donnée, le C.A. peut organiser des réunions aux niveaux régional et local.

8 - En cas de vacance, le C.A. peut nommer un remplaçant jusqu'à la prochaine assemblée générale.

9 - Le C.A. peut délibérer si cinq de ses membres au moins sont présents ou représentés par procuration.

10 - Le C.A. peut exclure l'un de ses membres après deux absences non justifiées.

ARTICLE 10 (Atelier International) :

1 - Le MINM organise chaque année un Atelier international. Le comité organisateur de cet Atelier est composé d'un coordonnateur agréé par le C.A., sur proposition du pays organisateur. Le coordonnateur sera assisté de représentants du C.A. et des personnes désignées par le pays hôte.

2 - L'Atelier devra favoriser la communication entre les praticiens et les théoriciens de la nouvelle muséologie dans le monde.

3 - L'Atelier devra renforcer le mouvement issu des déclarations de Santiago et de Québec.

4 - L'Atelier devra fonctionner sur la base des principes suivants :

. connaissance du pays
. itinérance
. contribution à la formation des participants
. emploi de méthodes actives de communication et d'échange.

ARTICLE 11 (le MINM) :

1 - Le MINM se compose de membres individuels. Peuvent être membres du MINM des personnes pouvant documenter une réflexion et des pratiques correspondant aux objectifs tels qu'ils sont définis aux articles 4 et 5.

2 - Toute personne désirant être membre du MINM doit faire parvenir une demande documentée au secrétaire.

3 - Le C.A. se prononce sur les candidatures.

4 - Le montant de la cotisation des membres est établi par l'Assemblée générale.

ARTICLE 12 :

La qualité de membre se perd dans les circonstances suivantes :

1 - Le C.A. peut suspendre pour une période qu'il détermine, ou expulser, un membre qui ne respecte plus les objectifs ou les règlements du MINM. (Le membre expulsé ou suspendu peut recourir à l'Assemblée Générale suivante).

2 - Un membre peut, en tout temps, démissionner par avis écrit adressé au secretaire du MINM. Cette démission est effective à la date de réception de l'avis et ne libère pas le membre démissionnaire du paiement des cotisations et de toutes obligations de quelque nature que ce soit qu'il a contractées envers l'association.

ARTICLE 13 :

L'exercice financier de MINM se termine le 31 mars de chaque année.

CHAPITRE III

ARTICLE 14 (Réglementation) :

Le C.A. peut adopter des règlements de régie interne ; ils doivent cependant être entérinés par l'Assemblée Générale.

ARTICLE 15 (Financement) :

1 - Le MINM est habilité à recevoir des dons et des subventions provenant d'individus, de groupes, de gouvernements ou de toute autre source ; solliciter des dons ou subventions qui permettront de réaliser les fins de l'association.

2 - Le MINM est habilité à acquérir, accepter, solliciter, recevoir tout don de bien mobilier ou immobilier, soit comme contribution annuelle ou autre, soit comme don additionnel.

3 - Le C.A. peut, à sa discrétion, offrir des octrois, des contributions, ou porter assistance financière de manière à promouvoir les buts du MINM ..

4 - D'une manière générale, le MINM peut bénéficier de toutes autres sources de financement autorisées par les législations.

ARTICLE 16 (Dissolution) :

En cas de dissolution ou de liquidation du MINM , tous les biens restants après paiement des dettes, seront distribués à un ou plusieurs organismes similaires.

Un membre du C.A. sera désigné par le C.A. pour mettre en place les conditions de cette liquidation.

ARTICLE 17.

Les présents statuts entrent en vigueur au moment de leur adoption.

ANEXO VI

* Tradução Maristela Braga. CCA- Museu Universitário PUCCAMP

DECLARAÇÃO DE CARACAS*
ICOM, 1992

Dentro da reflexão sobre a missão do Museu no mundo contemporâneo propiciada pela UNESCO, pelo Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCALC), e pelo Comité venezuelano do Conselho Internacional de Museu (ICOM), com o apoio do Conselho Nacional da Cultura (CONAC) e da Fundação do Museu de Belas Artes da Venezuela, realizou-se o **Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje:** Novos Desafios", celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992.

Tal Seminário, inscrito no Programa Regular de Cultura da UNESCO para a América Latina, reuniu um selecto grupo de personalidades vinculadas a funções directivas em museus de diversos países latino-americanos, que reflectiu sobre a missão actual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região.

Em tomo deste tema chave, em que está implícita a consciência da proximidade do século XX1, discutiu-se uma série, de aspectos, entre os quais cabe destacar:

A inserção de políticas museológicas nos planos do sector de cultura.

Tomada de consciência do poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos.

Reflexão sobre a acção social do museu. Análise das proposições teóricas em torno dos museus do futuro.

Estratégias efectivas para captação o controle dos recursos
financeiros.

- Suportes legais e inovações de organização dos museus.
- O perfil dos profissionais para as instituições musco1ógicas.
- O museu como inicio de comunicação.

A metodologia do Seminário se ajustou às recomendações propostas pela UNESCO e pelo ICOM, relativas às actividades de treinamento para o desenvolvimento e promoção dos museus (ref. 89/séc. 17).

Em consequência, o temário se organizou em três módulos ao longo dos quais se integraram diversas actividades: palestras magistrais, fóruns painelísticos, reuniões e mesas de trabalho, exposições de casos, apresentação de documentos de análise, visitas a museus e discussões plenárias.

No desenvolvimento deste evento foram tratados numerosos aspectos, alguns dos quais foram analisados com especial ênfase, visto que durante as sessões, ficou evidenciada a singular relevância de sua relação com o desempenho dos museus, que são: Museus e Comunicação, Museus c Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos e finalmente Museus e Património.

No Seminário estiveram presentes delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela, além da participação do arquitecto Hernan Crespo Toral, Director do Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe da UNESCO (ORCALC), do Dr. Hugues de Varine Bohan e da arquitecta Yanni Herreman, como conferencistas internacionais, e também de importantes conferencistas nacionais.

Em atenção à significativa importância do Seminário e do tema tratado, os participantes do mesmo concordaram em emitir o presente documento, no qual se reúnem as considerações e recomendações aprovadas por unanimidade.

Antecedentes

Há 20 anos se realizava em Santiago do Chile a "Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento" e o papel dos museus no mundo contemporâneo". Essa reflexão foi o fundamento para o novo enfoque na acção dos museus na região.

Entre seus postulados, estava a construção do Museu Integral, destinado a "situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência de sua problemática como homem-indivíduo e homem-social".

Ao cabo de duas décadas e à luz dos acontecimentos políticos, sociais e económicos que se sucederam nos países latino-americanos, se constata ainda a vigência dos postulados essenciais da "Mesa-Redonda de Santiago".

Muitas são as realizações da América Latina nestas duas décadas no campo dos museus. Experiências valiosas, administradas pelo Estado, pela sociedade civil e por pessoas particulares que trataram, em numerosos casos, com êxito, de transformar o museu em um

organismo vital para a comunidade e no instrumento eficaz para seu desenvolvimento integral.

Organismos internacionais de cooperação como a UNESCO contribuíram com o Estado para desenvolver valiosas iniciativas através de seus organismos regionais, para aperfeiçoar as tarefas do museu mediante a capacitação do seu pessoal e as acções que são próprias, e na criação de uma consciência pública sobre a defesa do património cultural e natural de nossos povos.

A nova era em que nos encontramos, e sua multifacética problemática requerem uma nova reflexão e acções imediatas e adequadas para que o museu cumpra com sua acção social.

Vinte anos depois da reunião de Santiago do Chile, devemos actualizar os conceitos e renovar os compromissos adquiridos naquela oportunidade. Com este espírito e convencidos de que o museu tem um importante papel no desenvolvimento integral da América Latina, resolvemos emitir a presente:

Declaração de Caracas

1. América Latina e o museu

Já entramos em um novo século: a história se acelera. Velhos dogmas que pareciam imutáveis caem, e com eles os muros que marcavam fronteiras ideológicas e políticas.

Ao finalizar a guerra fria, a humanidade parecia disposta a construir uma paz duradoura. Entretanto, os fatos nos demonstram que esse momento ainda não chegou; se aprofunda a brecha entre os países do primeiro mundo e os outros, os chamados em desenvolvimento. Neste processo se constata o velho desejo do homem em afirmar sua identidade, que o identifica como pessoa humana única e como integrante de uma comunidade ligada por uma maneira de ser e por anseios compartidos.

O chamado processo de globalização não traz a igualdade dos povos. Pelo contrário, se formam poderosos blocos económicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres. Somos testemunhas de um desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia: o homem se empenha na conquista do universo e investiga detidamente os microcosmos, e até é capaz de alterar os processos da natureza. A biotecnologia e a biogenética abrem imensas possibilidades de melhoras na qualidade de vida, mas ao mesmo tempo abrem insondáveis abismos. O homem manipula a tecnologia em busca de bem estar, mas em muitos casos a

tecnologia o avassala. Essa mesma tecnologia lhe serviu para atentar contra a natureza, produzindo tremendos desequilíbrios que inclusive ameaçam sua sobrevivência.

Estamos na época da comunicação. Reduziram-se sensivelmente as distâncias. Por um processo quase milagroso podemos saber o que se passa com nossos antípodas. Entretanto, esse mesmo milagre tecnológico é capaz de estandartizar o homem e homogeneizar sua cultura mediante a difusão de paradigmas, quando não de desvirtuar a essência dos povos com a propagação de antivalores.

A América Latina vive um momento crucial de sua história. As esperanças que se haviam desenvolvido com base nos modelos económicos e tecnicistas dos anos 70 sofreram um rotundo fracasso, pois não correspondiam a sua realidade sócio-cultural existente. Devido às políticas de endividamento agressivo, nossos povos sofreram as chamadas políticas de ajustes, que trouxeram consigo um empobrecimento generalizado, cujas consequências se prolongaram além da chamada "década perdida". O nível de vida desceu sensivelmente: hoje, entre 46 e 60% de nossa população se encontra nos limites da pobreza crítica. A dívida externa da América Latina, que é superior a quarenta bilhões de dólares, implica que cada ano exportemos mais de 30 milhões de dólares, unicamente por seu serviço. Paradoxalmente, nos convertemos de receptores em puros exportadores de capital para os países desenvolvidos, o que toma mais profunda nossa dependência.

Intimamente ligada à parte económica vemos um deterioramento dos valores morais: a corrupção se generalizou, hoje nos açoitam o tráfico de drogas e a lavagem de dólares. Parece que se institucionalizou uma cultura da violência, que não só atenta contra o homem, mas também contra a natureza. A exploração indiscriminada dos recursos naturais e a contaminação ambiental a que se soma um processo de urbanização descontrolada - fruto das imensas migrações de camponeses que procuram as cidades, e um desmedido afã de lucro - a América Latina afronta também uma crise educativa devido à mediocrização do ensino, aos sistemas obsoletos e à adopção de modelos estranhos à realidade. Enfim, uma crise política que põe em risco a democracia, depois de ter sido alcançada com tanto esforço em quase toda a América Latina.

Também a cultura tem sido afectada pela crise: todos os fenómenos a que fizemos alusão incidiram em um processo de perda de valores, não só no que é tangível, mas também no mais íntimo e definidor dos nossos povos.

É lamentável a carência de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade das acções. Por outro lado, a tendência que prevalece no momento

actual, à privatização e a confiar à sociedade civil responsabilidades que normalmente cabiam ao Estado, pode acarretar riscos em relação ao património cultural. O Estado não pode abandonar totalmente seu papel de gerenciador do acervo patrimonial de nossos povos, e deve contribuir para garantir sua conservação e integridade como o organismo mais idóneo. Apesar de todos estes factores negativos, a América Latina alenta uma firme esperança: é depositária de um enorme acervo de riqueza humana, estendida em um vasto território com imensos cursos naturais e variados ecossistemas, que garantem um justo equilíbrio de imprescindível valor universal.

A cultura que nos caracteriza - una e plural - foi se desenvolvendo por milénios; é produto da simbiose do indígena, do ibérico, do africano, do europeu e do asiático. Suas expressões materiais vão desde as antigas cidades indígenas, declaradas pela UNESCO como património da humanidade, e o imenso acervo dos bens móveis que se encontram nos museus e em mãos particulares, até as numerosas culturas populares e a tradição oral, ainda em plena vigência.

É este, portanto, um momento de afirmação do ser latino-americano e de seu destino, quando existe a decisão política de cristalizar a integração - esse velho anseio de Simón Bolívar - como o demonstra a reunião de Presidentes e Chefes de Estado, de Guadalajara, em julho de 1991. Nesta ocasião se reconheceu que a cultura é o fundamento da integração latino-americana e as identidades culturais, sua riqueza mais valorizada.

A cultura parece também alentar processos que adquirem cada vez maior força: a consciência do particular, do local, em uma espécie de contrapartida à globalização. Sua luta para conseguir uma equidade na descentralização dos recursos que garantam o desenvolvimento dos próprios.

Com estes antecedentes podemos afirmar que o museu tem uma missão transcendental a cumprir hoje na América Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento mútuo, - fundamento da integração - tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral de nossos povos. Por fim, um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível.

1.1. Museu Hoje: Novos desafios

A partir do reconhecimento da profunda crise social, política, económica e ambiental que atravessa a América Latina, os participantes do Seminário consideram esta como a ocasião inadiável para examinar os novos desafios do museu hoje, e para postular acções para

enfrentá-los. Depois das análises efectuadas no transcurso deste Seminário, seus participantes determinaram os seguintes aspectos como prioritários:

- Museu e Comunicação
- Museu e Património
- Museu e Liderança
- Museu e Gestão
- Museu e Recursos Humanos

O estudo da cada um destes temas vai precedido de uma introdução, e contém as considerações e recomendações dos participantes do Seminário nos seguintes termos:

2. Museu e Comunicação

A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais

É necessário definir a natureza específica do "meio" MUSEU, tendo em conta, que sua forma tradicional, ainda dominante na América Latina, não responde às mudanças ocorridas no mundo contemporâneo.

2.1. Considerando

Que o museu como um meio de comunicação transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza; que esta linguagem não é verbal, mas ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas de todos os indivíduos; que como signos da linguagem museológica, os objectos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos;

Que o museu deve reflectir as diferentes linguagens culturais em sua acção comunicadora, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos códigos comuns entre a instituições e seu público, acessíveis e reconhecíveis pela maioria; Que o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo;
Que os modelos tradicionais da linguagem expositiva privilegiam em seus discursos as perspectivas científicas e académicas das disciplinas correspondentes à natureza de suas colecções, usando códigos alheios à maioria do público;
Que na América Latina os museus, geralmente, não são conscientes da potencialidade de sua linguagem o de seus recursos de comunicação, e muitos não conhecem as motivações, interesses e necessidades da comunidade em que estão inseridos, nem seus códigos de valores e significados;
Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva;
Que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.

2.2. Recomendam

Que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu património, e como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização;
Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e com as mensagens culturais, através do uso de códigos comuns e acessíveis ao público, e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objecto em um contexto mais amplo de significações;

Que o museu oriente seu discurso para o presente, enfocando o significado dos objectos na cultura e na sociedade contemporânea e não somente em como e por que se constituíram em produtos culturais no passado; neste sentido o processo interessa mais que o produto;

Que se levem em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos sectores do público, buscando novas formas de diálogo, tanto no processo cognitivo como no aspecto emocional e afectivo de apropriação e, internalização de valores e bens culturais;

Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-a nos processos e actividades museológicas, desde as investigações e colecta dos elementos significativos em seu contexto, até sua preservação e exposição;

Que se aproveitem os ensinamentos que oferecem os meios de comunicação de massas, com sua linguagem dinâmica e contemporânea, propondo-se ao mesmo tempo os museus como alternativas a esses meios, como espaço de reflexão crítica da realidade contemporânea que possibilite estimule as vivências mais profundas do homem em sua integridade;

Que o museu contribua para a capacitação permanente dos indivíduos e comunidades no uso dos meios tecnológicos, dos processos e dos instrumentos científicos, desmistificando-os em benefício do desenvolvimento individual e social;

Que se valorize constantemente a comunicabilidade dos discursos e sistemas expositivos, buscando novas formas e parâmetros de análise que ultrapassem a perspectiva simplista e quantitativa de medidas de comportamento e reacções no espaço da exposição, ou seja, da absorção de informações; e

Que se busque sua forma de acção integral e social por meio de uma linguagem aberta, democrática e participativa que possibilite o desenvolvimento e o enriquecimento do indivíduo e da comunidade

3. Museu Património,

Museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objectos como forma essencial de comunicação.

Entende-se por património cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam.

3.1. Considerando

A importância de se contar com um marco jurídico que normalize, em nível nacional, a protecção do património;

Que tradicionalmente foram usados critérios restritos na valorização dos objectos que constituem o património do museu, valendo-se somente daqueles representativos das disciplinas académicas, de "importância histórica" e "excepcionais" por sua natureza, excluindo determinadas formas de expressão cultural igualmente valiosas e importantes;

Que a existência de problemas de conservação nos museus, originados por carência de recursos, más condições de armazenagem e instalações inadequadas, contribuem para o deterioramento e perda do património;

Que não existe uma correcta organização do inventário em muitos de nossos museus, e inclusive algumas vezes as instituições carecem do mais insignificante controle de sua colecções;

Que a actual tendência da América Latina para a privatização de empresas estatais que formaram colecções patrimoniais de valor nacional, constitui uma ameaça a sua segurança e integridade; e,

Que existe um valioso acervo de bens culturais em mãos da sociedade civil e uma preocupação crescente pela sua conservação.

3.2. Recomendam

Que se promova a actualização e instrumentalização efectiva da legislação especialmente dirigida à conservação e à protecção do património cultural e natural, que garanta o controle sobre sua integridade, evitando sua possível dispersão, desaparecimento ou destruição;

Que se valorizem o entorno e sua contextualização como critérios de partida na formação das colecções, atendendo a seu valor referencial c sem discriminar nenhum objecto ou disciplina;

Que se reformulam as políticas de formação de colecções, de conservação, do investigação, de educação e de comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade na qual o museu desenvolve suas actividades;

Que se hierarquize no museu. no que concerne, à conservação do património, aproveitando-se ao máximo os recursos humanos materiais e físicos destinados a estes fins;

Que se estabeleçam sistemas de inventário, que levem à automatização dos dados básicos das peças, com o fim de estabelecer seu controle a nível do museu e das instâncias a que corresponda;

Que se promova, por parte dos museus, um trabalho de aproximação com as instituições c coleccionadores particulares, com o fim de conhecer e documentar a existência deste património e contribuir para sua preservação e integridade;

Que se desenvolvam mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o património;

Que o Estado não descuide de seu papel de guardião do património e garanta a sua conservação e integridade, em vista das novas responsabilidades que vai assumindo a sociedade civil e a empresa privada;

Que os museus organizem estratégias que permitam desenvolver a participação da comunidade na valorização e protecção de seu património;

Que o museu incentive a investigação desenvolvida pela comunidade para o reconhecimento de seus próprios valores,

4. Museu e Liderança

No marco da realidade latino-americana, abre-se ao museu a possibilidade de um, grande espaço de actuação: o resgate da função social do património como expressão da comunidade e da cultura, entendida esta como o conhecimento integral do homem em seu quotidiano.

Esta conjuntura confere ao museu um papel protagónico, pois se apresenta como uma oportunidade de participar activamente no processo de recuperação e socialização dos valores de cada comunidade, para o qual o museu deve se preparar devidamente.

4. 1. Considerando

Que o museu é um espaço adequado para que a comunidade possa se expressar,

Que os museus necessitam definir seu próprio espaço social para cumprir sua missão; e,

Que o museu pode actuar como catalisador das relações entre a comunidade e as diferentes instâncias e autoridades públicas c privadas;

4.2. Recomendam

Que cada museu, tenha clara consciência da realidade sócio-económica a que pertence, tendo em conta os índices de "desenvolvimento humano", a definição de suas metas, e de sua acção, e a preparação do seu pessoal;

Que o museu propicie a activação da consciência crítica da comunidade através de novas leituras do património;

Que o museu assuma sua responsabilidade como gestor social, mediante propostas museológicas que contemplem os interesses do seu público, e que reflictam, através das exposições, uma linguagem comprometida com a realidade como única possibilidade para transformá-la; e,

Que os museus especializados assumam seu papel de liderança nas áreas temáticas que lhes são próprias, e que contribuam para desenvolver uma consciência crítica de seu público.

5. Museu e Gestão

Desenvolvimento da potencialidade do Museu está em relação directa com a sua capacidade de gerar e administrar eficientemente seus recursos e de sua eficácia na materialização de seus objectivos.

A situação crítica actual da América Latina e o papel protagónico do museu como factor de mudança, merece a inovação e consolidação de modernas estratégias de gestão, entendendo esta como o aproveitamento optimizado dos recursos humanos, técnicos e financeiros, com os que conta o Museu.

5.1. Considerando

Que um museu tem determinada uma missão transcendental e única que exige dele conhecer as respostas às perguntas chaves tais como: para que existe? o que procura? para quem trabalha? com quem? quando? e como?

Que as debilidades da instituição se reflectem em pressupostos deficitários, descontinuidade administrativa e programática, falta de reconhecimento social e de estímulos económicos a seus funcionários, além de não dispor de suficientes recursos técnicos e materiais de acordo com sua complexa actividade;

Que a falta de gerência eficiente e autonomia de gestão afectam, o desenvolvimento normal do trabalho do museu da América Latina;

Que o apoio da opinião pública, o reconhecimento do sector político e a existência de legislação e políticas de apoio à instituição são factores que facilitam a gestão do mesmo;

Que a empresa privada reconheceu o valor estratégico - como imagem corporativa - da inversão no âmbito cultural e em particular nas instituições museológicas

5.2. Recomendam

Que o museu defina claramente a missão que lhe compete na sociedade à qual serve.

Que o museu defina a estrutura organizativa de acordo com seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente;

Que os planos e programas elaborados com instrumentos de planejamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objectivos e metas a longo, médio e curto prazo;

Que o museu em sua necessidade de gerar recursos determine políticas claras de autofinanciamento, e que também recorra a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que lhe permitam executar projectos;

Que se elabore projectos atractivos para as empresas privadas interessadas em investir no sector, cultural, sem alterar a missão do museu;

Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu;

Que se consiga uma boa comunicação com os sectores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do museu;

Que se utilizem estratégias tanto de mercado - para conhecer o usuário - como também de sensibilização de opinião pública;

Que se implementem cursos internacionais de capacitação em gestão de museus;

Que se tomem em conta os princípios éticos que devem guiar sempre a gestão dos museus.

6. Museu e Recursos Humanos

A profissionalização do funcionário de museus é uma prioridade que esta instituição deve encarar, como premissa para contribuir para o desenvolvimento integral dos povos. Sua formação deve capacitá-lo para desempenhar a tarefa interdisciplinar própria do museu actual, ao mesmo tempo que lhe conceda os elementos indispensáveis para exercer uma liderança social, uma gerência eficiente c uma comunicação adequada.

6.1. Considerando

Que o museu, na América Latina é uma instituição social cuja especificidade exige dele recursos humanos capacitados, que permitam ao museu valorizar c desenvolver seu potencial;
Que o funcionário de museus tem uma formação heterogénea com fortes desníveis;
Que na América Latina a experiência é um factor importante na capacitação de funcionários de Museus para suprir, em grande parte a dificuldade de aquisição de uma formação académica;
Que a função do museólogo não foi ainda totalmente reconhecida como o especialista indispensáve1 para o cumprimento da missão do museu; e
Que se faz necessária a organização de cursos, ateliers e seminários para a actualização de conhecimentos dos funcionários de museus, não só no que diz respeito às suas diferentes especialidades, mas também em relação à visão interdisciplinar que o museu deve ter.

6.2. Recomendam

Que os museus priorizem e sistematizem a realização de programas de capacitação de recursos humanos;
Que se estabeleçam parâmetros para o reconhecimento social, para a
colocação profissional, para a remuneração económica dos funcionários de museus, de acordo com sua formação e experiência;
Que se desenvolvam programas de formação que capacitem o museólogo para detectar valorizar e dar respostas adequadas às necessidades das comunidades,
Que se valorize o papel que o muse6logo desempenha, garantindo as oportunidades de participação, formação, estabilidade e remuneração de acordo com seu nível de especialização; e ,
Que se promova uma maior e mais estreita relação com o ICOM através do Comité Internacional de Formação de Pessoal, com o fim de obter seu apoio.

7. Novos Desafios

O museu da América Latina deve responder aos desafios que lhe impõe hoje o meio social no qual está inserido, a comunidade a que pertence e o público com que se comunica. Para enfrentá-lo é necessário:

1. Desenvolver sua qualidade como espaço de relação entre os indivíduos o seu património, onde se propicia o reconhecimento colectivo e se estimula a consciência crítica.
2. Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a acção do museu. Desenvolver a especificidade da linguagem

museológica como mensagem aberta, democrática c participativa.

3. Reflectir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis o reconhecíveis pela maioria.
4. Revisar o conceito tradicional de património museal a partir de uma nova perspectiva, onde o entorno seja ponto de partida e de referência obrigatória. Adoptar o inventário como instrumento básico para a gestão do património.
5. Lutar pela valorização social do funcionário de museus em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração.
6. Priorizar na instituição museológica a formação profissional integral do funcionário de museus.
7. Estabelecer mecanismos de administração e captação de recursos como base para uma gerência eficaz.

Conclusão

O propósito do Seminário "A Missão do Museu na América Latina hoje: Novos Desafios" nos conduz a reflectir sobre a vinculação entre o museu e seu entorno social, político, económico e ambiental, com resultados alentadores. A nova dimensão do museu na América Latina é a de ser protagonista de seu tempo.

Esta função convoca em primeiro lugar os trabalhadores do museu, e em particular seus directores, que devem assumir a dinâmica da mudança e preparar-se para enfrentar com êxito esta transcendente oportunidade. Este novo enfoque envolve, por igual, as instâncias de poder, em especial o poder político, cuja decisão facilitará o cumprimento desta nova missão do museu.

Há vinte anos da "Mesa-Redonda de Santiago do Chile", e ante a proximidade de um novo milénio, o museu se apresenta na América Latina não só como instituição idónea para valorização do património, mas, além disso, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo.

Com a satisfação do sucesso alcançado e animados pelo espírito de solidariedade e irmandade latino americana, assinamos o compromisso de transmitir e materializar as decisões tomadas nesta reunião.

Em Caracas, aos cinco dias de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, subscrevem a presente declaração:

Argentina NeIly Decarolis

Bolívia Norma Campos Vera

Brasil Maria de Lourdes Parreiras Horta

Chile Daniel Quirroz Larrea

Colômbia Leonor Carriazo Castelbondo

Cuba Moraima Clavijo Colom

José Antonio Navarrete

Equador Patrícia Von Buchwald

México Laura Orceguera

Nicarágua Carmen Sotomayor Rocha

Peru Luísa Fiocco

Venezuela Lina Vengochea

Rafael Principal T.

Gerardo García

Ana Maria Reyes

Luisa Rodrigues Marrufo

Mirian Robles

Julga Uzcátegui

Ciro Cabalio Peffichi

Mélida Mago

Hemán Crespo Toral

Director da ORCALC

Yanni Herreman

Presidente ICOM México

Milagros Góniez de Blavia

Coordenação Geral Presidente ICOM Venezuela

Maria Ismênia Toledo

Secretária Técnica

ANEXO VII

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Paris, 17 de outubro de 2003

Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003.Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante denominada "UNESCO", em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003,

Referindo-se aos instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, em particular à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

Considerando a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme destacado na Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura,

Considerando a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural,

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda,

Consciente da vontade universal e da preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade,

Reconhecendo que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana,

Observando o grande alcance das atividades da UNESCO na elaboração de instrumentos normativos para a proteção do patrimônio cultural, em particular a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972,

Observando também que não existe ainda um instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar o patrimônio cultural imaterial,

Considerando que os acordos, recomendações e resoluções internacionais existentes em matéria de patrimônio cultural e natural deveriam ser enriquecidos e complementados mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial,

Considerando a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda,

Considerando que a comunidade internacional deveria contribuir, junto com os Estados Partes na presente Convenção, para a salvaguarda desse patrimônio, com um espírito de cooperação e ajuda mútua,

Recordando os programas da UNESCO relativos ao patrimônio cultural imaterial, em particular a Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade,

Considerando a inestimável função que cumpre o patrimônio cultural imaterial como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos,

Aprova neste dia dezessete de outubro de 2003 a presente Convenção.

I. Disposições gerais

Artigo 1: ***Finalidades da Convenção***

A presente Convenção tem as seguintes finalidades:

a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;

b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;

c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio

cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
d) a cooperação e a assistência internacionais.

Artigo 2: ***Definições***

Para os fins da presente Convenção,
1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões,conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O "patrimônio cultural imaterial", conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
b) expressões artísticas;
c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
e) técnicas artesanais tradicionais.
3. Entende-se por "salvaguarda" as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.
4. A expressão "Estados Partes" designa os Estados vinculados pela presente Convenção e entre os quais a presente Convenção está em vigor.
5. Esta Convenção se aplica *mutatis mutandis* aos territórios mencionados no Artigo 33 que se tornarem Partes na presente Convenção, conforme as condições especificadas no referido

Artigo. A expressão "Estados Partes" se referirá igualmente a esses territórios.

Artigo 3: ***Relação com outros instrumentos internacionais***

Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada de tal maneira que:

a) modifique o estatuto ou reduza o nível de proteção dos bens declarados patrimônio mundial pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, ao qual está diretamente associado um elemento do patrimônio cultural imaterial; ou

b) afete os direitos e obrigações dos Estados Partes em virtude de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos de propriedade intelectual ou à utilização de recursos biológicos e ecológicos dos quais são partes.

II. Órgãos da Convenção

Artigo 4: ***Assembléia Geral dos Estados Partes***

1. Fica estabelecida uma Assembléia Geral dos Estados Partes, doravante denominada "Assembléia Geral", que será o órgão soberano da presente Convenção.

2. A Assembléia Geral realizará uma sessão ordinária a cada dois anos. Poderá reunir-se em caráter extraordinário quando assim o decidir, ou quando receber uma petição em tal sentido do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial ou de, no mínimo, um terço dos Estados Partes.

3. A Assembléia Geral aprovará seu próprio Regulamento Interno.

Artigo 5: ***Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial***

1. Fica estabelecido junto à UNESCO um Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, doravante denominado "o Comitê". O Comitê será integrado por representantes de 18 Estados Partes, a serem eleitos pelos Estados Partes constituídos em Assembléia Geral, tão logo a presente Convenção entrar em vigor, conforme o disposto no Artigo 34.

2. O número de Estados membros do Comitê aumentará para 24, tão logo o número de Estados Partes na Convenção chegar a 50.

Artigo 6: ***Eleição e mandato dos Estados membros do Comitê***

1. A eleição dos Estados membros do Comitê deverá obedecer aos princípios de distribuição geográfica e rotação eqüitativas.

2. Os Estados Partes na Convenção, reunidos em Assembléia Geral, elegerão os Estados membros do Comitê para um mandato de quatro anos.

3. Contudo, o mandato da metade dos Estados membros do Comitê eleitos na primeira eleição será somente de dois anos. Os referidos Estados serão designados por sorteio no curso da primeira eleição.

4. A cada dois anos, a Assembléia Geral renovará a metade dos Estados membros do Comitê.

5. A Assembléia Geral elegerá também quantos Estados membros do Comitê sejam necessários para preencher vagas existentes.

6. Um Estado membro do Comitê não poderá ser eleito por dois mandatos consecutivos.

7. Os Estados membros do Comitê designarão, para seus representantes no Comitê, pessoas qualificadas nos diversos campos do patrimônio cultural imaterial.

Artigo 7: ***Funções do Comitê***

Sem prejuízo das demais atribuições conferidas pela presente Convenção, as funções do Comitê serão as seguintes:

a) promover os objetivos da Convenção, fomentar e acompanhar sua aplicação;

b) oferecer assessoria sobre as melhores práticas e formular recomendações sobre medidas que visem a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;

c) preparar e submeter à aprovação da Assembléia Geral um projeto de utilização dos recursos do Fundo, em conformidade com o Artigo 25;

d) buscar meios de incrementar seus recursos e adotar as medidas necessárias para tanto, em conformidade com o Artigo 25;

e) preparar e submeter à aprovação da Assembléia Geral diretrizes operacionais para a aplicação da Convenção;

f) em conformidade com o Artigo 29, examinar os relatórios dos Estados Partes e elaborar um resumo destes relatórios, destinado à Assembléia Geral;

g) examinar as solicitações apresentadas pelos Estados Partes e decidir, de acordo com critérios objetivos de seleção estabelecidos pelo próprio Comitê e aprovados pela Assembléia Geral, sobre:

i) inscrições nas listas e propostas mencionadas nos Artigos 16, 17 e 18;
ii) prestação de assistência internacional, em conformidade com o Artigo 22.

Artigo 8: ***Métodos de trabalho do Comitê***

1. O Comitê será responsável perante a Assembléia Geral, diante da qual prestará contas de todas as suas atividades e decisões.
2. O Comitê aprovará seu Regulamento Interno por uma maioria de dois terços de seus membros.
3. O Comitê poderá criar, em caráter temporário, os órgãos consultivos *ad hoc* que julgue necessários para o desempenho de suas funções.
4. O Comitê poderá convidar para suas reuniões qualquer organismo público ou privado, ou qualquer pessoa física de comprovada competência nos diversos campos do patrimônio cultural imaterial, para consultá-los sobre questões específicas.

Artigo 9: ***Certificação das organizações de caráter consultivo***

1. O Comitê proporá à Assembléia Geral a certificação de organizações não governamentais de comprovada competência no campo do patrimônio cultural imaterial. As referidas organizações exercerão funções consultivas perante o Comitê.
2. O Comitê também proporá à Assembléia Geral os critérios e modalidades pelos quais essa certificação será regida.

Artigo 10: ***Secretariado***

1. O Comitê será assessorado pelo Secretariado da UNESCO.
2. O Secretariado preparará a documentação da Assembléia Geral e do Comitê, bem como o projeto da ordem do dia de suas respectivas reuniões, e assegurará o cumprimento das decisões de ambos os órgãos.

III. Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano nacional

Artigo 11: ***Funções dos Estados Partes***

Caberá a cada Estado Parte:
a) adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
b) entre as medidas de salvaguarda mencionadas no parágrafo 3 do Artigo 2, identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes.

Artigo 12: ***Inventários***

1. Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, cada Estado Parte estabelecerá um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente.
2. Ao apresentar seu relatório periódico ao Comitê, em conformidade com o Artigo 29, cada Estado Parte prestará informações pertinentes em relação a esses inventários.

Artigo 13: ***Outras medidas de salvaguarda***

Para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, cada Estado Parte empreenderá esforços para:
a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;
b) designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
c) fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo;
d) adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para:
i) favorecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão;
ii) garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio;

iii) criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.

Artigo 14: ***Educação, conscientização e fortalecimento de capacidades***

Cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios oportunos, no sentido de:
a) assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, em particular mediante:
i) programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial para os jovens;
ii) programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos;
iii) atividades de fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e especialmente de gestão e de pesquisa científica; e
iv) meios não-formais de transmissão de conhecimento;
b) manter o público informado das ameaças que pesam sobre esse patrimônio e das atividades realizadas em cumprimento da presente Convenção;
c) promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar.

Artigo 15: ***Participação das comunidades, grupos e indivíduos***

No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantém e transmitem esse patrimônio e associálos ativamente à gestão do mesmo.
IV. Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano internacional

Artigo 16: ***Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade***

1. Para assegurar maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau de conscientização de sua importância, e propiciar formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural, o Comitê, por proposta dos Estados Partes interessados, criará, mantérá atualizada e

publicará uma Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade.
2. O Comitê elaborará e submeterá à aprovação da Assembléia Geral os critérios que regerão o estabelecimento, a atualização e a publicação da referida Lista representativa.

Artigo 17: ***Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de Salvaguarda***

1. Com vistas a adotar as medidas adequadas de salvaguarda, o Comitê criará, manterá atualizada e publicará uma Lista do patrimônio cultural imaterial que necessite medidas urgentes de salvaguarda, e inscreverá esse patrimônio na Lista por solicitação do Estado Parte interessado.
2. O Comitê elaborará e submeterá à aprovação da Assembléia Geral os critérios que regerão o estabelecimento, a atualização e a publicação dessa Lista.
3. Em casos de extrema urgência, assim considerados de acordo com critérios objetivos aprovados pela Assembléia Geral, por proposta do Comitê, este último, em consulta com o Estado Parte interessado, poderá inscrever um elemento do patrimônio em questão na lista mencionada no parágrafo 1.

Artigo 18: ***Programas, projetos e atividades de salvaguarda do patrimônio cultural Imaterial***

1. Com base nas propostas apresentadas pelos Estados Partes, e em conformidade com os critérios definidos pelo Comitê e aprovados pela Assembléia Geral, o Comitê selecionará periodicamente e promoverá os programas, projetos e atividades de âmbito nacional, subregional
ou regional para a salvaguarda do patrimônio que, no seu entender, reflitam de modo mais adequado os princípios e objetivos da presente Convenção, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.
2. Para tanto, o Comitê receberá, examinará e aprovará as solicitações de assistência internacional formuladas pelos Estados Partes para a elaboração das referidas propostas.
3. O Comitê acompanhará a execução dos referidos programas, projetos e atividades por meio da disseminação das melhores práticas, segundo modalidades por ele definidas.
V. Cooperação e assistência internacionais

Artigo 19: ***Cooperação***

1. Para os fins da presente Convenção, cooperação internacional compreende em particular o intercâmbio de informações e de experiências, iniciativas comuns, e a criação de um mecanismo para apoiar os Estados Partes em seus esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
2. Sem prejuízo para o disposto em sua legislação nacional nem para seus direitos e práticas consuetudinárias, os Estados Partes reconhecem que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é uma questão de interesse geral para a humanidade e neste sentido se comprometem a cooperar no plano bilateral, sub-regional, regional e internacional.

Artigo 20: ***Objetivos da assistência internacional***

A assistência internacional poderá ser concedida para os seguintes objetivos:
a) salvaguarda do patrimônio que figure na lista de elementos do patrimônio cultural imaterial que necessite medidas urgentes de salvaguarda;
b) realização de inventários, em conformidade com os Artigos 11 e 12; c) apoio a programas, projetos e atividades de âmbito nacional, sub-regional e regional destinados à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
d) qualquer outro objetivo que o Comitê julgue necessário.

Artigo 21: ***Formas de assistência internacional***

A assistência concedia pelo Comitê a um Estado Parte será regulamentada pelas diretrizes operacionais previstas no Artigo 7 e pelo acordo mencionado no Artigo 24, e poderá assumir as seguintes formas:
a) estudos relativos aos diferentes aspectos da salvaguarda;
b) serviços de especialistas e outras pessoas com experiência prática em patrimônio cultural imaterial;
c) capacitação de todo o pessoal necessário;
d) elaboração de medidas normativas ou de outra natureza;
e) criação e utilização de infraestruturas;
f) aporte de material e de conhecimentos especializados;

g) outras formas de ajuda financeira e técnica, podendo incluir, quando cabível, a concessão de empréstimos com baixas taxas de juros e doações.

Artigo 22: ***Requisitos para a prestação de assistência internacional***

1. O Comitê definirá o procedimento para examinar as solicitações de assistência internacional e determinará os elementos que deverão constar das solicitações, tais como medidas previstas, intervenções necessárias e avaliação de custos.
2. Em situações de urgência, a solicitação de assistência será examinada em cárater de prioridade pelo Comitê.
3. Para tomar uma decisão, o Comitê realizará os estudos e as consultas que julgar necessários.

Artigo 23: ***Solicitações de assistência internacional***

1. Cada Estado Parte poderá apresentar ao Comitê uma solicitação de assistência internacional para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território.
2. Uma solicitação no mesmo sentido poderá também ser apresentada conjuntamente por dois ou mais Estados Partes.
3. Na solicitação, deverão constar as informações mencionados no parágrafo 1 do Artigo 22, bem como a documentação necessária.

Artigo 24: ***Papel dos Estados Partes beneficiários***

1. Em conformidade com as disposições da presente Convenção, a assistência internacional concedida será regida por um acordo entre o Estado Parte beneficiário e o Comitê.
2. Como regra geral, o Estado Parte beneficiário deverá, na medida de suas possibilidades, compartilhar os custos das medidas de salvaguarda para as quais a assistência internacional foi concedida.
3. O Estado Parte beneficiário apresentará ao Comitê um relatório sobre a utilização da assistência concedida com a finalidade de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

VI. Fundo do patrimônio cultural imaterial

Artigo 25: ***Natureza e recursos do Fundo***

1. Fica estabelecido um "Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial", doravante denominado "o Fundo".
2. O Fundo será constituído como fundo fiduciário, em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro da UNESCO.
3. Os recursos do Fundo serão constituídos por:
a) contribuições dos Estados Partes;
b) recursos que a Conferência Geral da UNESCO alocar para esta finalidade;
c) aportes, doações ou legados realizados por:
i) outros Estados;
ii) organismos e programas do sistema das Nações Unidas, em especial o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou outras organizações internacionais;
iii) organismos públicos ou privados ou pessoas físicas;
d) quaisquer juros devidos aos recursos do Fundo;
e) produto de coletas e receitas aferidas em eventos organizados em benefício do Fundo;
f) todos os demais recursos autorizados pelo Regulamento do Fundo, que o Comitê elaborará.
4. A utilização dos recursos por parte do Comitê será decidida com base nas orientações formuladas pela Assembléia Geral.
5. O Comitê poderá aceitar contribuições ou assistência de outra natureza oferecidos com fins gerais ou específicos, vinculados a projetos concretos, desde que os referidos projetos tenham sido por ele aprovados.
6. As contribuições ao Fundo não poderão ser condicionadas a nenhuma exigência política, econômica ou de qualquer outro tipo que seja incompatível com os objetivos da presente Convenção.

Artigo 26: C*ontribuições dos Estados Partes ao Fundo*

1. Sem prejuízo de outra contribuição complementar de caráter voluntário, os Estados Partes na presente Convenção se obrigam a depositar no Fundo, no mínimo a cada dois anos, uma contribuição cuja quantia, calculada a partir de uma porcentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será determinada pela Assembléia Geral. Esta decisão da Assembléia Geral será tomada por maioria dos Estados Partes presentes e votantes, que não tenham feito a

declaração mencionada no parágrafo 2 do presente Artigo. A contribuição de um Estado Parte não poderá, em nenhum caso, exceder 1% da contribuição desse Estado ao Orçamento Ordinário da UNESCO.

2. Contudo, qualquer dos Estados a que se referem o Artigo 32 ou o Artigo 33 da presente Convenção poderá declarar, no momento em que depositar seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que não se considera obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente Artigo.

3. Qualquer Estado Parte na presente Convenção que tenha formulado a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente Artigo se esforçará para retirar tal declaração mediante uma notificação ao Diretor Geral da UNESCO. Contudo, a retirada da declaração só terá efeito sobre a contribuição devida pelo Estado a partir da data da abertura da sessão subseqüente da Assembléia Geral.

4. Para que o Comitê possa planejar com eficiência suas atividades, as contribuições dos Estados Partes nesta Convenção que tenham feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente Artigo deverão ser efetuadas regularmente, no mínimo a cada dois anos, e deverão ser de um valor o mais próximo possível do valor das contribuições que esses Estados deveriam se estivessem obrigados pelas disposições do parágrafo 1 do presente Artigo.

5. Nenhum Estado Parte na presente Convenção, que esteja com pagamento de sua contribuição obrigatória ou voluntária para o ano em curso e o ano civil imediatamente anterior em atraso, poderá ser eleito membro do Comitê. Essa disposição não se aplica à primeira eleição do Comitê. O mandato de um Estado Parte que se encontre em tal situação e que já seja membro do Comitê será encerrado quando forem realizadas quaisquer das eleições previstas no Artigo 6 da presente Convenção.

Artigo 27: ***Contribuições voluntárias suplementares ao Fundo***

Os Estados Partes que desejarem efetuar contribuições voluntárias, além das contribuições previstas no Artigo 26, deverão informar o Comitê tão logo seja possível, para que este possa planejar suas atividades de acordo.

Artigo 28: ***Campanhas internacionais para arrecadação de recursos***

Na medida do possível, os Estados Partes apoiarão as campanhas internacionais para

arrecadação de recursos organizadas em benefício do Fundo sob os auspícios da UNESCO.
VII. Relatórios

Artigo 29: ***Relatórios dos Estados Partes***

Os Estados Partes apresentarão ao Comitê, na forma e com periodicidade a serem definidas pelo Comitê, relatórios sobre as disposições legislativas, regulamentares ou de outra natureza que tenham adotado para implementar a presente Convenção.

Artigo 30: ***Relatórios do Comitê***

1. Com base em suas atividades e nos relatórios dos Estados Partes mencionados no Artigo 29, o Comitê apresentará um relatório em cada sessão da Assembléia Geral.
2. O referido relatório será levado ao conhecimento da Conferência Geral da UNESCO.
VIII. Cláusula transitória

Artigo 31: ***Relação com a Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade***

1. O Comitê incorporará à Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade os elementos que, anteriormente à entrada em vigor desta Convenção, tenham sido proclamados "Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade".
2. A inclusão dos referidos elementos na Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade será efetuada sem prejuízo dos critérios estabelecidos para as inscrições subseqüentes, segundo o disposto no parágrafo 2 do Artigo 16.
3. Após a entrada em vigor da presente Convenção, não será feita mais nenhuma outra Proclamação.
IX. Disposições finais

Artigo 32: ***Ratificação, aceitação ou aprovação***

1. A presente Convenção estará sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação dos Estados Membros da UNESCO, em conformidade com seus respectivos dispositivos constitucionais.

2. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Diretor Geral da UNESCO.

Artigo 33: ***Adesão***

1. A presente Convenção estará aberta à adesão de todos os Estados que não sejam membros da UNESCO e que tenham sido convidados a aderir pela Conferência Geral da Organização.
2. A presente Convenção também estará aberta à adesão dos territórios que gozem de plena autonomia interna, reconhecida como tal pelas Nações Unidas, mas que não tenham alcançado a plena independência, em conformidade com a Resolução 1514 (XV) da Assembléia Geral, e que tenham competência sobre as matérias regidas por esta Convenção, inclusive a competência reconhecida para subscrever tratados relacionados a essas matérias.
3. O instrumento de adesão será depositado junto ao Diretor Geral da UNESCO.

Artigo 34: ***Entrada em vigor***

A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, mas unicamente para os Estados que tenham depositado seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão naquela data ou anteriormente. Para os demais Estados Partes, entrará em vigor três meses depois de efetuado o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 35: ***Regimes constitucionais federais ou não-unitários***

Aos Estados Partes que tenham um regime constitucional federal ou não-unitário aplicarse- ão as seguintes disposições:
a) com relação às disposições desta Convenção cuja aplicação esteja sob a competência do poder legislativo federal ou central, as obrigações do governo federal ou central serão idênticas às dos Estados Partes que não constituem Estados federais;
b) com relação às disposições da presente Convenção cuja aplicação esteja sob a competência de cada um dos Estados, países, províncias ou cantões constituintes, que em virtude do regime constitucional da federação não estejam obrigados a tomar medidas legislativas, o governo

federal as comunicará, com parecer favorável, às autoridades competentes dos Estados, países, províncias ou cantões, com sua recomendação para que estes as aprovem.

Artigo 36: ***Denúncia***

1. Todos os Estados Partes poderão denunciar a presente Convenção.
2. A denúncia será notificada por meio de um instrumento escrito, que será depositado junto ao Diretor Geral da UNESCO.
3. A denúncia surtirá efeito doze meses após a recepção do instrumento de denuncia. A denúncia não modificará em nada as obrigações financeiras assumidas pelo Estado denunciante até a data em que a retirada se efetive.

Artigo 37: ***Funções do depositário***

O Diretor Geral da UNESCO, como depositário da presente Convenção, informará aos Estados Membros da Organização e aos Estados não-membros aos quais se refere o Artigo 33, bem como às Nações Unidas, acerca do depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão mencionados nos Artigos 32 e 33 e das denúncias previstas no Artigo 36.

Artigo 38: ***Emendas***

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas a esta Convenção, mediante comunicação dirigida por escrito ao Diretor Geral. Este transmitirá a comunicação a todos os Estados Partes. Se, nos seis meses subseqüentes à data de envio da comunicação, pelo menos a metade dos Estados Partes responder favoravelmente a essa petição, o Diretor Geral submeterá a referida proposta ao exame e eventual aprovação da sessão subseqüente da Assembléia Geral.
2. As emendas serão aprovadas por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes.
3. Uma vez aprovadas, as emendas a esta Convenção deverão ser objeto de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados Partes.
4. As emendas à presente Convenção, para os Estados Partes que as tenham ratificado, aceito, aprovado ou aderido a elas, entrarão em vigor três meses depois que dois terços dos Estados

Partes tenham depositado os instrumentos mencionados no parágrafo 3 do presente Artigo. A partir desse momento a emenda correspondente entrará em vigor para cada Estado Parte ou território que a ratifique, aceite, aprove ou adira a ela três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão do Estado Parte.

5. O procedimento previsto nos parágrafos 3 e 4 não se aplicará às emendas que modifiquem o Artigo 5, relativo ao número de Estados membros do Comitê. As referidas emendas entrarão em vigor no momento de sua aprovação.

6. Um Estado que passe a ser Parte neste Convenção após a entrada em vigor de emendas conforme o parágrafo 4 do presente Artigo e que não manifeste uma intenção em sentido contrario será considerado:

a) parte na presente Convenção assim emendada; e

b) parte na presente Convenção não emendada com relação a todo Estado Parte que não esteja obrigado pelas emendas em questão.

Artigo 39: ***Textos autênticos***

A presente Convenção está redigida em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, sendo os seis textos igualmente autênticos.

Artigo 40: ***Registro***

Em conformidade com o disposto no Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registrada na Secretaria das Nações Unidas por solicitação do Diretor Geral da UNESCO.

Feito em Paris neste dia três de novembro de 2003, em duas cópias autênticas que levam a assinatura do Presidente da 32a sessão da Conferência Geral e do Diretor Geral da UNESCO. Estas duas cópias serão depositadas nos arquivos da UNESCO. Cópias autenticadas serão remetidas a todos os Estados a que se referem os Artigos 32 e 33, bem como às Nações Unidas.

O texto acima é o texto autêntico da Convenção devidamente aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 32ª sessão, realizada em Paris e declarada encerrada em dezessete de outubro de 2003.

EM FÉ DO QUE os signatários abaixo assinam, neste dia três de novembro de 2003.

Presidente da Conferência Geral Diretor Geral

Cópia autenticada

Paris,

Assessor Jurídico, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura